
TCHAU, QUERIDA

O DIÁRIO DO IMPEACHMENT

© 2021 - Eduardo Cunha e Danielle Cunha

Direitos em língua portuguesa para o Brasil:

Matrix Editora

www.matrixeditora.com.br

Diretor editorial

Paulo Tadeu

Capa, projeto gráfico e diagramação

Allan Martini Colombo

Foto da capa

Pedro Ladeira/Folhapress

Revisão

Cida Medeiros

Adriana Wrege

Silvia Parollo

CIP-BRASIL - CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Cunha, Eduardo

Tchau, querida: o diário do impeachment / Eduardo Cunha, Danielle Cunha. 1. ed. - São Paulo: Matrix, 2021.

808 p.; 23 cm.

ISBN 978-65-5616-076-4

1. Rousseff, Dilma, 1947- Impedimentos. 2. Presidentes - Brasil.

3. Impedimentos - Brasil. 4. Brasil - Política e governo, 2011-2016. I. Cunha, Danielle. II. Título.

21-69192

CDD: 320.981

CDU: 32(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

PARTE I

ANTES DA DERROCADA DE DILMA

Introdução

Este livro começa com a história cujo final todos conhecem. No dia 17 de abril de 2016, um domingo, por volta das 23 horas, o então deputado Bruno Araújo (PSDB-PE) deu o voto decisivo, de número 342, a favor da abertura do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em uma votação que terminaria com 367 votos favoráveis, 137 contrários e sete abstenções – o que, na prática, eram também votos contrários à abertura –, além de duas ausências – que também contabilizo como votos contra.

Essas duas únicas ausências foram as do então deputado do PMDB do Ceará Aníbal Gomes – que, para justificar a sua negociação com o governo, se internou para uma cirurgia –, e a da deputada Clarissa Garotinho, do Rio de Janeiro – que, em função de uma negociação de benesses para a prefeitura de Campos, feita por seu pai, antecipou para 15 de abril a licença-maternidade referente a um filho que nasceria em 20 de maio, 35 dias depois.

O que se pretende com esta obra não é contar a história cujo desfecho já é sabido, mas levar ao leitor todos os fatos que ocorreram para que se chegasse a esse resultado, com informações inéditas, relatados em ordem cronológica, e análise das condições históricas que culminaram nesse processo de impeachment.

O relato será fiel aos fatos, descrevendo o papel de cada um nessa trajetória de impeachment e as atuações que alavancaram ou prejudicaram o processo. Apresento também a participação do então vice-presidente Michel Temer, com detalhes minuciosos e nunca antes revelados, para demonstrar que o principal beneficiário desse processo foi, sim, seu militante mais atuante e

importante. Sem a atuação dele, não teria havido o afastamento de Dilma.

Recentemente, Michel Temer lançou um livro denominado *A escolha*. Além de produzir uma obra que parece feita para presentear os amigos, para que a coloquem na mesa de suas salas de visitas, fala sobre o impeachment.

O livro, realizado por meio de entrevistas a um amigo dele, o professor de filosofia Denis Rosenfield, peca pela bajulação, sendo que as perguntas já garantem a defesa de Temer, com mais ênfase do que ele mesmo daria. Entretanto, o mais importante é querer passar a informação de que Michel Temer apenas se beneficiou do destino da previsão constitucional, de que o vice sucede o titular da Presidência.

A verdade é que essa obviedade – que, aliás, deveria ser alterada na Constituição, de forma que houvesse novas eleições, no caso da vacância do cargo de presidente em função de morte ou impedimento – não se deu exatamente como ele descreveu.

Não foi apenas o destino, ou simplesmente a previsão constitucional, que fez de Michel Temer o 37º presidente da República. Ele quis e disputou a Presidência de forma indireta. Ele “fez a escolha”.

Em função do protagonismo assumido nos últimos tempos, detalharei também a participação de Rodrigo Maia no impeachment. Ele era um dos principais militantes e articuladores do caso e buscava os holofotes dessa participação.

Foi no apartamento de Rodrigo Maia, em São Conrado, no Rio de Janeiro, em 10 de outubro de 2015, em uma reunião articulada por ele com o então líder do PSDB Carlos Sampaio e o então líder da minoria Bruno Araújo, que se decidiu a mudança exigida por mim no pedido de impeachment, que tinha sido apresentado na Câmara.

Sampaio foi o encarregado da redação, junto com os juristas Hélio Bicudo e Miguel Reale Jr. Foi essa mudança que levou à minha decisão de aceitar o impeachment, já que foi nesse momento que se incluíram os decretos orçamentários, editados em agosto de 2015, no segundo mandato de Dilma, sem autorização do Congresso.

Nesse momento, praticamente selou-se a decisão do afastamento. O combinado era que eu despacharia esse pedido e, com a mudança solicitada, o rejeitaria, mas acolheria um recurso do PSDB e o levaria à votação em plenário. Nesse caso, a decisão da minha prerrogativa de aceitação ou não da abertura do processo de impeachment iria caber ao plenário da Câmara. E tal fato só não ocorreu dessa forma pela intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF).

Vou mostrar também que Rodrigo Maia não tinha limites para sua ambição e vaidade. Na busca do protagonismo, ele quis se impor como relator da Comissão Especial do Impeachment. Eu tive de vetar tal pretensão, preferindo indicar o então líder do PTB, Jovair Arantes. Não venceríamos na Comissão Especial se a relatoria ficasse com Maia.

Depois, já com o impeachment aprovado na Câmara, Rodrigo Maia quis de qualquer forma ser o líder do governo Michel Temer na própria Câmara. Ele já estava oficialmente convidado para isso pelo novo governo quando, atendendo à pressão dos líderes dos partidos de centro, que ajudaram no impeachment, eu interfeiri junto a Michel Temer demovendo-o dessa decisão.

Entre os líderes dos partidos PP, PSD, PR, Solidariedade, PTB, PSC, PHS e PTN, estava Agnaldo Ribeiro, do PP. Eles exigiram que Rodrigo Maia fosse desconvidado e indicaram o então líder do PSC, André Moura. Coube a mim levar a Temer a demanda, para evitar uma crise política, logo no início da presidência dele, e alterar a decisão. Agnaldo Ribeiro depois viria a ser o grande aliado de Maia.

Essas duas ambições de Rodrigo Maia, frustradas por mim, o levaram ao rompimento comigo. Por consequência, quando ele conseguiu ascender à presidência da Câmara, por vingança, facilitou a cassação do meu mandato, fazendo uma sessão às vésperas das eleições municipais – além de impedir que pudesse haver a votação de uma punição alternativa.

E, já que falo de protagonismo, não posso deixar de tratar também do deputado Baleia Rossi, que acabou virando o herdeiro de Rodrigo Maia, na tentativa de monopolizar o controle político da Câmara, sem sucesso.

Baleia Rossi é filho de Wagner Rossi, ex-deputado e principal parceiro político de Michel Temer. Wagner ocupou vários cargos por indicação de Temer, entre eles a presidência da Companhia Docas de Santos, a presidência da Companhia Nacional do Abastecimento (Conab) e o Ministério da Agricultura, nos governos de Lula e Dilma. Ele acabou demitido por Dilma, debaixo de suspeitas de irregularidades, chegando até a ser preso no inquérito dos portos, que envolve Michel Temer.

Para quem não sabe, coube a Wagner Rossi a aproximação entre Michel Temer e Joesley Batista. Isso está refletido nas delações de Joesley e de Lúcio Funaro. Entre as denúncias, consta que a empresa A Ilha Produção Ltda., pertencente ao irmão de Baleia e sua mulher, recebeu nas campanhas eleitorais de 2010, 2012 e 2014, milhões de reais em pagamentos oficiais e caixa 2, inclusive da Odebrecht – conforme outra delação, desta vez do marqueteiro Duda Mendonça.

Há relatos também nas delações de que Joesley Batista teria supostamente pago uma mesada a Wagner Rossi, depois de demitido do Ministério da Agricultura a pedido de Michel Temer. Não posso afirmar que os conteúdos das denúncias são verdadeiros. O que posso dizer é que há uma proximidade entre Rossi e Temer.

Baleia foi vereador em Ribeirão Preto, deputado estadual em São Paulo e sempre votava em Michel Temer para deputado federal. Acabou ascendendo à presidência do PMDB em São Paulo e a deputado federal em 2014 com o apoio de Temer.

Com o impeachment em andamento, contrariando o que Baleia havia dito – que era um personagem irrelevante no impeachment –, Michel Temer nomeia o então líder do PMDB Leonardo Picciani como ministro dos Esportes, para que o cargo de líder do partido ficasse vago e Baleia pudesse assumir a liderança com o apoio de Temer.

Na verdade, Michel Temer queria Baleia como ministro para se desferrar da demissão de Wagner Rossi, feita por Dilma. Mas Baleia respondia, naquele momento, pela investigação de fraudes na compra de merenda escolar de São

Paulo. Era preferível, portanto, permanecer na posição de líder a se arriscar como ministro.

A força de Baleia Rossi junto a Michel Temer é de tal ordem que mais tarde, em 2019, Temer patrocinou sua candidatura e o elegeu presidente do PMDB nacional, deixando-o acumular o poder de líder da bancada e de presidente do partido. A possibilidade de alcançar a presidência da Câmara faria Baleia se igualar ao próprio Michel Temer e a Ulysses Guimarães no acúmulo de funções importantes.

No começo de 2021, quando, na disputa pela presidência da Câmara, viu-se o PT apoiar Rodrigo Maia e Baleia Rossi, como se eles não tivessem tido protagonismo no impeachment, não posso deixar de registrar essa posição – que chega a ser hilária, para quem viveu aquele processo. Esse apoio do PT nos levou à sensação de que estavam sofrendo da síndrome de Estocolmo.

Essa, aliás, é uma das razões que explicam o fato de a situação do PT ter chegado a onde chegou. Seus erros políticos e de avaliação são tão grandes que será muito difícil para o Partido dos Trabalhadores se levantar, se não houver uma grande mudança de ventos.

Baleia Rossi, já como líder do PMDB, protagonizou um acordo comigo – que depois não cumpriu. Eu acabaria renunciando à presidência da Câmara em 7 de julho de 2016, em função desse acordo promovido por ele, que envolvia Michel Temer e o então presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, Osmar Serraglio.

A proposta que foi aceita por mim era a minha renúncia, para que, mediante petição elaborada pelo próprio Osmar Serraglio, meu processo de cassação retornasse ao Conselho de Ética, para nova apreciação. Essa proposta havia sido acertada no gabinete do já presidente Michel Temer e levada a mim por Baleia.

A ideia incluiria também que o nome que eu escolhesse como o meu candidato à presidência da Câmara seria apoiado por eles. Depois de debater com os líderes, incluindo o próprio Baleia, escolhi o líder do PSD Rogério Rosso para ser meu sucessor, com a concordância de todos. Antes, até cheguei

a oferecer a candidatura à presidência ao próprio Baleia, que a recusou por receio de a investigação envolvendo seu nome estarem andamento.

Como se sabe, eu renunciei à presidência e assinei a petição preparada por eles, mas de nada adiantou. Eles não cumpriram a parte deles no acordo.

Com a minha renúncia, a nova eleição na Câmara foi feita em seguida. Michel Temer, de maneira velada, traiu o compromisso e apoiou a candidatura de Rodrigo Maia, elegendo-o em detrimento da candidatura de Rogério Rosso, combinada por mim. Temer se fingiu de neutro, mas delegou a articulação a Moreira Franco, sogro de Maia, que reverteu a posição do PR e de grande parte do PMDB, incluindo Baleia.

Com isso, Rodrigo Maia, já como meu adversário ferrenho, acabou eleito presidente, em uma disputa de segundo turno contra Rogério Rosso. E tratou logo de combinar a votação da minha cassação, imediatamente após, no Senado, ocorrer a votação do afastamento definitivo de Dilma – mas antes das eleições municipais. Isso, aliás, foi moeda de troca para que Maia obtivesse votos da esquerda no segundo turno dessa eleição.

O livro faz também um breve relato da história das eleições presidenciais e do Congresso, desde a proclamação da República até a eleição de Dilma Rousseff em seu segundo mandato, interrompido pelo processo de impeachment.

Não pretendo expor todos os detalhes das eleições anteriores, mas tão somente fazer o relato das condições políticas, razões e consequências dos respectivos processos eleitorais, para que o leitor possa se situar e compará-las com as dos tempos atuais.

Da eleição de Fernando Collor, trago um pouco de fatos inéditos vividos por mim, já que trabalhei na campanha eleitoral. Essa eleição, aliás, teve relevância para entendermos o processo que levaria a seu impeachment, já que houve uma participação ativa do Partido dos Trabalhadores – vítima, depois, do mesmo processo que impôs a Collor. O afastamento de Collor em 1992 não foi golpe, mas quando o PT foi vítima passou a ser golpe — ou seja, quem com golpe fere, com golpe será ferido.

A origem do título *Tchau, querida* vem de um grampo ilegalmente divulgado pelo então juiz da Lava Jato, e depois ministro da Justiça, Sergio Moro, no qual um diálogo entre Dilma e Lula gravado com autorização dele, como juiz, porém realizado fora do período autorizado e divulgado sem base legal, apontava que Dilma queria que Lula assinasse um termo de posse como ministro imediatamente, o que evitaria qualquer risco de uma atitude de Moro contra Lula, que já tinha sido alvo de busca e apreensão e condução coercitiva, autorizada pelo então juiz dez dias antes.

Nesse diálogo, Lula se despede de Dilma com a frase que ficou notabilizada pelo deboche, tornou-se *meme* e virou a expressão mais usada nos passos seguintes do processo de impeachment, o “tchau, querida”. Adotamos a frase como título, não com intuito de deboche, mas apenas para chamar a atenção de que houve, sim, um ato ilegal de um juiz que, hoje se sabe, foi líder e chefe de uma organização política – que poderia, se usados os mesmos critérios das acusações e sentenças da Lava Jato, ser considerada uma organização criminosa. Claro que para comprovar isso deveríamos submetê-lo ao devido processo legal, com o apropriado contraditório, e ter a sentença de acordo com as provas produzidas, procedimento que não costumava ocorrer em sua jurisdição e na sua atividade jurídica e política de comandante-em-chefe da organização Lava Jato.

É verdade que conhecemos parte desses fatos pela atuação do site jornalístico The Intercept Brasil, com idêntico viés político. A publicação divulgou a conta-gotas as informações que obteve, visando obter a soltura de Lula. Logo após o ex-presidente ter sido solto, cessaram ou minguaram as divulgações, certamente guardadas para o momento eleitoral de 2022.

Além disso, The Intercept escolheu a dedo os que poderiam se beneficiar dessa divulgação e, certamente, causou prejuízos a muitos que não tiveram vazados os fatos que lhes atingiriam, por óbvia opção política. Para o que ficou conhecido como Vaza Jato, o importante era Lula. Jamais iriam beneficiar os adversários do PT, como era o meu caso. O que acabou saindo sobre mim foram fatos que The Intercept não queria trazer à tona, mas

acabaram divulgados pela revista *Veja*.

Cheguei até a receber relatos de que a parceria com a revista seria cancelada caso fossem divulgadas informações que pudessem me beneficiar. Ou seja, passei esses anos todos com Moro me usando em seu discurso de que ele não era adversário do PT porque havia condenado o maior adversário do PT, que era eu, mas *The Intercept* não quis fingir a mesma isenção, que não era braço do PT e também divulgaria fatos do maior adversário do PT. Eles preferiram o meu fígado a demonstrar alguma imparcialidade.

O livro vai além da análise das razões do processo de impeachment e fala das dificuldades de termos uma constituição parlamentarista e um regime presidencialista, pois busca analisar o dia a dia dos erros de Dilma e seus aliados, que culminaram com seu processo de impeachment.

Trato também das decisões do STF, provocadas pelo PT e seus aliados, sobre o processo de impeachment – dois desses entendimentos tiveram especial relevância para todo o processo.

O primeiro se deu quando suspenderam uma decisão minha, na presidência da Câmara dos Deputados, na questão de ordem número 105, de autoria do então líder do DEM, Mendonça Filho. No caso, impediram que eventual recusa minha a pedido de abertura do processo de impeachment pudesse ter recurso ao plenário.

Esse era o entendimento vigente na Câmara, prática que ocorreu em 1999, quando o PT ingressou com pedido de abertura de processo de impeachment contra o então presidente Fernando Henrique Cardoso, rejeitado pelo então presidente da Câmara Michel Temer e com recurso ao plenário do deputado do PT e ex-presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, levado à votação em plenário e derrotado.

Essa decisão equivocada acabou deixando o poder absoluto sem contestação nas minhas mãos, um poder quase imperial de aceitar ou recusar o pedido de abertura do processo de impeachment, sem nenhuma possibilidade de recurso ao plenário, o que de fato acabou ocorrendo.

Isso sem contar que foi exatamente o que impediu que Dilma evitasse a

abertura do processo de impeachment. Caso eu rejeitasse o pedido e houvesse um recurso ao plenário contra a minha rejeição, bastaria a ela ter a maioria simples para evitar essa rejeição. Naquele momento ela ainda teria tido condições para obter essa maioria simples.

A atitude de Dilma e do PT foi simplesmente impedir que houvesse recurso contra a minha decisão de rejeitar o impeachment. Eles queriam que eu decidisse aceitar ou rejeitar, sem nenhuma possibilidade de recurso. Era realmente um contrassenso, que custou a eles a aceitação da minha parte ao impeachment.

É evidente que se torna necessário corrigir essa distorção. Não me parece razoável que o presidente da Câmara, mero representante de uma das casas do Congresso e coordenador dos seus trabalhos, tenha um poder monocrático imperial, de aceitar ou rejeitar um pedido de impeachment – sem que caiba recurso ao plenário, onde a maioria pode decidir de acordo com sua vontade real.

O segundo entendimento relevante veio após eu abrir o processo de impeachment, em 2 de dezembro de 2015, quando o PT e seus aliados ingressaram com uma ação de descumprimento de preceito fundamental. A ADPF 378 visava impedir o processo de impeachment e servir contra o rito do processo de tramitação adotado por mim – que havia levado para apreciação do plenário a criação da Comissão Especial, em voto secreto, admitindo candidaturas avulsas, na qual o governo havia sido fragorosamente derrotado. Acabou sendo eleita uma comissão opositora ao governo.

O livro *Os onze*, dos jornalistas Felipe Recondo e Luiz Weber, sobre os bastidores do STF, faz relatos sobre essa decisão, não contestados por ninguém. A obra relata que o então ministro da Justiça José Eduardo Cardozo teria viajado em avião da FAB a Curitiba, de madrugada, para encontrar o relator dessas ações, o ministro Luiz Edson Fachin, recém-nomeado por Dilma para a vaga que fora de Joaquim Barbosa. Cardoso queria que Fachin suspendesse o processo de impeachment.

Todos ficaram apavorados com a relatoria de Fachin, visto que, como

militante da campanha de Dilma que foi, havia a suspeita de parcialidade da sua decisão. Mas o que ocorreu é que, apesar de ter atendido Cardozo e dado inicialmente uma liminar suspendendo o processo, marcou imediatamente o julgamento e, nele, seu voto, que confirmava todos os atos por mim praticados e as decisões que a Câmara tinha tomado, para surpresa de todos.

Esse mesmo livro diz que o voto de Fachin teria uma sutileza que, depois, seria usada para anulação de todo o processo de impeachment. A sutileza consistiria em que o processo de impeachment seria um processo jurídico-político, e não somente um processo político. E que isso poderia levar à apreciação futura de que não haveria condição jurídica para o impeachment, e com isso se poderia anular todo o processo.

Não se sabe se essa era a real intenção de Fachin, ou se foi a desculpa utilizada para justificar o seu voto a quem lhe cobrasse a infidelidade a Dilma. Mas o fato é que Fachin estava certo, já que o processo de impeachment era tanto jurídico quanto político.

Para corroborar isso, basta ler a minha decisão de aceitação de abertura de processo de impeachment. Ela consistia em fatos que eu entendi cabíveis juridicamente. Além disso, quando do julgamento do impeachment no Senado Federal, que, por disposição constitucional, é presidido pelo presidente do STF, todo o debate lá ocorrido foi feito sobre o cabimento ou não das acusações contra Dilma, e não sobre a sua pífia presidência.

Evidentemente, o caso do impeachment de Collor não teve nenhuma base jurídica e foi totalmente político, já que os fatos tratados no relatório da CPMI do Congresso Nacional poderiam ser enquadrados como crimes comuns e não de responsabilidade.

Tanto isso é verdade que, depois, a Procuradoria-Geral da República apresentou denúncia contra Collor ao STF, e ele acabou absolvido pelo STF na ação penal de número 307, dois anos após o processo de impeachment. Naquele momento, Collor foi julgado pelo STF, mesmo depois da perda do mandato, pela jurisprudência da época, modificada hoje, na qual não se perdia o foro após o término do mandato.

Se a denúncia tivesse sido apresentada antes da abertura do processo de impeachment, a Câmara dos Deputados poderia ter autorizado ou não a abertura do processo penal, implicando o afastamento por 180 dias do presidente, após a denúncia ser aceita pelo STF e o julgamento ficando a cargo deste, e não do Senado Federal.

Recentemente, isso aconteceu duas vezes com Michel Temer, que, denunciado pela Procuradoria-Geral da República em duas oportunidades, em ambas a Câmara dos Deputados rejeitou a autorização para abertura da ação penal, sustentando o processo até o fim de seu mandato.

A parte política do processo de impeachment está na atuação tanto dos deputados que autorizaram a abertura do processo quanto dos senadores que o julgaram. Eles o fizeram por motivações políticas, e, além disso, os senadores não são julgadores que têm de fundamentar o seu voto como os magistrados, e são soberanos na sua decisão, não se subordinando a eventual correção do STF.

Fachin estava certo no argumento, e, se verdadeira a sua motivação divulgada, haveria um erro, e me parece que essa alegação foi ter realmente a desculpa de um novato no STF, confrontado com a primeira grande oportunidade de fazer a sua biografia – fato muito comum no STF atual, em que as nomeações ficaram abaixo do nível esperado e com ministros que, sem currículo anterior, necessitam da sua atuação no STF para construí-lo.

O fato é que Dilma tinha outro centroavante no STF, o ministro Luís Roberto Barroso. Primeiro a votar depois de Fachin, fez um voto divergente, criando condições para a salvação de Dilma, confirmando que para o afastamento dela não bastaria a votação de dois terços da Câmara, mas teria de haver confirmação por maioria simples do Senado da admissão ou não do processo de impeachment. Ou seja, absurdamente o Senado, por maioria simples, poderia tornar sem efeito uma decisão de dois terços da Câmara.

Nesse ponto, a Constituição é muito clara: cabe à Câmara abrir o processo de impeachment e ao Senado, o seu julgamento, não sendo de sua alçada um duplo papel de autorizar o que a Câmara já autorizou e depois também julgar.

Isso seria colocar o Senado em um papel superior ao da Câmara, não admitido na nossa Constituição, em que o texto do artigo 86 fala diretamente: “Admitida a acusação contra o Presidente da República por dois terços da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nas infrações penais comuns ou perante o Senado Federal nos crimes de responsabilidade”. É um texto bem claro, no qual a decisão de Barroso teve um viés de fidelidade a quem fez sua nomeação ao STF.

Além disso, Barroso legislou, interveio no regimento interno da Câmara e teve uma passagem célebre muito ironizada na imprensa, quando leu um artigo do regimento da Câmara, artigo 188, inciso III, e parou a leitura no ponto que iria contradizer o seu argumento. Nesse trecho, o texto diz que a eleição secreta se aplicaria às demais eleições não descritas naquele artigo, o que era exatamente o caso da eleição para a Comissão Especial do Impeachment.

Barroso, baseado na ausência do dispositivo do regimento interno, que existia e que havia omitido em sua leitura, anulou a eleição da Comissão Especial, que tinha sido por voto secreto, determinando que a votação fosse aberta.

Ele determinou também, sem nenhum respaldo no regimento da Câmara ou na Lei nº 1.079, de 1950 – a lei do impeachment –, que só fossem submetidos a votos do plenário da Câmara os indicados pelas lideranças dos partidos, não admitindo candidatura avulsa, fato normal no Parlamento, previsto no regimento interno e consolidado nas jurisprudências da Câmara.

Em resumo, Barroso interveio, paralisou o processo de impeachment e, naquele momento, deu sobrevida a Dilma, já que seria bastante fácil para ela obter maioria simples no Senado para não ser afastada. Sabendo disso, eu resolvi esperar o fim do recesso do Congresso, que iria começar naquele momento, para continuar com o processo, já que a derrota era uma hipótese provável.

Barroso foi acompanhado pela maioria do plenário do STF, vencendo o voto de Fachin, mostrando a todos nós que Dilma estava com a maioria do

Supremo, e isso tornava mais difícil o processo. Sabíamos que, além da dificuldade no Senado, ainda poderíamos ter outras disputas no STF acerca das decisões.

Dilma, aliás, em momento anterior, já tinha me dito que tinha cinco ministros no STF – a conta dela incluía Fachin, que, nesse caso, não a ajudou. Mas eu sabia que ela iria jogar nessas duas frentes: a do STF e também com Renan Calheiros, no Senado. E, com isso, tentar parar ou impedir o impeachment. Além disso, a então presidente contava com a serventia e a atuação do procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

Todos esses detalhes – reuniões, jantares, articulações, conversas, a obtenção dos votos necessários para a abertura do processo de impeachment – serão aqui contados de forma minuciosa. O relato termina no dia do afastamento de Dilma e da posse de Michel Temer, em 12 de maio de 2016.

Eu também mostrarei alguns detalhes do processo de cassação do meu mandato de deputado, incluindo as tentativas de extorsão que sofri. Como a maior parte dessa história está em período posterior, deixarei para contar esses fatos em outro livro, abrangendo o período de Michel Temer a Bolsonaro no pós-impeachment. Com isso, pretendo compartilhar todos os fatos que vivi, protagonizei ou tomei conhecimento ao longo do processo de impeachment, além de todas as consequências que esse período marcante acabou gerando.

Aproveitei e formulei uma série de propostas de alteração do sistema político, com sugestões de mudanças na Constituição, na legislação eleitoral e até no Regimento Interno da Câmara. As propostas podem, ao menos em parte, alterar profundamente o sistema político e ajudar na estabilidade política. Elas abrangem o parlamentarismo, a extinção ou alteração dos poderes do vice-presidente da República, a vacância da Presidência, a mudança do processo eleitoral, entre outras.

Este livro era para ter sido escrito inicialmente em 2016, logo após a cassação do meu mandato de deputado federal. Mas a minha prisão impediu isso. O fato de ter sido escrito em 2020, contudo, me permitiu abordar alguns

fatos ocorridos nesse período, que influenciam a compreensão de todo o processo, bem como pude escrever sobre outras consequências, relatando inclusive alguns fatos mais recentes.

O livro acabou ficando maior do que eu esperava, justamente pela riqueza de detalhes que preferi expor. Muitos desses detalhes foram testemunhados por mim ou trazidos por terceiros – até mesmo apresento fatos importantes que foram noticiados na imprensa, porém esquecidos depois.

Se o seu intuito for apenas saber os detalhes do impeachment de Dilma, você terá isso a partir do capítulo 21. Mas, se quiser conhecer as raízes desse processo, não deixe de ler tudo.

Não pretendo fazer desta obra um memorial de defesa das acusações injustas que sofri e ainda sofro, mas citarei alguns pontos das fraquezas de alguns fatos denunciados, bem como de incoerências que ocorreram comigo em relação a outras pessoas. Eu vou rebater alguns pontos denunciados no período abrangido pelo livro e, além disso, mostrar o preço que paguei pela abertura desse processo de impeachment.

Mostrarei também uma parte das falhas da chamada Operação Lava Jato, com as parcialidades do então juiz Sergio Moro, incluindo os processos com relação a mim. Eu também trarei a prova de algumas injustiças cometidas contra mim, inclusive a de me atribuir a titularidade de contas no exterior – sendo que o próprio Ministério Público Federal do Brasil e o da Suíça reconheceram, depois da minha condenação, que eu era delas apenas mero usufrutuário, conforme eu já declarava na época. Isso de nada adiantou, pois fui cassado do meu mandato de deputado justamente sob a alegação de ter mentido ao dizer que não era titular dessas contas – e ainda fui condenado por isso, embora esteja em fase de apelação, com a juntada dessa nova prova, nos recursos aos tribunais superiores.

É possível que a publicação desta obra me traga mais consequências. Muitos atores não ficarão satisfeitos com a realidade aqui apresentada. Sofrerei muitas críticas daqueles que gostariam de ter o seu verdadeiro papel escondido. Além disso, muitos que foram aqui criticados reagirão. Talvez sofra com novos

processos ou sofra ainda mais com o peso do meu nome nas capas dos processos. Mesmo sabendo disso, a minha intenção não mudou.

Independentemente de gostar ou não de mim, concordar ou não comigo, a leitura é indispensável. Pois, queira ou não, o responsável por todo esse processo de impeachment de Dilma fui eu. Muitos buscaram herdar essa glória, mas ou de quase nada participaram ou foram meros coadjuvantes, inclusive os próprios autores do pedido de abertura do processo feito à Câmara dos Deputados e aceito por mim.

Aliás, devemos registrar que o primeiro pedido de impeachment de Dilma no seu segundo mandato coube ao então deputado Jair Bolsonaro, em 13 de março de 2015, em função das denúncias de corrupção na Petrobras. Eu rejeitei seu pedido, sendo que, de todos aqueles que tiveram seu pedido de impeachment por mim rejeitado, Bolsonaro foi o único que recorreu contra a minha decisão ao plenário. Em função da decisão do STF em relação à questão de ordem número 105, não pude colocar seu recurso em votação no plenário. Isso pode explicar um pouco as razões do crescimento dele, pois Bolsonaro foi realmente precursor no processo de impeachment.

Preferi não ser omissos nem infiel aos fatos. Foi muito difícil todo esse processo, além das consequências que afetaram toda a minha vida e a da minha família. Mas não me arrependo da maior parte das decisões que tomei, embora também reconheça que tenha cometido alguns erros durante o processo. Como está na Bíblia, na segunda carta de Paulo aos Timóteos, no capítulo 4, versículo 7: “Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé”.

Tenha uma boa leitura.

1

A história das eleições presidenciais, a interrupção da ditadura Vargas e a ditadura de 1964

A precondição para se compreender a história política do nosso país e o que acontece hoje em dia é o conhecimento dos fatos pretéritos. No caso específico do tema deste livro, o conhecimento das eleições ocorridas após a proclamação da República, em 15 de novembro de 1889. A monarquia e seu imperador foram derrubados por aquilo que poderíamos chamar de golpe militar, executado com orientação política, com o anseio de acabar com aquela forma de governo e estabelecer o que é o conceito da República, ou seja, a *res publica*.

É óbvio que havia outras nuances nesse processo, em que a escravidão havia sido abolida sem indenização aos grandes proprietários de terra, que, por vingança, apoiaram o golpe. Além disso, existia o fato de o então imperador, dom Pedro II, não ter filhos homens e a herdeira do trono vir a ser sua filha, a princesa Isabel – casada com um francês, o conde d’Eu. Isso assustava muita gente, que pensava na possibilidade de o país ser governado por um estrangeiro, o que acabou se traduzindo em apoio ao golpe.

Desde a Proclamação da República, foram eleitos 31 presidentes, 23 de forma direta e 8 de forma indireta – havendo uma eleição extraordinária em 1919. A eleição que teve o maior número de votantes até 2014 foi a do primeiro turno desse ano, com 115.122.611 eleitores. A que teve o menor número foi a de 1906, com 306.030 eleitores.

No caso da escolha dos vice-presidentes, foram 32 as eleições, sendo 19 delas separadas das eleições de presidente (13 diretas e 6 indiretas). Ou seja, podia-se votar para o presidente de uma chapa e o vice de outra, dificultando em muito a manutenção da harmonia. Houve outras 13 em que a eleição do presidente e seu vice foram feitas conjuntamente (oito diretas e cinco

indiretas).

Por duas vezes foram eleitos presidente e vice de chapas diferentes: em 1891, quando o presidente era de situação e o vice-presidente de oposição; e em 1960, em que o presidente era de oposição e o vice de situação – essa eleição teve como consequência o golpe de 1964.

Houve três eleições extraordinárias de vice-presidente – em 1903, 1920 e 1922 –, além da eleição extraordinária de 1919 para presidente. A eleição de 1934 ocorreu somente para presidente, já que a ditadura de Vargas havia acabado com o cargo de vice-presidente.

Somente quatro eleições tiveram a vitória do que se chamava oposição naquele momento: as de 1960, 1985, 1989 e 2002 – sendo a de 1985 indireta, por meio do colégio eleitoral que pôs fim à ditadura de 1964.

A de 1989 foi a primeira eleição direta após a ditadura, cem anos depois da proclamação da República. Elegeu Fernando Collor, aquele que viria a sofrer o processo de impeachment. A eleição de 2002 marcou a vitória de Lula e a chegada do PT ao poder, que terminaria com o impeachment de Dilma, sucessora de Lula.

Os modelos de eleição sofreram mudanças durante o período republicano, decorrentes de novas constituições no país. A primeira Constituição, de 1891, adotou o modelo presidencialista pelo sufrágio direto. Na prática, havia muitas restrições de voto, além de manipulações e fraudes, o que levava a pouca representatividade dos eleitos.

Nessa Constituição havia inclusive a previsão de que, caso o candidato a presidente não obtivesse a maioria absoluta dos votos, caberia ao Congresso Nacional escolher o governante, entre os dois mais votados. Isso não chegou a ocorrer, pois todos os eleitos na vigência dessa carta obtiveram a maioria absoluta.

A carta de 1934 não contemplava eleições presidenciais, a não ser a eleição extraordinária de 1934, que elegeu Getúlio Vargas. Já a carta de 1937, sob a ditadura de Vargas, previa eleições presidenciais que nunca foram realizadas.

Após a queda de Vargas, a nova carta de 1946 mudou a situação: previu as

eleições presidenciais diretas, aumentou o número do eleitorado e instituiu o voto secreto.

Já durante a ditadura de 1964, os atos institucionais de números 1 a 4, e depois a proclamada carta de 1967, alteraram as eleições presidenciais de diretas para indiretas, por um modelo de colégio eleitoral. Isso seguiu até a Constituição de 1988, que voltou a prever as eleições diretas para presidente, com voto secreto e universal, e ainda ampliando a participação popular nas eleições.

Desde 1966, o presidente e o vice-presidente concorrem na mesma chapa, e, desde 1989, a eleição passou a ocorrer em dois turnos, caso não se alcance a maioria absoluta em primeiro turno.

Somente a partir da eleição de 1955 adotou-se a cédula eleitoral oficial, que resguardava a liberdade e o sigilo do voto. Antes disso, os próprios partidos políticos é que distribuía as cédulas eleitorais. Desde 1998, usa-se a urna eletrônica, ainda hoje contestada, embora nenhuma fraude tenha sido comprovada. Existe uma grande discussão sobre a necessidade de impressão do voto.

Após a proclamação da República, o marechal Deodoro da Fonseca assumiu provisoriamente a chefia do governo. A promulgação da Constituição de 1891 previa o sufrágio universal, mas ressalvava nas suas disposições transitórias que, no primeiro período presidencial, o presidente seria eleito pelo Congresso Constituinte. Esse poder já tinha sido estabelecido na eleição do Congresso Constituinte em 1890, o que seria a primeira eleição do Congresso após a queda da monarquia – a 21ª legislatura do Congresso Nacional duraria de 15 de novembro de 1889 a 14 de novembro de 1891.

Deodoro da Fonseca, na chefia do governo provisório, convocou a eleição do Congresso Constituinte, que elaborou a primeira Constituição da República, entre 15 de novembro de 1890 e 24 de fevereiro de 1891. O Congresso, depois de eleger Deodoro, seria dissolvido por ele em novembro de 1891, ao contrário do que previa a Constituição promulgada. A previsão era de que, ao fim dos trabalhos constituintes, o Congresso se separaria em

Câmara dos Deputados e Senado Federal, para os trabalhos ordinários.

A nova Constituição previa mandatos de quatro anos para presidente, de três anos para deputados e de nove anos para senadores, renovando-se um terço dos senadores a cada eleição. Estabelecia a denominação Congresso Nacional para o conjunto de Câmara dos Deputados e Senado Federal.

O período já marca a primeira grande crise política, com a dissolução do Congresso, a renúncia do presidente Deodoro da Fonseca em 23 de novembro de 1891 e a ascensão do vice-presidente Floriano Peixoto. Isso contrariava a Constituição aprovada, que mencionava a necessidade de convocação de novas eleições, o que não foi feito por Floriano Peixoto, em mais um golpe, dessa vez contra a própria nova Constituição vigente.

O novo Congresso foi empossado para o período de 15 de novembro de 1891 até 14 de novembro de 1894, na 22ª legislatura.

A segunda eleição presidencial se deu em 1º de março de 1894 e elegeu Prudente de Moraes para o período de 15 de novembro de 1894 até 14 de novembro de 1898, e, em 1894, elegeu-se a 23ª legislatura do Congresso, para o período de 15 de novembro de 1894 até 31 de janeiro de 1897.

A 24ª legislatura atravessou o mandato de Campos Sales, presidente que seria eleito em seguida. Foi de 1º de fevereiro de 1897 até 31 de janeiro de 1900.

A terceira eleição presidencial se deu em 1º de março de 1898 e elegeu Campos Sales para o período de 15 de novembro de 1898 a 14 de novembro de 1902. O Congresso foi eleito para a sua 25ª legislatura, para o período de 1º de fevereiro de 1900 a 14 de novembro de 1902.

A quarta eleição presidencial foi realizada em 1º de março de 1902, e o eleito foi Rodrigues Alves, para o período de 15 de novembro de 1902 a 14 de novembro de 1906, sendo eleita a 26ª legislatura do Congresso para o mesmo período.

A quinta eleição presidencial ocorreu em 1º de março de 1906 e elegeu Afonso Pena, para o período de 15 de novembro de 1906 a 14 de novembro de 1910, tendo sido eleita a 27ª legislatura do Congresso – que foi do período de

15 de novembro de 1906 a 31 de janeiro de 1909.

Afonso Pena morreu um ano antes do fim do mandato e foi sucedido pelo vice-presidente Nilo Peçanha, que concluiu o mandato. A 28ª legislatura do Congresso foi eleita e cumpriu o período de 1º de fevereiro de 1909 até 31 de janeiro de 1912.

A sexta eleição presidencial se deu em 1º de março de 1910. Hermes da Fonseca foi escolhido para o período de 15 de novembro de 1910 até 14 de novembro de 1914, tendo a 29ª legislatura do Congresso sido eleita para o período de 1º de fevereiro de 1912 a 31 de janeiro de 1915.

A sétima eleição presidencial ocorreu em 1º de março de 1914 e elegeu Venceslau Brás, então vice-presidente da República, para o período de 15 de novembro de 1914 a 14 de novembro de 1918, tendo sido eleita a 30ª legislatura do Congresso para o período de 1º de fevereiro de 1915 até 31 de janeiro de 1918.

A 31ª legislatura foi eleita para o período de 1º de fevereiro de 1918 a 31 de janeiro de 1921. Em 1º de março de 1918, ocorreu a oitava eleição presidencial, e Rodrigues Alves foi escolhido para o período de 15 de novembro de 1918 a 14 de novembro de 1922. Mas Alves não tomou posse: vitimado pela pandemia da gripe espanhola, acabou por falecer em 1919.

O vice-presidente eleito Delfim Moreira foi quem assumiu. Foi realizada eleição extraordinária para a Presidência da República, no dia 13 de abril de 1919, a nona eleição presidencial. Acabou escolhido Epitácio Pessoa para complementar o mandato de Rodrigues Alves.

Em 1920, morreu o vice-presidente Delfim Moreira, o que levou a uma eleição extraordinária para o cargo de vice-presidente em 6 de setembro de 1920. Foi escolhido Bueno de Paiva para complementar o mandato.

A 32ª legislatura do Congresso foi eleita para o período de 1º de fevereiro de 1921 a 31 de janeiro de 1924. A décima eleição presidencial ocorreu em 1º de março de 1922. Artur da Silva Bernardes foi o escolhido das urnas para o período de 15 de novembro de 1922 até 14 de novembro de 1926.

Logo após essa eleição, morreu antes da posse o vice-presidente eleito

Urbano Santos, o que levou a uma eleição extraordinária para vice-presidente, ocorrida em 7 de maio de 1922. Foi eleito Estácio Coimbra.

A 33ª legislatura do Congresso foi eleita para o período de 1º de fevereiro de 1924 até 31 de janeiro de 1927. A 11ª eleição presidencial ocorreu em 1º de março de 1926. Foi eleito Washington Luís para o período que deveria estender-se de 15 de novembro de 1926 a 14 de novembro de 1930.

A 34ª legislatura do Congresso assumiu em 1º de fevereiro de 1927 e terminou em 24 de outubro de 1930, junto com o governo de Washington Luís, com o golpe militar que levou ao início da ditadura de Vargas.

A 12ª eleição presidencial ocorreu em 1º de março de 1930, na qual foi eleito Júlio Prestes para o mandato de 15 de novembro de 1930 até 14 de novembro de 1934. Foi o único presidente eleito a não tomar posse, por conta do golpe de 1930.

Prestes havia derrotado Getúlio Vargas nas urnas. Após a eleição, junto com os seus aliados, Vargas iniciou um levante. Antes de Vargas chegar à capital, no Rio de Janeiro, houve um golpe militar que depôs Washington Luís, em 24 de outubro de 1930, poucos dias antes do fim do seu mandato e da data prevista para a posse de Júlio Prestes, que acabaria não assumindo.

Com o golpe militar, assumiu o governo uma junta militar, que geriu o país por poucos dias. O comando foi passado para Getúlio Vargas. A era Vargas começou em 3 de novembro de 1930 e se estenderia até 1945.

A Constituição de 1891 foi revogada. Getúlio governou por decretos. A 35ª legislatura do Congresso Nacional durou de 25 de outubro até 31 de dezembro de 1930. Vargas editou o ato de dissolução do Congresso em 11 de novembro de 1930.

Em 14 de maio de 1932, Vargas convocou eleições para um congresso constituinte para 3 de maio de 1933. Foi criada uma comissão para elaborar o anteprojeto da Constituição.

Dessa forma, a 36ª legislatura do Congresso Nacional, eleito como Constituinte, elaboraria a Carta de 1934, cujos trabalhos duraram de 15 de novembro de 1933 a 20 de julho de 1934.

Essa Constituição previa em suas disposições transitórias que a eleição presidencial de 1934 se daria de forma indireta pelo Congresso, o que ocorreu em 17 de julho de 1934, com a escolha de Getúlio Vargas. Foi a 13ª eleição presidencial. E sem vice-presidente, cargo que havia sido extinto pela Constituição de 1934 então aprovada.

O Congresso, após a proclamação da Constituição de 1934, se transformaria em Câmara dos Deputados, exercendo cumulativamente as funções do Senado Federal, até que ambas as casas se organizassem, o que durou até 27 de abril de 1935.

A 37ª legislatura do Congresso teve início em 28 de abril de 1935 e durou até 10 de novembro de 1937, quando Getúlio Vargas outorgou a Constituição daquele ano, que deveria ser submetida a plebiscito – nunca ocorrido. Ainda suspendia as atividades do Legislativo, dissolvendo o Congresso, estabelecendo o mandato presidencial de seis anos e prorrogando o mandato de Getúlio até a realização do plebiscito. Também acabava com o Senado Federal, extinguindo o bicameralismo, entre outras deliberações.

A eleição de 1938 estava prevista para acontecer em 3 de janeiro de 1938 de forma direta. Mas, com o golpe de Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, que introduziu o Estado Novo, a eleição não aconteceu. Vargas impôs a sua nova Constituição de forma autoritária e prorrogou seu mandato indefinidamente.

Em 1945, Getúlio Vargas convocou eleições para a Presidência da República e o Congresso Nacional Constituinte para o dia 2 de dezembro de 1945. Mas, em 29 de outubro de 1945, Vargas foi deposto por um golpe militar, assumindo a Presidência da República o então presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares.

Vargas foi deposto em função do movimento que se iniciava e ganhava força para adiar as eleições presidenciais e só fazê-las após a nova Constituição, o chamado *queremismo*¹. Isso acabou fazendo com que os militares, que antes lhe eram fiéis, participassem da sua deposição, visto que os candidatos à eleição presidencial marcada eram dois líderes militares à

época.

Dessa forma, a 14ª eleição presidencial ocorreu em 2 de dezembro de 1945 e elegeu Eurico Gaspar Dutra para o período de 31 de janeiro de 1946 a 31 de janeiro de 1951, mandato de cinco anos estabelecido pela Constituição de 1946. Ela também recriou o cargo de vice-presidente. Após sua promulgação, foi feita eleição indireta pelo Congresso Nacional, em 19 de setembro de 1946, elegendo Nereu Ramos para o cargo, com término previsto do mandato de forma a coincidir com o fim da gestão do presidente.

A Constituição também determinou que as eleições de presidente e vice-presidente fossem separadas. A 38ª legislatura do Congresso cumpriu o mandato de 23 de setembro de 1946 a 9 de março de 1951, depois de aprovada a Constituição de 1946.

Em 10 de abril de 1950, Dutra sancionou a Lei nº 1.079, de 1950, a Lei do Impeachment. Apesar de defasada nos dias atuais, foi com base nessa lei que se deram os processos de impeachment de Fernando Collor e Dilma Rousseff.

A 15ª eleição presidencial ocorreu em 3 de outubro de 1950 e elegeu, agora por voto direto, Getúlio Vargas para o mandato de 31 de janeiro de 1951 a 31 de janeiro de 1956. A 39ª legislatura do Congresso Nacional foi eleita para o período de 10 de março de 1951 até 31 de janeiro de 1955.

Na verdade, o primeiro processo de impeachment, baseado na Lei nº 1.079, de 1950, foi aberto contra Getúlio Vargas. Os motivos alegados eram o benefício ao jornal *Última Hora* e a tentativa de implantar uma república sindicalista. A autorização para a abertura do processo de impeachment foi rejeitada na Câmara dos Deputados, em 16 de junho de 1954, por 135 votos a 35, tendo tido 40 abstenções.

Getúlio Vargas, em meio à crise política que estava vivendo, logo em seguida se suicidou, em 24 de agosto de 1954, assumindo o vice-presidente Café Filho para completar o mandato. Mas isso acabaria não ocorrendo: em 8 de novembro de 1955, Café Filho sofreu um ataque cardíaco, foi afastado da Presidência e, em seu lugar, assumiu o então presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Ele ficou apenas três dias no cargo e acabou impedido

pelo Congresso Nacional, por supostamente fazer parte de uma conspiração contra a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Foi designado, então, o presidente do Senado Federal, Nereu Ramos, para cumprir o restante do mandato de Getúlio Vargas, até 31 de janeiro de 1956.

A 40ª legislatura do Congresso Nacional foi eleita para o período de 1º de fevereiro de 1955 até 31 de janeiro de 1959.

A 16ª eleição presidencial ocorreu em 3 de outubro de 1955, e das urnas saíram vencedores Juscelino Kubitschek como presidente e João Goulart como vice, para o mandato de 31 de janeiro de 1956 até 31 de janeiro de 1961. JK viveu debaixo da confusão da alternância de presidentes, nesse período anterior à sua posse, além das tentativas de impedir seu mandato, que foram malsucedidas.

Ele foi o presidente desenvolvimentista, que transferiu a capital do Rio de Janeiro para Brasília, com uma obra mirabolante, mudando o cenário político do país. Também foi o responsável pelo estabelecimento da indústria automobilística em São Paulo.

A política no país tinha sido dominada pelo famoso café com leite, uma aliança de alternância de poder firmada entre paulistas e mineiros. Tal hegemonia foi quebrada com a ascensão de Getúlio Vargas. Juscelino quis fortalecer a aliança com a industrialização de São Paulo, que mudaria para sempre o destino da economia do país.

A dupla atitude de Juscelino, com a transferência da capital federal e a implantação da indústria automobilística em São Paulo, determinou a mudança de patamar do Rio de Janeiro. As consequências são vistas até os dias de hoje. Foram decisões políticas vitais para a história do país, com benefícios a uns e prejuízos a outros.

A 41ª legislatura do Congresso Nacional foi eleita para o período de 1º de fevereiro de 1959 a 31 de janeiro de 1963.

A 17ª eleição presidencial ocorreu em 3 de outubro de 1960 e viu Jânio Quadros tornar-se vitorioso, para governar no período entre 31 de janeiro de 1961 e 31 de janeiro de 1966. João Goulart havia sido reeleito vice-presidente

para o mesmo período.

A 42ª legislatura foi eleita para o período de 1º de fevereiro de 1963 a 31 de janeiro de 1967.

Jânio Quadros renunciou em 25 de agosto de 1961, dando início à crise que culminaria no golpe de 1964. Após sua renúncia, assumiu a presidência o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli, que chefiou um governo provisório por 13 dias, comandado de fato pelos ministros militares que não aceitavam a posse do vice-presidente. A crise acabou resolvida com a adoção do parlamentarismo, permitindo a posse de João Goulart, sob um gabinete com um primeiro-ministro que governava de fato. O escolhido para esse cargo foi o mineiro Tancredo Neves.

Em 6 de janeiro de 1963, um plebiscito revogou o parlamentarismo, que já estava em seu terceiro primeiro-ministro. Depois de Tancredo, haviam governado Brochado da Rocha e Hermes Lima. João Goulart então assumiu o governo.

Jango governou até ser deposto pelo golpe militar, em 31 de março de 1964, tendo o cargo sido declarado vago pelo Congresso Nacional em 2 de abril de 1964. Foi eleito, de forma indireta, nove dias depois, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. Assim, em 11 de abril de 1964, ele se tornaria o primeiro presidente militar da ditadura, que duraria até 1985.

¹ A expressão se originou do *slogan* utilizado pelo movimento “Queremos Getúlio”. N. do E.

2

Ditadura de 1964, eleições de presidentes e alteração do mandato presidencial para seis anos

Com a eleição indireta de 11 de abril de 1964, o 18^a pleito presidencial, o eleito deveria cumprir mandato até o fim do período remanescente de João Goulart.

Após a deposição de João Goulart e a declaração de vacância do cargo, assumiu o presidente da Câmara dos Deputados Ranieri Mazzilli, que estava submetido a uma junta militar que editou o Ato Institucional número 1. Este, entre outras determinações, transformou o Congresso Nacional em colégio eleitoral para a eleição de um novo presidente para complementar o mandato.

O Ato Institucional número 1 não revogou a Constituição de 1946, mas alterou a Carta, dando inclusive poderes para a cassação de mandatos eletivos e a suspensão de direitos políticos.

O regime militar sofreu uma derrota nas eleições dos governos estaduais da antiga Guanabara e de Minas Gerais, levando a uma crise. A 19^a eleição presidencial estava prevista para acontecer em 3 de outubro de 1965, mas Castelo Branco editou os atos institucionais números 2 e 3, determinando, entre outras coisas, o adiamento das eleições por um ano, para 3 de outubro de 1966.

Determinou também que a eleição para presidente e vice fosse indireta, via Congresso Nacional (presidente e vice de forma conjunta), assim como as eleições para os governos estaduais, via assembleias legislativas estaduais.

As eleições só poderiam ter, no máximo, dois candidatos, já que os partidos políticos anteriores haviam sido extintos. Introduziu-se o bipartidarismo – foram criados dois partidos: a Arena, de sustentação do governo militar, e o MDB, de oposição. Além disso, foi prorrogado o mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967.

Promulgou-se uma nova Constituição, em 1967, na qual os atos institucionais de números 1 a 4 foram extintos e incorporados à nova Carta. O Congresso Nacional foi transformado em Assembleia Constituinte, para legalizar, por meio da nova Constituição, o autoritarismo do regime militar.

Assim, a 19ª eleição presidencial, ocorrida em 3 de outubro de 1966, elegeu de forma indireta o marechal Artur da Costa e Silva para o mandato de 15 de março de 1967 a 15 de março de 1972, assumindo já com a Constituição de 1967 em vigor.

A 43ª legislatura do Congresso Nacional foi eleita já debaixo do bipartidarismo implantado à força pela ditadura, para o período de 1º de fevereiro de 1967 a 31 de janeiro de 1971.

Diante das resistências ao governo militar, inclusive com o surgimento de uma guerrilha armada, Costa e Silva editou o Ato Institucional número 5, o famoso AI-5. Este endureceria ainda mais o regime.

Editado em 13 de dezembro de 1968, o AI-5 fechou o Congresso Nacional até 21 de outubro de 1969 e determinou a cassação de vários mandatos de parlamentares contrários ao regime militar.

Costa e Silva foi vítima de um acidente vascular cerebral, em 31 de agosto de 1969. O vice-presidente Pedro Aleixo foi impedido de ser empossado em seu lugar, em mais um golpe dentro do golpe. Assim, uma junta militar assumiu o governo provisoriamente, reabrindo o Congresso para debaixo do AI-5 encerrar o mandato de Costa e Silva e eleger o sucessor para um novo mandato, um pouco menor do que cinco anos.

Dessa forma, em 25 de outubro de 1969, foi eleito o general Emílio Garrastazu Médici, também de forma indireta, pelo Congresso Nacional, na 20ª eleição presidencial. Ele foi empossado cinco dias depois, para um mandato que iria até 15 de março de 1974.

A 44ª legislatura do Congresso Nacional foi eleita em 1970, para o mandato de 1º de fevereiro de 1971 a 31 de janeiro de 1975, sendo essa legislatura a responsável pela 21ª eleição presidencial, ocorrida em 15 de janeiro de 1974. Nesta, foi escolhido o general Ernesto Geisel, para o mandato de 15 de março

de 1974 a 15 de março de 1979.

Na ocasião, houve uma novidade: o chamado Colégio Eleitoral, que tinha na sua composição, além dos deputados e senadores, representantes das assembleias legislativas dos estados.

A 45ª legislatura do Congresso Nacional foi eleita em 1974, para o mandato de 1º de fevereiro de 1975 até 31 de janeiro de 1979, com ampla vitória da oposição nos grandes centros – e grande vitória nas cadeiras do Senado Federal, o que começou a incomodar a ditadura.

Logo depois de uma proposta de reforma do Judiciário ser rejeitada pelo Senado Federal, Geisel usou o AI-5, ainda em vigor: fechou o Congresso por 14 dias e editou o chamado Pacote de Abril em 1977. Nesse pacote, além de transformar a escolha de um terço das cadeiras de senador em eleição indireta, tornava novamente indiretas as eleições de governadores, que deveriam ocorrer no ano seguinte.

Geisel ainda aumentou o mandato de seu sucessor de cinco para seis anos, iniciando aí um desequilíbrio que futuramente iria impactar o sistema político e que levaria à ingovernabilidade de outros presidentes – precipitando processos de impeachment, assunto que será tratado nos próximos capítulos.

A 22ª eleição presidencial ocorreu de forma indireta pelo Colégio Eleitoral, em 15 de outubro de 1978, tendo sido escolhido o general João Baptista Figueiredo para o mandato de 15 de março de 1979 a 15 de março de 1985. Seis anos, portanto, conforme a determinação do Pacote de Abril de 1977.

A 46ª legislatura do Congresso Nacional, por meio de eleições indiretas, conforme também determinava o Pacote de Abril, foi sufragada em 15 de novembro de 1978, para o mandato de 1º de fevereiro de 1979 a 31 de janeiro de 1983. No pleito, foram eleitos de forma indireta, conforme a determinação do Pacote de Abril de 1977, os ocupantes de um terço do Senado e os governadores dos estados.

Geisel extinguiu o AI-5 antes de passar o cargo, por meio de uma emenda à Constituição aprovada em 1978. Ele começou um processo de abertura lenta, que deveria ser seguida por Figueiredo. Este, por sua vez, promoveu uma

anistia irrestrita – que acabou permitindo o retorno dos exilados pela ditadura –, restabeleceu as eleições diretas para os governadores de estado previstas para 1982 e terminou com a eleição indireta de um terço do Senado. Também extinguiu o bipartidarismo, permitindo a criação de novos partidos políticos.

Todos os partidos existentes teriam de ter o nome começando pela palavra “partido”, e assim a Arena virou o PDS (atual Progressistas) e o MDB foi renomeado PMDB (atual MDB). Outros novos partidos foram criados, como o PT.

A 47ª legislatura do Congresso Nacional foi eleita em 15 de novembro de 1982. Nessa ocasião, a oposição obteve uma ligeira maioria no Congresso Nacional, tornando cada vez mais difícil a manutenção da situação política do regime militar.

As eleições de 1982 elegeram de forma direta os governadores. Os maiores estados trouxeram vitórias importantes para a oposição. Isso acabou pressionando para que as eleições presidenciais para a sucessão de Figueiredo também fossem diretas, e não mais pelo Colégio Eleitoral – que continuava com a maioria da ditadura, apesar das derrotas naquela eleição.

A partir da derrocada do regime militar e das dificuldades econômicas vividas pelo país, iniciou-se a tramitação de uma emenda constitucional, de autoria do então deputado Dante de Oliveira, visando as eleições diretas para a Presidência da República.

Vieram então diversas manifestações de rua, em uma campanha que ficou conhecida como “Diretas Já”. Comícios com a participação de milhares de pessoas passaram a ocorrer nas principais capitais do país. Entretanto, quando a emenda foi votada na Câmara dos Deputados, ela não foi aprovada – até porque, para aprovar uma emenda constitucional, era necessária maioria qualificada, que a oposição não tinha como conseguir: dois terços de cada casa do Congresso.

Para a emenda passar na Câmara e ir à votação no Senado, eram necessários 320 votos de deputados dos 479 ocupantes das cadeiras à época. Para frustração do país, o placar mostrou 298 votos. Faltavam 22, portanto, naquela

votação ocorrida em 25 de abril de 1984. Nesse dia, a maioria dos deputados contrários se ausentou, para evitar o desgaste popular com a rejeição da emenda – que tinha 84% de aprovação popular, segundo pesquisas realizadas no período.

Com o fim da possibilidade de as eleições serem através do voto direto, a oposição se preparou para disputar e vencer no Colégio Eleitoral para, assim, fazer o sucessor de Figueiredo utilizando as regras existentes. Para isso, precisava se aliar à dissidência do regime militar.

A situação, representada pelo PDS, teve uma acirrada disputa para escolher seu candidato. Os favoritos eram Paulo Maluf e o coronel Mário Andreazza, ministro de Figueiredo. Maluf venceu a convenção do PDS e se tornou o candidato oficial do regime militar à sucessão presidencial.

Do outro lado, a oposição escolheu Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais, como candidato do PMDB. Aproveitando-se de um racha no PDS, o PMDB filiou o então senador José Sarney, oriundo do partido governista, tornando-o candidato a vice-presidente. Sarney representava o grupo dissidente do PDS, justamente o que daria a vitória da chapa peemedebista no Colégio Eleitoral.

A 23ª eleição presidencial ocorreu em 15 de janeiro de 1985. Foi eleita a chapa de Tancredo Neves e José Sarney, com ampla vitória no Colégio Eleitoral – 480 votos contra 180 favoráveis a Maluf.

Era o fim do regime militar e a inauguração daquilo que se denominou Nova República.

A composição do Colégio Eleitoral tinha a maioria absoluta do PDS, com 361 votos. Mas a dissidência que se formou, denominada Frente Liberal, constituiu a Aliança Democrática e invalidou essa maioria governista. Tal movimento foi legitimado pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que concedeu aos parlamentares liberdade de voto, sem cobrança da fidelidade partidária. Foi o que sepultou as chances de vitória de Paulo Maluf.

A Frente Liberal viria a se tornar o PFL (hoje DEM). Era majoritariamente composta de ex-membros do PDS e apoiadores do regime militar que se

insurgiram contra a candidatura de Paulo Maluf.

Logo após a eleição e pouco antes da data de sua posse, Tancredo adoeceu, foi submetido a diversas cirurgias e acabou impedido de assumir o cargo, o que gerou uma instabilidade naquele momento.

Ulysses Guimarães, presidente do PMDB, e naquele momento já eleito presidente da Câmara dos Deputados para o biênio de 1985 a 1987, seria o sucessor imediato da Presidência da República, caso Tancredo Neves não tomasse posse.

Foi um período de muita tensão. Houve a intervenção do já designado ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves, que impôs a posse do vice-presidente eleito José Sarney – situação dúbia na Constituição vigente, mas que acabou aceita por todos. Assim, no dia 15 de março de 1985, José Sarney foi empossado vice-presidente e assumiu a Presidência de forma provisória.

Tancredo Neves morreu em 21 de abril de 1985. Dessa forma, Sarney tornou-se o sucessor da Presidência. Ele assumiu para complementar o mandato de Tancredo, que deveria durar até 15 de março de 1991.

A ditadura de 1964 teve fim no momento da posse de José Sarney, em 15 de março de 1985, encerrando um ciclo de 21 anos, com cinco presidentes militares, uma Constituição autoritária e várias histórias de perseguições políticas, torturas, violações de direitos humanos e abusos das mais variadas formas.

O ciclo da ditadura nos mostra alguns ensinamentos que precisam ser reforçados, para que no futuro tais fatos não se repitam. Para começar, a maioria dos líderes do golpe de 1964 tinha em seu histórico a participação em levantes militares, em uma geração militar que fazia o chamado movimento tenentista, que tanto influenciou vários fatos na história política do país.

Esse grupo, após vários eventos em que foram coadjuvantes em golpes e tentativas de golpes, passou a ser protagonista. Só que dessa vez optou por não delegar a nenhum agente político o benefício das suas ações, preferindo exercer a totalidade do poder.

A ditadura nos mostra também que o sucesso de políticas econômicas tem a

capacidade de desviar o foco de outros problemas, dando popularidade momentânea a ditadores cujo governo alcance prosperidade. Mostra também como a derrocada econômica pode derrubar qualquer regime ou governo, visto que a ditadura começou a ruir quando a economia foi ladeira abaixo. Isso foi decisivo para a mudança do rumo da história.

Também não se pode deixar de realçar a importância do domínio dos meios de comunicação pela ditadura, seja por meio da censura, seja pela utilização dos meios disponíveis para que fossem submissos ao regime, o que acabou sendo fundamental para a sobrevivência do regime militar.

O maior papel foi exercido pela Rede Globo, que nasceu na ditadura, em 1965, cresceu de forma exponencial sob a proteção e os benefícios do regime militar, sustentou o regime até não poder mais e o abandonou ao fim, quando o movimento das “Diretas Já” estava nas ruas e tinha apoio maciço da população.

A Rede Globo deve à ditadura o seu tamanho atual e a conquista de um mercado em que se tornou monopolista de audiência – e muitos são os exemplos que poderiam ser listados aqui, mas esse não é o objeto desta obra.

Não adianta, depois de usufruir de tudo o que a ditadura lhe proporcionou e ter apoiado tudo que o regime militar fez contra o país e sua população, achar que basta um editorial pedindo desculpas por ter se posicionado ao lado dessa forma de poder e reconhecer o erro – isso não vai mudar a história nem o papel vergonhoso da emissora durante aquele período.

Afirmo isso porque a Globo também teve seu protagonismo nos processos de impeachment, como será relatado adiante. Atualmente assistimos, no governo Bolsonaro, a oposição ferrenha da emissora, tornando todos os seus telejornais, principalmente o *Jornal Nacional*, quase um programa político eleitoral, dentro da máxima de que um presidente pode até se eleger sem o apoio da Globo, mas governar sem ela seria quase um ato de suicídio político.

José Sarney, após assumir de vez a Presidência, pôs em prática os compromissos da Aliança Democrática e convocou a Assembleia Constituinte, eleita em 15 de novembro de 1986, junto com as eleições de

governadores. Estava dado o início do processo de redemocratização do país.

Imediatamente foi aprovada a emenda constitucional, em 8 de maio de 1985, que restabelecia a eleição direta para presidente da República e prefeitos de capitais. Essas eleições municipais foram marcadas para 15 de novembro de 1985. Além de dar direito de voto aos analfabetos, ela trouxe outra novidade: a legalização dos partidos comunistas.

A 48ª legislatura do Congresso Nacional foi eleita em 15 de novembro de 1986, com função conjunta de Assembleia Nacional Constituinte e mandato para o período de 1º de fevereiro de 1987 a 31 de janeiro de 1991.

3 **Constituinte, parlamentarismo e presidencialismo, o mandato de Sarney e o descasamento das eleições**

O governo da chamada Nova República passava por muitas dificuldades com a edição das medidas econômicas do Plano Cruzado, que teve grande influência nas eleições de 1986 – mas que, já no início dos trabalhos da Constituinte, em 1987, apresentava consequências danosas para a economia, levando inclusive a uma decretação de moratória da dívida externa e afetando a popularidade do governo.

E assim andavam os trabalhos da Assembleia Constituinte, concomitantes com as atividades ordinárias do Congresso Nacional. A maioria dos seus membros era da situação, mas a discussão política era intensa.

Ulysses Guimarães presidia tanto a Câmara dos Deputados quanto a Assembleia Nacional Constituinte e comandava o processo legislativo e político. Sarney, tanto pelas condições em que tinha assumido a Presidência quanto pelo seu próprio temperamento conciliador, acabava tendo o seu governo tutelado pela presença forte de Ulysses. Ele teria sido o candidato a presidente da República e provavelmente eleito caso a emenda das “Diretas Já” tivesse sido aprovada.

Durante a Constituinte, houve um racha no PMDB. Uma parte do partido fundou o PSDB, sob a liderança de Mário Covas, Franco Montoro, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, José Richa, Tasso Jereissati, entre outros, em movimento que poderia implodir as chances do PMDB e de Ulysses Guimarães vencerem a primeira eleição direta para a Presidência da República depois do fim da ditadura.

Na verdade, essa dissidência do PMDB que criou o PSDB era mais um movimento paulista contra a hegemonia do então governador de São Paulo, Orestes Quéricia, que se apresentava também como forte candidato à

Presidência. O grupo criou condições para a adesão de outros dissidentes, de outros estados, já incomodados com o desgaste do governo e com a crise econômica.

Os trabalhos da Constituinte foram avançando e a base parlamentarista do Congresso, liderada pelos fundadores do PSDB, conseguia transformar a Constituição em um modelo parlamentarista. Ainda faltaria, contudo, definir se o sistema de governo penderia para o parlamentarismo ou o presidencialismo.

A Constituição de 1988 teria, além da previsão de eleições diretas, o restabelecimento de todas as liberdades e direitos individuais, permissão para livre formação de partidos políticos, entre muitas outras decisões que removeram o entulho autoritário da Constituição de 1967. Foram estabelecidas as garantias e direitos fundamentais que a transformariam, conforme enfatizou Ulysses Guimarães em sua promulgação, em “Constituição Cidadã”.

O mandato de seis anos que Sarney cumpria era o determinado pela Constituição anterior. A nova Carta iria inicialmente prever um mandato de quatro anos para o presidente da República – e havia uma discussão se isso já deveria ser aplicado ao governo corrente.

Tal definição passava pelos interesses daqueles que queriam entrar no páreo o mais rápido possível, sem esperar por seis longos anos.

A nova Constituição a ser promulgada não poderia ferir um direito líquido e certo de Sarney, ou seja, de governar pelos seis anos estabelecidos. Entretanto, as pressões, aliadas às dificuldades do governo, deixavam o presidente com receio de que seu mandato fosse abreviado.

Aqueles que queriam os quatro anos tinham o argumento de que se tratava de uma nova Constituinte, e não da discussão de uma emenda constitucional. Logo, poderiam alterar qualquer coisa, inclusive abreviar o mandato presidencial, o que acabaram fazendo.

Dessa forma, duas importantes decisões precisavam ser tomadas pela Constituinte, com enorme reflexo no futuro da política no país. Elas

repercutiriam também, por consequência, nos processos de impeachment de Fernando Collor e de Dilma Rousseff.

Ambas as decisões foram tomadas no mesmo dia, em junho de 1988. Sarney já havia feito um pronunciamento público, abrindo mão de um ano, dos seis anos a que teria direito. Com isso, a disputa passou a ser sobre os mandatos de quatro ou cinco anos, sendo que a decisão valeria tanto para os futuros presidentes quanto para Sarney.

A primeira decisão era se o sistema de governo seria parlamentarista ou presidencialista. O texto já aprovado da Constituição, relatada em grande parte por Mário Covas, era de uma constituição feita para suportar um sistema de governo parlamentarista. Nesse sistema, caso aprovado, existiria o presidente como chefe de Estado e haveria um gabinete comandado por um primeiro-ministro, que seria o chefe de governo, com atribuições específicas.

Mário Covas, assim como o seu novo partido, o PSDB, defendiam o parlamentarismo, e a Constituição foi sendo escrita puxando a brasa para essa sardinha. Mas, na votação do sistema de governo que vigoraria, acabou vencendo o presidencialismo, até porque os interesses dos candidatos a presidente falaram mais alto. Além disso, o apoio do governo de Sarney também influenciou muito a decisão.

Para compensar a derrota do parlamentarismo, a Constituição previu um plebiscito a ser realizado cinco anos depois, em 1993, quando a população decidiria pelo regime republicano ou monárquico e pelo sistema de governo, se presidencialista ou parlamentarista. Esse plebiscito estava previsto para ocorrer em 7 de setembro de 1993, mas, por alteração da Emenda Constitucional número 2 de 25 de agosto de 1992, foi antecipada para 21 de abril de 1993, com a vitória do regime republicano e do sistema de governo presidencialista.

A segunda decisão era quanto à duração do mandato do presidente da República – e, evidentemente, também o tempo de duração do governo em curso. Sarney conseguiu articular para que o mandato fosse de cinco anos, trabalhando para vencer no plenário da Constituinte.

Essa decisão pelos cinco anos atendia em parte ao desejo de alguns dos candidatos à sucessão e que ocupavam cargos de governadores. Dessa forma, eles teriam mais um ano de exercício dos mandatos, sem precisar renunciar para a disputa presidencial.

Os governadores eleitos em 1986, concomitantemente à eleição do Congresso Constituinte, eram todos do PMDB, com exceção do governador de Sergipe, João Alves. Ou seja, o interesse deles tinha enorme peso.

Dentre os governadores do PMDB, apenas um se manifestou contrário ao mandato de cinco anos. Era o então governador de Alagoas, Fernando Collor, que viria a ser eleito presidente em 1989, não pelo PMDB, e sim pelo PRN, partido até então sem expressão, mas que abrigou a candidatura.

Com o apoio dos governadores, com a máquina pública nas mãos e tendo apoio do bloco majoritário de centro, o chamado “centrão da Constituinte”, Sarney conseguiu a aprovação dos cinco anos, inclusive para o seu mandato, conforme o disposto no artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição de 1988.

Ficou estabelecido que a primeira eleição presidencial após a ditadura ocorreria em 15 de novembro de 1989, em uma votação isolada, sem nenhuma vinculação com outras eleições, com esse novo mandato de cinco anos, a partir de 15 de março de 1990.

A Constituição de 1988 estabeleceu a posse dos presidentes no dia 1º de janeiro do ano seguinte à eleição. Mas, nas disposições transitórias, foi determinado que o fim do mandato de Sarney seria em 15 de março de 1990.

Com isso, excepcionalmente, o mandato de Collor, o vencedor da primeira eleição presidencial direta pós-ditadura, seria de 15 de março de 1990 até 31 de dezembro de 1994, totalizando 4 anos, 9 meses e 15 dias.

A Constituição promulgada também previa uma revisão da própria Carta após cinco anos. Durante essa revisão pelo Congresso Nacional, em 1994, foi aprovada a emenda de revisão número 5, que reduziu o mandato de presidente de cinco para quatro anos, a partir das eleições de 1994, estabelecendo a partir daí a coincidência das votações para presidente com as

de outros cargos eletivos. Essa decisão foi influenciada pela derrota no plebiscito do sistema parlamentarista.

Como se vê, as disputas em torno do mandato e do sistema de governo causaram alterações no cenário político futuro, que influenciaram na governabilidade e no próprio resultado da eleição.

Estávamos diante de uma eleição isolada, praticamente ao término do período de mandato do Congresso eleito, autor da Constituição de 1988, escolhido por causa de outro objetivo, sob situações políticas diferentes.

Esse Congresso em fim de mandato teria de conviver com o presidente eleito em um pleito singular, que deveria restabelecer os anseios de uma população que desde a escolha de Jânio Quadros não votava para presidente da República. Muitos dos que foram às urnas naquela data nunca tinham votado em uma eleição presidencial.

4 A eleição de Collor, suas causas e consequências

O primeiro turno da 24ª eleição presidencial ocorreu em 15 de novembro de 1989. Em 17 de dezembro de 1989, o povo foi às urnas para o segundo turno. Fernando Collor foi o escolhido para o tal mandato de quase cinco anos.

Como comentado anteriormente, a Constituição de 1988 foi promulgada em 5 de outubro desse ano, sob a euforia dos ventos da redemocratização e com as eleições municipais em todo o país sendo debatidas – elas ocorreriam em 15 de novembro de 1988. Além delas, haveria também eleições gerais no Tocantins, estado recém-criado. Ali seriam eleitos o governador, três senadores, oito deputados federais e 24 deputados estaduais.

Apesar de a nova Constituição prever o segundo turno das eleições nos estados e em municípios com mais de 200 mil eleitores, a regra não foi aplicada em 1988, já que o processo havia sido deflagrado antes da sua promulgação, sendo obedecido o determinado no artigo 16 da Carta Magna, ou seja, uma lei que altere o processo eleitoral não entra em vigor na eleição que ocorra antes de um ano da sua vigência.

O governo não ia bem. Perdia apoio popular em função das dificuldades econômicas e políticas. Havia ainda os problemas da administração do consórcio que patrocinou a eleição no Colégio Eleitoral, da chapa herdada por Sarney com a morte de Tancredo. Também havia as disputas da Constituinte, pelo mandato de Sarney e pelo sistema de governo.

A lista não parava aí. Outros contratempos importantes eram a divisão do maior partido de então, o PMDB — que resultou na criação do PSDB —, e as disputas eleitorais municipais que teriam efeitos na sucessão presidencial. Além disso, existia a própria disputa da eleição presidencial de 1989, que iria

ocorrer pouco mais de um ano após a promulgação da Constituição.

Essas eleições municipais tiveram a marca de um episódio que envolveu a então estatal CSN, onde uma greve por reposição salarial levou à tomada da empresa pelos trabalhadores. A companhia obteve reintegração de posse na Justiça, no dia 9 de novembro de 1988, e a polícia militar e o exército atuaram para a retomada, em uma ação que acabou com a morte de três operários.

Tal ação mudou o resultado das eleições, já praticamente definidas pelas pesquisas divulgadas. Ela promoveu a vitória da esquerda em vários municípios – a mais relevante delas em São Paulo, com o PT.

As disputas municipais também consolidaram a perda de poder do PMDB e a estreia do PSDB, com a vitória na prefeitura da capital de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Ao fim desse processo eleitoral, a campanha presidencial já estava na rua, com a esquerda fortalecida e o governo vendo a crise econômica piorar com o descontrole da inflação – situação que se agravaria no ano de 1989, levando a um processo de hiperinflação. Isso provocava um sentimento na população de que as eleições deveriam ocorrer logo, pois seria a única forma de resolver o quadro agudo que se apresentava.

Com isso, o debate eleitoral foi bastante antecipado. A campanha acabou sendo muito longa. Fernando Collor renunciou ao governo de Alagoas para ser candidato, filiou-se ao PRN e passou a crescer nas pesquisas com um discurso de oposição a Sarney, postura de contestação da classe política e *slogans* como da caça aos marajás, entre outros.

O desejo de Collor era ter sido candidato a vice-presidente do peessedebista Mário Covas. Diante da negativa de Covas, o alagoano passou a vislumbrar a possibilidade de se candidatar à Presidência. Só quando definiu isso trocou o PMDB pelo PRN.

Nas fatias do horário dos programas partidários gratuitos, Collor apareceu em três programas de uma hora cada – do seu PRN e também do PST e do PTR, partidos que viriam a compor a sua coligação. Essas participações televisivas, em horário nobre de rede nacional, alavancaram sua candidatura.

O prazo de desincompatibilização terminava em 15 de maio, para que governadores interessados em disputar a eleição renunciassem aos cargos. Governadores de estados maiores, como Orestes Quéricia, em São Paulo, optaram por não renunciar, com receio de uma derrota.

Além de Collor, somente o então governador da Bahia, Waldir Pires, decidiu se desincompatibilizar. Pires planejava compor a chapa com Ulysses Guimarães, alçado a candidato do PMDB e fortalecido pela desistência de Quéricia.

Estávamos diante de um cenário de uma eleição solteira, sem a escolha conjunta de políticos para o Congresso Nacional ou de governadores, com um governo enfraquecido e envelhecido, sob um cenário econômico de hiperinflação. Também havia denúncias de corrupção, que desencadearam uma CPI polêmica e impopularidade para o governo. Este, por sua vez, apresentava o saldo de ter promovido a redemocratização do país. Entretanto, devido às dificuldades enfrentadas, não tinha realizações fortes para deixar como legado a ser defendido, exceto por uma série de programas sociais, que serviam para tentar compensar as dificuldades econômicas.

Nesse cenário, partiu-se para uma campanha eleitoral longa, com muitos debates e 22 candidatos. E, por ser uma eleição isolada, ninguém tinha nada a perder ao disputá-la – bastava um partido para apadrinhar a candidatura. A proliferação de siglas havia sido enorme com as novas regras criadas para a formação de partidos e o livre exercício da atividade partidária.

Ulysses Guimarães, comandante do PMDB, tinha o maior tempo de TV. Ele era o candidato natural de seu partido, mas, ao mesmo tempo, enfrentava o peso de representar a situação, ou seja, passar a imagem de continuidade ao governo Sarney. Assim, sua campanha não conseguia empolgar a população, mesmo que o próprio Ulysses tenha procurado se desvincular do governo e até mesmo atacar Sarney.

Compondo o grande leque de postulantes à Presidência, víamos as candidaturas de Paulo Maluf, derrotado por Tancredo Neves no Colégio Eleitoral de 1985, de Aureliano Chaves, vice-presidente de João Figueiredo e

líder da dissidência do PDS contra Paulo Maluf, além de Mário Covas, pelo PSDB, como alternativa aos desiludidos com o PMDB. Pela esquerda, havia as candidaturas de Leonel Brizola e Lula.

Ou seja, à disposição do eleitor, o espectro era amplo, para todos os gostos. Mas a maioria dos presidenciáveis não contava com nenhuma condição de assumir a Presidência da República construindo maioria no Congresso Nacional e, assim, tendo condições para governar.

Collor queria um vice de Minas Gerais e preferia a filha de JK, a então deputada Márcia Kubitschek. Como ela demorou muito a aceitar o convite, o ex-governador alagoano decidiu-se pelo então senador Itamar Franco, que tinha sido vice-presidente da CPI no Congresso Nacional que buscava responsabilizar Sarney por supostos atos de corrupção. Itamar havia deixado o PMDB e se filiado ao PRN a tempo da convenção do partido para o lançamento da chapa completa.

A candidatura de Collor foi crescendo com um duro discurso e, apesar do número elevado de oponentes, chegou à reta final com chances reais de levar a eleição em primeiro turno.

A campanha era longa demais. Quando os programas eleitorais na TV começaram, dois meses antes da data da eleição, era como se a disputa já estivesse velha. Em um tempo de protagonismo da televisão sobre os outros meios de comunicação, as inserções diárias alteraram um pouco esse quadro.

Collor evitava bater em Sarney nos programas eleitorais. O candidato do PMDB Ulysses Guimarães detonava o então presidente, mas gozava de pouca credibilidade para isso, pois era difícil convencer o eleitor de que o governo de Sarney não era o governo de Ulysses Guimarães.

A eleição caminhava para a realização de um segundo turno entre Collor e um candidato ainda indefinido, por conta das muitas oscilações de preferência do eleitorado naquele período. Mário Covas chegou a crescer, Guilherme Afif também, mas a decisão de quem seria o adversário de Collor ficaria entre Brizola e Lula – com o petista um pouco atrás nas pesquisas.

O crescimento de Mário Covas se deu com forte apoio da Globo, que dessa

forma tentava escalar os dois candidatos do segundo turno, tentando não correr o risco de que Brizola ou Lula estivessem lá. Para conquistar o apreço da emissora, Covas defendeu, em sua “Carta aos Brasileiros”, um choque de capitalismo no país.

O texto tinha sido escrito por Jorge Serpa, guru político das Organizações Globo, à época. Foi lido pelo tucano em discurso no Senado, reverberado pelas Organizações Globo de forma veemente. Isso levou Covas a um crescimento nas pesquisas e deu a impressão de que ele poderia ir ao segundo turno. Logo em seguida, contudo, o candidato voltou a um patamar de intenção de votos inferior ao dos esquerdistas Brizola e Lula.

Quando já parecia que a situação não iria mais se alterar, uma surpresa: entrou em cena uma articulação para a candidatura do apresentador e dono do SBT Silvio Santos, com Sarney sendo apontado como o mentor por trás da tentativa. Silvio Santos se filiou a um partido pequeno, o PMB, que tinha um candidato a presidente – o pastor Armando Corrêa, que renunciou para que a comissão executiva do partido indicasse o apresentador como seu substituto.

Naquela época não existia prazo determinado para filiação partidária a fim de concorrer às eleições. Bastava se filiar e qualquer um poderia se candidatar e se lançar a qualquer momento — estratégia impossível pela legislação atual.

Silvio Santos primeiro tentou se filiar ao PFL, contando que Aureliano Chaves estava disposto a renunciar para apoiá-lo. Mas ali encontrou forte oposição de Antônio Carlos Magalhães – então ministro das Comunicações de Sarney, ele impediu a concretização dessa ideia em virtude de suas ligações com a Rede Globo, concorrente de Silvio.

De acordo com as regras vigentes à época, assim como agora, existe um prazo de convenção partidária, que escolhe os candidatos. Só que a renúncia do candidato durante a disputa permite sua substituição, a ser aprovada pela comissão executiva do partido, bastando, para isso, uma simples ata da executiva, protocolada no Tribunal Superior Eleitoral.

Como não conseguiu o apoio do PFL, Silvio buscou uma legenda pequena.

No PMB, facilmente obteve a renúncia de Armando Corrêa. A articulação para a candidatura do dono do SBT foi comandada por um trio de senadores do PFL, Edison Lobão, Marcondes Gadelha e Hugo Napoleão, todos próximos a Sarney. Na época ficaram conhecidos pelo apelido de “os três porquinhos”.

Isso levou à certeza da participação de Sarney nesse processo. Gadelha chegou a sair do PFL e também se filiou ao PMB – transformou-se no candidato a vice do apresentador de TV.

A Globo já demonstrou preferência a Collor ao longo de todo o processo. A tentativa de colocar na disputa o dono de uma emissora concorrente levou a empresa líder de audiência a apoiar ainda mais fortemente a campanha do ex-governador de Alagoas. A partir de então, a Globo passou a fazer oposição ao já combalido governo Sarney. Apesar de comandar um ministério no governo Sarney, Antônio Carlos Magalhães também apoiou Collor, colocando toda a sua estrutura na Bahia para trabalhar pela campanha.

A entrada de Silvio Santos a poucos dias do primeiro turno bagunçou o quadro eleitoral e provocou uma enxurrada de pedidos de impugnação na Justiça Eleitoral, visando impedir e cassar a inusitada candidatura. O argumento era o fato de ele não ter se desincompatibilizado da direção do SBT nem do seu programa de televisão no tempo previsto pela legislação, ou seja, três meses antes do pleito.

Na eleição de 1989, as cédulas eram impressas. Quando Silvio Santos entrou na disputa, elas já estavam prontas, com o nome do pastor Armando Corrêa. Ou seja, quem quisesse votar em Silvio Santos teria de assinalar a opção Corrêa.

O dono do SBT começou a ocupar o horário eleitoral ensinando que quem quisesse votar nele teria de escolher o pastor Armando Corrêa na cédula, com o número 26. Essa situação era um grande empecilho para que o candidato transformasse sua gigantesca popularidade em votos.

A primeira pesquisa eleitoral com o nome de Silvio Santos já o colocava em ascensão, com chances de ir para o segundo turno. E ele derrubava os índices de Collor, dando a impressão clara de que poderia vencer a eleição, caso

alcançasse o segundo turno.

As pesquisas do Ibope eram divulgadas de duas formas: a primeira com a cédula eleitoral e o nome do pastor Armando Corrêa – em franco crescimento, já chegava a 7%. Quando a pesquisa estimulada indicava nominalmente Silvio Santos, ele já despontava com 18% e saltava para o segundo lugar, em prejuízo dos números de Collor.

A pesquisa do Instituto Gallup, bastante forte à época, trazia Silvio Santos em primeiro lugar absoluto nas intenções de voto.

Nessa época, eu trabalhava na campanha de Collor, juntamente com o presidente do PRN, Daniel Tourinho. Defendíamos a impugnação da candidatura de Silvio Santos, mas nosso candidato não concordava. Collor achava que o eleitor de Silvio Santos era o mesmo eleitor dele, e o pedido de impugnação soaria como uma agressão, que acabaria prejudicando sua própria campanha.

A estratégia de Collor naquele momento foi passar a atacar duramente Sarney, que ele considerava o responsável pela candidatura de Silvio Santos, gerando inclusive uma animosidade que viria mais tarde a impactar seu processo de impeachment.

Tourinho e eu avaliávamos, entretanto, que Silvio Santos poderia ir para o segundo turno contra Collor, chegando próximo a ele ou até em primeiro lugar no primeiro turno. E o dono do SBT teria condições de vencer no segundo turno, pois a imagem de Collor já estava em um processo de fadiga. A própria campanha do ex-governador de Alagoas havia sido concebida para não ter a participação de políticos, mas, àquela altura, o candidato aparecia rodeado dos mais variados apoiadores políticos, desgastando seu discurso. Além disso, o enorme tempo de campanha, que envelheceu a candidatura, fazia com que ele deixasse de ser a novidade do processo eleitoral. Essa novidade passava a ser Silvio Santos.

O lance decisivo se deu por acaso, quando encontramos, no Aeroporto Santos Dumont, um personagem político conhecido à época no Rio de Janeiro: Nelson Merru. Ele nos informou que o partido do pastor Armando

Corrêa não tinha cumprido a legislação, realizando convenções em nove estados, no prazo de um ano da obtenção do registro provisório, a fim de se habilitar ao registro definitivo.

Como a convenção que escolheu o pastor Armando Corrêa havia sido feita antes de vencido o prazo de um ano, ela não poderia ser contestada. Porém, com sua renúncia, o ato da comissão executiva nacional do PMB que escolheu Silvio Santos candidato não poderia ser considerado válido. O partido teria perdido o direito à sua manutenção, após um ano de registro provisório, sem realizar as nove convenções mínimas. Esse prazo já havia passado, o partido não existiria mais e, portanto, também não haveria mais a Comissão Executiva Nacional.

Com essa informação, Tourinho e eu montamos uma estrutura rápida para tirar certidões em todos os estados da federação da existência ou não de realizações das convenções do PMB. Nós mobilizamos gente do país inteiro e mandamos emissários a todos os estados. Num prazo muito rápido, pela grande estrutura que a campanha tinha, conseguimos a comprovação de que não existiam as tais nove convenções necessárias para obtenção do registro definitivo do partido.

O advogado da campanha de Collor era Célio Silva, ex-ministro do TSE, que, de posse da documentação, preparou a ação de impugnação do registro de Silvio Santos. Ele argumentou com o fato de Silvio não ter se desincompatibilizado da direção do SBT e da apresentação de programas de TV, mas colocou, como preliminar, que o partido não existia mais, quando do ato da comissão executiva nacional que escolheu Silvio Santos para substituir Corrêa. Por isso, aquele ato não era válido, não deveria ser aceito, e o partido tinha que ser declarado extinto.

Collor não queria patrocinar nenhuma ação impugnando Silvio Santos, mas quem poderia impugnar seria o PRN, cujo presidente era Daniel Tourinho. Assim, Tourinho decidiu, à revelia de Collor, entrar com a ação, com a concordância do advogado Célio Silva. Ele achava que a ação era certa e não teria como não ser acolhida.

Pode ser que Collor tenha orientado o advogado a entrar com a ação e deixado o ônus na conta de Daniel Tourinho, para evitar o desgaste com o eleitor de Silvio Santos. Mas o fato é que a decisão foi tomada por Tourinho, e, se Célio Silva não topasse, certamente outro advogado proporia a ação em nome do PRN.

Com a ação pronta para ser protocolada, fomos à sede do TSE. Lá, Célio Silva esteve com o então presidente do TSE, o ex-ministro Francisco Rezek, e comunicou sobre o pedido. Rezek, ao ver a ação, teria dito que aquilo seria definitivo e não haveria como o tribunal não acatar. O ex-ministro antecipou seu juízo de valor ao se deparar com os fatos narrados e as certidões anexadas. Segundo Célio Silva narrou depois, Rezek lhe disse que aquele material resolveria o problema.

O Tribunal Superior Eleitoral julgou o caso rapidamente e, por unanimidade, acolheu a preliminar do PRN e cassou o registro de Silvio Santos. O PMB foi extinto no dia 9 de novembro de 1989, a menos de seis dias da eleição.

Com essa decisão, a situação voltou ao normal e consolidou-se que o segundo turno teria Collor contra Brizola ou Lula. Essa passou a ser a única dúvida que restava. Não parecia haver tempo para mais nada.

Em 15 de novembro de 1989, na 24ª eleição presidencial, Collor venceu o primeiro turno. E, por uma margem apertada, Lula derrotou Brizola e foi para o segundo turno, que se realizaria em 17 de dezembro.

Collor ainda tentou uma cartada, logo no início do segundo turno. Negociava o apoio do PSDB e quis fazer Itamar Franco renunciar, para que Fernando Henrique Cardoso assumisse a candidatura a vice-presidente. A legislação à época não exigia tempo de filiação para uma candidatura e previa que a renúncia de qualquer candidato permitiria à comissão executiva nacional do partido escolher o substituto, exatamente como tinha acontecido com Silvio Santos, mesmo que fosse em segundo turno.

Itamar Franco era temperamental, já tinha protagonizado escândalos internos na campanha e por várias vezes havia ameaçado renunciar ainda no

primeiro turno. Uma vez, ele chegou a abandonar compromissos de campanha e viajar para o Rio de Janeiro, sendo posteriormente demovido da ideia de renúncia.

Por conta disso, já se preparava uma substituição de Itamar, caso em uma dessas ameaças de renúncia ele não voltasse atrás. Nesse caso, o substituto deveria ser o então deputado Hélio Costa, que era de Minas Gerais, ex-repórter da Globo e já filiado ao PRN – o que diminuiria o impacto de uma substituição assim, embora essa situação não fosse desejável.

Itamar, sabendo que Hélio Costa poderia substituí-lo, ficava ainda mais irritado. Em uma de suas crises, ao deixar o comitê da campanha, deparou-se com o provável substituto e afirmou, na frente de muitas pessoas, que ele, Costa, é que deveria ser mesmo o candidato a vice.

Essa ciúmeira que Itamar despertou contra Hélio Costa acabou mais tarde prejudicando as campanhas do ex-repórter ao governo de Minas Gerais. Itamar era rancoroso e tratava o seu potencial substituto como alguém que queria puxar seu tapete, o que não era verdade; Hélio Costa estava pronto para assumir em caso de desistência do primeiro, mas não forçaria um movimento pela renúncia dele.

Quando começou a vazar a possibilidade da substituição de Itamar Franco por Fernando Henrique Cardoso, Tourinho e eu fomos ao apartamento de Itamar em Brasília. Nós dissemos a ele que isso só aconteceria se ele renunciasse. E que bastava ele bater o pé e permanecer na chapa.

Itamar estava muito exaltado. Sentia que estava sendo traído por Collor. Ficou ainda mais irritado quando eu lhe disse que ninguém acreditaria na renúncia de alguém praticamente eleito vice-presidente da República, a menos que fosse por algum interesse muito forte. Se renunciasse àquela altura, todos iriam pensar que estaria havendo algum tipo de compensação a ele, Itamar.

Foi quando ele disse que não iria abandonar o barco. Temia manchar sua biografia. Nesse momento, combinamos uma ação que acabou com o assunto rapidamente. Como caberia à comissão executiva nacional do PRN escolher o

substituto, caso Itamar renunciasse, e essa comissão era controlada inteiramente por Daniel Tourinho, ele foi a público declarar que, se Itamar renunciasse, ele próprio, Daniel, iria ser o escolhido para a substituição.

O cenário estava montado. Collor não tinha poder algum no partido, Tourinho poderia lhe causar constrangimento indicando-se candidato a vice-presidente – o que certamente teria impacto na eleição – e não era possível colocar Fernando Henrique Cardoso como seu vice, o que traria ao pleito o PSDB. Assim, desistiu-se da ideia de renúncia de Itamar.

A campanha no segundo turno foi bastante acirrada, inclusive com acusações de cunho pessoal com relação a uma filha de Lula. A mãe da menina apareceu no programa de Collor declarando que Lula havia desejado que ela abortasse a criança. Os embates foram muito duros, e a perspectiva, que no início era de uma vitória tranquila de Collor, passou a ser de uma possível vitória de Lula.

O então presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Mário Amato, ameaçava com a saída maciça de empresários do país em caso de vitória de Lula.

Outro fato marcante para a campanha foi o sequestro do empresário Abilio Diniz, em 11 de dezembro de 1989, pelo MIR, movimento da esquerda revolucionária do Chile. Diniz foi solto na véspera da eleição, resgatado pela polícia. No momento do resgate, apareceu material de campanha do PT junto aos sequestradores, incluindo camisetas de Lula. Em imóveis usados pelos bandidos foram encontradas agendas com nomes de petistas.

A divulgação desses materiais e o desfecho do sequestro, com a notícia de que o valor pedido como resgate serviria para financiamento de guerrilhas no exterior, assustou a classe média. Esse fato, aliado ao desempenho dos candidatos no último debate da eleição presidencial, ajudou a eleição de Collor. O debate havia sido feito em *pool* de TVs em 14 de dezembro. A edição das imagens pela TV Globo, apresentada em seus telejornais, no dia seguinte, provocou muita polêmica.

É certo que a Globo queria ajudar o ex-governador alagoano e o apoiava,

mas o debate tinha realmente sido favorável a Collor. Seria difícil a edição jornalística não expressar a superioridade ocorrida no debate.

Daniel Tourinho esteve na sede da Globo na tarde do dia 15 de dezembro, no momento da edição das imagens do debate, com o então diretor de telejornais da emissora, Alberico de Souza Cruz. Este era um grande apoiador de Collor. Quando saiu de lá, Tourinho me informou que o *Jornal Nacional* seria favorável a Collor.

Alberico estava descontente com a edição do vespertino *Jornal Hoje*, que não tinha refletido a vitória de Collor no debate. Ele teria pedido ao jornalista Ronald de Carvalho, à época seu adjunto na chefia do telejornalismo, que fizesse uma edição com o objetivo de demonstrar a performance do alagoano, já que o próprio dono da emissora, Roberto Marinho, havia dado ordens expressas para que o *Jornal Nacional* tivesse esse encaminhamento.

Nesse debate, Collor apresentaria eventuais denúncias contra Lula que poderiam ser usadas – a história de um suposto relacionamento do petista com uma médica desconhecida. O ex-governador teria levado uma série de pastas que assustaram Lula. Além disso, houve uma pergunta sobre um aparelho de som 3 em 1 – Collor carregava cópia da nota fiscal da compra do aparelho, feita por Lula, o que comprovaria o suposto romance.

Essa era a lenda que circulava: de que Lula, inibido pela possibilidade de ser atacado por Collor, teria tido o seu desempenho afetado. E esse jogo psicológico teria feito com que o ex-governador vencesse o debate com folga, alterando o curso da eleição, que naquele momento caminhava para a vitória do petista.

Outra história que se espalhou era de que Collor, na realidade, tinha as pastas vazias – apenas para assustar Lula, o que de fato parece ter ocorrido. Isso era o marketing político que estava se iniciando naquela eleição e que, no futuro, assumiria papel fundamental em todas as outras eleições.

Estou tratando desses detalhes pois eles terão relevância na atuação do PT no impeachment de Collor. Ele obteve uma grande vitória eleitoral e se elegeu presidente da República, sendo o primeiro presidente eleito pelo voto direto

depois da ditadura de 1964. Collor era jovem e fora escolhido por uma população ávida por ter seus anseios atendidos. Havia uma grave crise econômica a ser enfrentada.

Ocorre que a vitória eleitoral obtida com os ataques, a forma do desfecho do sequestro, a edição do debate realizada pela Globo e o enfrentamento feito para obtê-la deixaram sequelas que iriam se refletir na governabilidade e no processo que culminou no afastamento do presidente.

Além disso, a eleição avulsa, no fim de mandato de um Congresso eleito para elaborar a Constituinte e dentro da realidade do fim da ditadura, já era elemento que atestava a dificuldade que Collor teria pela frente.

Após os cinco anos de governo da Nova República, esse Congresso se deparava com a situação deteriorada, com a hiperinflação à porta e tendo de buscar sua própria reeleição em 1990. Isso mostrava de maneira clara a dificuldade que Collor teria para governar, apesar da ampla vitória eleitoral.

Tudo isso foi consequência do processo da Constituinte. O mandato de cinco anos acarretou essa eleição solteira. Além disso, o sistema de governo parlamentarista, vencido na votação da Constituinte, estava na realidade do dia a dia do nosso país, pela Constituição promulgada por meio do Congresso.

5

Impeachment de Collor: quem com golpe fere, com golpe será ferido

Fernando Collor tomou posse em 15 de março de 1990, junto com Itamar Franco, tendo José Sarney lhe passado a faixa. Isso apesar de todas as agressões que existiram durante a campanha, com ameaças e processos judiciais, além da animosidade entre eles.

Collor teve de procurar Sarney antes de tomar posse, com o objetivo de antecipar a nomeação de Ibrahim Eris como presidente do Banco Central. Ele fez isso porque precisava que a sabatina e a aprovação do nome pelo Senado fossem realizadas logo. Para o presidente eleito, era importante assumir já com a sua equipe econômica completa, visando um plano ainda não conhecido pela população.

Sarney atendeu ao pedido e encaminhou a nomeação do novo presidente do Banco Central. Eris teve o nome aprovado e tomou posse no mesmo dia que Collor.

Durante esse período, circularam muitas especulações sobre o que Collor faria para debelar a hiperinflação. As hipóteses levantadas eram muitas, inclusive com a decretação de um longo feriado bancário.

Essas especulações aumentaram depois que o eleito pediu ao ainda presidente essa nomeação antecipada. E continuaram, uma vez definida a composição da equipe econômica, quando Collor escolheu como ministra da Fazenda uma assessora de campanha, Zélia Cardoso de Mello, ainda com pensamentos desconhecidos da sociedade em geral.

No dia seguinte à posse, estourou a bomba. Nem os mais próximos da campanha de Collor souberam antecipadamente: foi decretado um feriado bancário de três dias, a mudança da moeda de cruzado novo para cruzeiro e o bloqueio das poupanças, investimentos e contas bancárias acima de 50 mil

cruzados novos – o chamado confisco. Além disso, houve o congelamento de preços e salários, e outras medidas que deixaram o país em polvorosa.

O interessante é que, durante a campanha do segundo turno, Collor dizia que seria o petista Lula que, caso eleito, decretaria o confisco.

Collor, provocado antes da posse a falar dos seus planos, resumiu que deixaria a direita indignada e a esquerda perplexa. Entretanto, ninguém interpretaria isso como algo semelhante ao que viria a seguir. O dinheiro bloqueado seria devolvido após 18 meses, em 12 parcelas mensais, com uma correção expurgada e juros de 6% ao ano. Esse foi o chamado Plano Collor. E, provavelmente, o maior erro de Collor. Certamente contribuiu em muito para o seu impeachment.

Dentro do conjunto de medidas, Collor também abria o país às importações e acabava com algumas reservas de mercado da indústria brasileira, como prometido na campanha. Ele passou a submeter a indústria nacional à competição dos produtos de fora, visando beneficiar a sociedade com produtos de qualidade superior e preços menores. Mas, enquanto isso não acontecia, por ser algo que leva algum tempo, o resultado imediato foi a desestruturação na linha de produção de uma parte das indústrias, que perderam muito dinheiro, fazendo com que o presidente arranjasse adversários poderosos no início de seu governo.

Ficou bastante conhecida na época a frase de Collor de que o Brasil fabricava carroças como automóveis. Após a abertura, o país conheceu a oportunidade de ter carros de todas as nacionalidades, o que trouxe mais montadoras para se instalarem por aqui.

Apesar de ter sido eleito com grande financiamento empresarial, de todos os setores da economia, Collor achava que nada devia a eles. Pelo seu raciocínio, ele já teria pago a fatura, livrando a elite empresarial de um eventual governo de Lula – o que, certamente, naquele momento, implicaria mais perdas para essa elite.

Francisco Rezek, que havia sido o presidente do TSE na eleição, tornou-se o ministro das Relações Exteriores. Isso abriu uma vaga no STF, para a qual o

presidente nomeou Marco Aurélio Mello, seu primo. No ano de 2020, ele se transformou no decano do STF, ou seja, o ministro que por mais tempo ocupa a corte, depois da aposentadoria de Celso de Mello – que tinha sido nomeado por Sarney.

Collor iniciou o governo sem uma base parlamentar para enfrentar os embates que teria, inclusive para aprovar o Plano Collor – editado por Medida Provisória, a MP 168. Apesar dos entraves enfrentados, ele consegue aprová-la. A MP se tornou a Lei nº 8024, de 12 de abril de 1990.

As medidas provisórias tinham sido a solução da Constituinte para a substituição dos decretos-lei. Uma MP, depois de editada, passava a vigorar imediatamente como lei, por um determinado prazo, até a sua deliberação pelo Congresso Nacional. Elas foram inspiradas na constituição italiana, que funciona com modelo semelhante.

Depois da posse de Collor, me tornei grande amigo e interlocutor frequente de Jorge Serpa, guru político das Organizações Globo. Ele acabou me passando a decisão da cúpula da emissora de nomear Alberico de Souza e Cruz, o grande defensor de Collor, como diretor da Central Globo de Jornalismo. O objetivo era apoiar o governo e lhe dar sustentação na cobertura jornalística diária.

Alberico substituíra o renomado Armando Nogueira, profissional muito querido no meio e que foi aposentado pela Globo em um movimento que também provocou desgaste de Collor perante os profissionais de imprensa.

A alçada de Alberico ajudou o presidente a enfrentar a impopularidade das medidas adotadas e não perder o capital político obtido com as eleições. Na época, a oposição da Globo seria devastadora.

Collor também teve um duro embate com a *Folha de S.Paulo*, por conta da invasão do jornal por fiscais da Receita Federal e agentes da Polícia Federal, instituições comandadas por Romeu Tuma. Uma invasão como essa era um fato que não havia ocorrido nem durante a ditadura. Isso não só prejudicou a imagem de Collor como aumentou a disposição do maior jornal do país em se manter bastante crítico ao governo.

Apesar da perda de uma parte de sua popularidade com essas medidas, o presidente ainda mantinha grande índice de aprovação, constatada por uma pesquisa do Datafolha divulgada à época – que aferiu 66% de apoio às medidas do Plano Collor.

Essa foi uma das razões que levaram o presidente a conseguir o apoio do Congresso Nacional para aprová-las. Além disso, havia o fato de a eleição ser ainda recente, com propostas ousadas de tentativa de combate à hiperinflação. Além disso, as eleições legislativas iriam ocorrer em outubro.

Collor, apesar de não ter maioria, conseguiu aprovar as medidas necessárias de forma rápida. Fora isso, contou com a ajuda do tempo: a partir de junho daquele ano o Congresso entraria no modo eleição para a escolha dos novos representantes da Casa. Com isso, o quórum foi ficando cada dia mais baixo, com menos presença de deputados e senadores. Isso diminuía a chance de rejeição de suas primeiras medidas.

Assim, ele foi levando a situação até a eleição do novo Congresso. Collor buscou interferir para eleger aliados na Câmara, no Senado e também nos estados – ao mesmo tempo, ocorriam eleições para governadores.

O PMDB tinha a maior bancada da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com Paes de Andrade na presidência da Câmara e Nelson Carneiro na presidência do Senado.

Ibsen Pinheiro, líder do PMDB na Câmara, conduziu o partido, que tinha 235 deputados, para votar contra o Plano Collor. Mas cerca de cem desses parlamentares não o acompanharam e deram a maioria necessária para a vitória governista.

A hiperinflação tinha sido debelada, mas a crise econômica era enorme. O mercado operava sem liquidez, e sem liquidez não havia recursos para investimentos. Isso sem contar a situação recessiva causada pela dura medida de bloqueio das poupanças e saldos de contas bancárias e de investimentos.

Mesmo com um índice de popularidade forte, essa força não era capaz de se transmutar em apoio nas urnas. O confisco cobrava seu preço. Não a ponto ainda de tornar Collor fora do jogo político, mas o suficiente para fazê-lo um

ator sem influência nas eleições que seriam realizadas em primeiro turno em 3 de outubro e em segundo turno em 15 de novembro de 1990.

Abertas as urnas, os resultados mostravam um Collor derrotado em números absolutos: Leonel Brizola, do PDT, elegeu-se governador do Rio de Janeiro; Luiz Antônio Fleury, do PMDB, apoiado por Orestes Quéricia, tornou-se governador de São Paulo; além de derrotas em vários estados importantes. O apoio de Collor havia sido discreto nas campanhas.

A vitória de opositores, que debateram na corrida eleitoral as medidas de bloqueio dos ativos da população, teve também por consequência a não eleição de um Congresso alinhado ao governo. Era o início de mais dificuldades que desaguariam no processo de impeachment.

Em número de governadores aliados, Collor até teve maioria – 15 eleitos. No Senado, que renovava um terço de suas cadeiras, o PRN, partido de Collor, fez apenas duas cadeiras. Na Câmara, o partido do presidente elegeu somente 40 deputados, cerca de 8% do total da Casa. A maior bancada ficou com o PMDB, mesmo assim, reduzida de 235 deputados, da legislatura anterior, para 108, ou cerca de 22% da composição total.

Aliado de Collor, o PFL fez a segunda bancada com 83 deputados, cerca de 17% da Câmara. Na contagem total, o presidente não conseguiu maioria nem na Câmara, nem no Senado. Seria necessário fazer composições políticas para governar.

As eleições trouxeram ainda uma enorme dor de cabeça para Collor, em função da disputa em seu estado, Alagoas. O então deputado Renan Calheiros, líder do governo na Câmara, disputava o governo contra o então deputado Geraldo Bulhões, que acabou se elegendo com apoio ostensivo de aliados de Collor.

Calheiros, inconformado com a derrota e achando que Collor o havia traído e apoiado Bulhões, fez denúncias públicas contra Paulo César Farias – o famoso PC Farias –, aliado de Collor na campanha. Somadas a outras denúncias contra o mesmo PC, vindas do então presidente da Petrobras, os estragos à imagem do governo se ampliavam, com enorme repercussão na

mídia.

As desavenças com Renan Calheiros eram anteriores àquela eleição.

Na época em que Collor havia sido governador de Alagoas, Renan tinha sido candidato a prefeito de Maceió e perdido a eleição. Depois, quando Collor se filiou ao PRN e pediu a Renan que o acompanhasse, este se recusou inicialmente e só o fez depois que o ex-governador disparou nas pesquisas eleitorais, mostrando que poderia vencer a disputa.

Rezava a lenda, à época, que Renan havia pedido muitos benefícios para essa filiação, já que teria de deixar o PMDB – e considerava que o risco precisava ser compensado. Collor achava que Renan deveria ir sem pedir nada, pois tinha contado com todo o seu apoio na eleição para a prefeitura de Maceió.

Mesmo com a filiação espontânea de Renan, Collor não teria perdoado a hesitação e, por essa razão, havia preferido a eleição de Geraldo Bulhões, mais leal a ele. Contudo, faltou calcular que a derrota de Renan ao governo alagoano poderia causar um rompimento ruidoso, como defato ocorreu.

A animosidade de Renan Calheiros para comigo vem desde essa época, porque eu era aliado de Collor, e Renan creditava a mim algumas atuações na citada disputa eleitoral, embora eu nunca tivesse participado do processo eleitoral de Alagoas nem ostentasse, nessa fase da vida, o peso político que passei a ter anos mais tarde.

Sarney, depois de um embate jurídico, conseguiu se candidatar nessa eleição ao Senado pelo Amapá. Acabou se elegendo. Era mais um a engrossar a fileira dos críticos a Collor no Congresso.

Assim, a 49ª legislatura do Congresso Nacional foi eleita, para o período de 1º de fevereiro de 1991 a 31 de janeiro de 1995, sendo que, na Câmara e no Senado, foram eleitos presidentes, respectivamente, o deputado Ibsen Pinheiro, líder do PMDB e adversário de Collor, e o senador Mauro Benevides, também do PMDB, que detinha as maiores bancadas das duas casas. Nenhum dos dois era alinhado ao governo federal.

Logo em seguida à posse do novo Congresso, fui nomeado presidente da

Telerj – à época, a estatal de telefonia do Rio de Janeiro, de bastante relevância no cenário do Estado. Apesar das críticas públicas de falta de experiência no setor, realizei um trabalho de gestão bastante elogiado, inclusive com o pioneirismo da telefonia celular no país por essa empresa.

Nesse momento, o Plano Collor dava sinais de fadiga. Collor lançou o Plano Collor 2, com novas medidas que precisavam de aprovação do Congresso, e enfrentava o desgaste que a situação econômica causava na popularidade de seu governo.

As dificuldades com o Congresso eram enormes, já que este era composto por uma oposição forte do PT, que nunca tinha esquecido o resultado das eleições, além de nomes de peso como Mário Covas, outro derrotado por Collor nas eleições, e José Sarney, que por razões óbvias fazia oposição ao governo, por ter sido vítima de agressões na campanha eleitoral.

O PMDB era contrário a Collor e tinha muitas divisões, mas Orestes Quécia ditava os rumos do partido. Ulysses Guimarães, embora ainda uma liderança forte, tinha perdido o comando real da sigla para Quécia.

Collor passou o ano de 1991 envolvido com as dificuldades da economia. Trocou o comando da Fazenda, colocando Marcílio Marques Moreira no lugar de Zélia Cardoso de Mello e, antes, já havia colocado o então senador Jarbas Passarinho no Ministério da Justiça, no lugar de Bernardo Cabral, encarregando-o da articulação política.

Sem muita paciência para o jogo político, algo que ele mesmo hoje reconhece, Collor se descuidou da eleição desse novo Congresso e não lhe deu a atenção devida, gerando um distanciamento que cobraria seu preço no auge da crise.

Com PRN e PFL à frente, Collor ia aos trancos e barrancos enfrentando as votações do Congresso e tentava uma aliança para que o PSDB se tornasse um aliado. Para isso, pretendia entregar o Ministério da Fazenda para José Serra e o das Relações Exteriores para Fernando Henrique Cardoso. Com isso, pretendia dar equilíbrio ao governo.

O então presidente tinha admiração pelo PSDB. Tanto que, como já

mencionei, quis compor chapa com Covas e depois se movimentou para Fernando Henrique Cardoso substituir Itamar como vice-presidente. Collor encontrava ressonância em parte do PSDB, principalmente com Fernando Henrique, que queria fazer parte do governo.

Quando o PSDB levou para votação interna a decisão de entrar para o governo, o grupo liderado por Fernando Henrique Cardoso perdeu por um voto, justamente o de Mário Covas, ressentido com as derrotas da eleição presidencial e ao governo de São Paulo em 1990 para o grupo de Quéricia.

O PSDB já tinha uma série de outros cargos escolhidos para lhe serem entregues por Collor. Entre eles estava a presidência da Telesp, a estatal de telefonia de São Paulo, reservada para Sérgio Motta, conhecido operador financeiro das campanhas tucanas. Mais tarde, Motta viria a ser o ministro das Comunicações do governo de Fernando Henrique Cardoso.

Com o fracasso da ideia de trazer o PSDB para o seu lado, Collor fez uma reforma ministerial e colocou no governo nomes como Jorge Bornhausen e Célio Borja, entre outros, para passar a imagem de que trazia um grupo de notáveis. Ele iria usar parte dos cargos do governo para composições políticas, na tentativa de ter uma maioria estável no parlamento.

Dentre os ministros retirados por Collor estava Francisco Rezek. Para compensar sua demissão, o presidente o reconduziu ao STF. Durante seu mandato, foram nomeados quatro ministros do Supremo: Marco Aurélio Mello, Ilmar Galvão, Carlos Velloso e Francisco Rezek.

A fatura dessas mudanças Collor veria tempos depois: tanto Marco Aurélio quanto Rezek se declararam impedidos em todas as votações que envolviam o presidente, incluindo o rito do impeachment e da ação penal da qual ele foi vítima depois.

Logo em seguida, surgiu uma bomba: a briga com o irmão, Pedro Collor, administrador dos negócios da família e que, em entrevista à revista *Veja*, fez graves denúncias contra o presidente e seu governo.

As razões da repentina aparição de Pedro passavam por um suposto apoio de Collor à montagem de um jornal em Alagoas, conduzido pelo grupo

político de PC Farias. Essa publicação seria concorrente do próprio jornal da família Collor, administrado por Pedro.

Em função das denúncias, foi instalada uma CPMI mista no Congresso Nacional. O PFL colocou o então deputado Benito Gama na presidência da comissão, e o PMDB alçou o então senador Amir Lando à relatoria. Isso já indicava as dificuldades que Collor teria pela frente, sem contar a forte atuação do PT.

O presidente perdia ainda mais apoio nas ruas. E a CPMI avançava, com vazamentos de informações para a imprensa, em uma operação feita pelo PT, ainda sedento de vingança pela derrota de Lula nas eleições presidenciais. A CPMI contava também com a articulação de Mário Covas, com o mesmo sentimento.

Sem entrar no mérito das denúncias e do detalhamento do processo, a CPMI repassava fatos inéditos para diversos veículos jornalísticos, e tudo levava a uma deterioração da situação política. PMDB, PT e PSDB tinham se juntado com o mesmo objetivo.

Collor começou a perder autoridade em função das mudanças feitas para criar uma base que nem sempre obedecia às orientações de governo.

O grande exemplo disso, que poderia até ter evitado o impeachment, foi a tentativa de acordo com o PMDB, por meio de Orestes Quércia. Este pediu ao governo federal um financiamento elevado para evitar a quebra do Banespa, usado por ele para eleger Fleury, seu sucessor em São Paulo.

Collor quis atender, mas foi impedido pela equipe econômica, sob o comando de Marcílio Marques Moreira, que não quis socorrê-lo ou entendeu que não poderia fazê-lo. Essa situação deixou Collor praticamente à beira da derrocada. Naquele momento, o apoio do PMDB seria fundamental para que ele se mantivesse na Presidência.

Um grupo de notáveis, comandado por Jorge Bornhausen, queria que Collor renunciasse. O presidente, contudo, descartava a ideia. Dizia preferir enfrentar o processo todo.

Em 13 de agosto de 1992, Collor cometeu um erro estratégico. Ele convocou

a população para ir às ruas no domingo seguinte, dia 16, vestida de verde e amarelo – pretendia mostrar que a maioria dos brasileiros era contra o seu afastamento.

Só que a oposição também fez sua convocação. No caso, pedindo que aqueles que fossem às ruas usassem o preto, demonstrando contrariedade ao presidente. Houve mais gente contra Collor do que a favor.

Collor usava a rede nacional de TV para se defender das acusações e tentar reverter o desgaste, mas não obteve sucesso. A essa altura, os meios de comunicação estavam em forte campanha contra ele, inclusive a Rede Globo, que o havia apoiado no passado. A coincidência de exibição da minissérie *Anos Rebeldes*, sobre o movimento estudantil de resistência à ditadura de 1964, insuflou os estudantes a protestarem contra Collor – os chamados caras-pintadas. Parecia que a Globo procurava se redimir por ter apoiado a ditadura e a eleição de Collor, querendo mostrar alguma isenção, atacando bastante o presidente. A falta de imparcialidade agora era contra Collor. Enquanto isso, um modelo de negócios feito pelo SBT, a Tele Sena, e viabilizado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – os Correios –, estava dando um forte lucro para a TV de Silvio Santos, irritando a Globo. Ao mesmo tempo, a emissora líder de audiência estava tendo sérios problemas com as parcelas de um empréstimo elevado, obtido na Caixa Econômica Federal para a construção do Projac. Esse empréstimo estava sendo contestado, mas a Globo foi obrigada a antecipar o pagamento do que devia. Além disso, havia a revolta da direção da Globo, com a divulgação de que recursos de Paulo César Farias teriam sido usados para financiar a compra da rede de televisão CNT, por meio do ex-deputado José Carlos Martinez, aliado de Collor.

Os registros jornalísticos do jornal *O Globo* do dia 12 de setembro de 1992 mostram que Lula, em companhia de Aloizio Mercadante, foi visitar Roberto Marinho para pedir apoio para o impeachment de Collor. Para mim, trata-se de um exemplo de contradição histórica do PT e do erro de ter conduzido aquele processo de impeachment, ao mesmo tempo que demonstrava como as

Organizações Globo tinham papel político fundamental no processo.

Surgiram então as denúncias de um ex-motorista, de uma secretária de Collor e da compra de um veículo Fiat Elba, acusações desproporcionais para o contexto, mas que se tornariam escandalosas e merecedoras da aprovação do relatório da CPMI, que viria a motivar o pedido de abertura do processo de impeachment.

Em duas tentativas, atuei junto a Jorge Serpa para alterar o posicionamento da Globo em relação a Collor. Na primeira, consegui que Roberto Marinho fosse almoçar com o presidente em um domingo, na sua residência em Brasília. Mais tarde, encontrei o *doutor* Roberto no hangar da empresa Líder, no Aeroporto Santos Dumont, junto de Jorge Serpa. O dono da Globo nos relatou a conversa e disse que, se Collor fizesse o que lhe prometera, teria uma sobrevida.

O que o presidente prometeu e não conseguiu cumprir era o fim da operação da Tele Sena do SBT com os Correios. Mas, naquele momento, ele já não conseguia mais mandar no governo e era sabotado pelos subordinados.

O não cumprimento dessa promessa fez Roberto Marinho deixar o rio seguir seu curso. Ele não alterou a orientação da Globo sobre a cobertura da crise, o que inviabilizava cada vez mais a sustentação de Collor, apesar de Alberico de Souza Cruz ter sido colocado na direção de jornalismo para ajudar o presidente.

A segunda tentativa foi com Roberto Irineu Marinho, com quem eu mantinha diálogo na época, por causa do interesse das Organizações Globo em entrar no setor de telefonia celular. Também contribuía para esse diálogo o fato de a Telerj, que eu presidia, ter como maior fornecedor a Nec, que pertencia ao grupo da família Marinho.

Roberto Irineu estava comandando a cobertura do *Jornal Nacional* e propus a ele uma conversa com Collor para aparar as arestas. Ele aceitou, desde que fosse convidado pelo presidente, já que a relação entre ambos não era como a cultivada entre o pai dele e Collor.

Solicitei ao embaixador Marcos Coimbra, então secretário-geral da

Presidência, que pedisse a Collor que convidasse Roberto Irineu. O embaixador respondeu que o presidente conversaria, desde que a solicitação partisse do empresário.

Propus ao embaixador que, em nome da necessidade desse diálogo, importante para tentar salvar Collor, driblasse a situação. Ele simplesmente poderia telefonar a Roberto Irineu e convidá-lo em nome do presidente. E poderia dizer a Collor que o empresário havia pedido o encontro.

Isso superaria o impasse, já que ninguém iria contestar quem convidou quem e o encontro aconteceria. Com receio, o embaixador não quis ir em frente. Nesse momento, senti que seria difícil reverter a situação, já que não havia humildade suficiente para a superação das divergências.

Em 26 de agosto de 1992, a CPMI aprovou o relatório final, e no dia 1º de setembro foi protocolado o pedido de abertura do processo de impeachment, assinado pelos presidentes da OAB, ABI, CUT e UNE e prontamente aceito pelo então presidente da Câmara, Ibsen Pinheiro, do PMDB. Ibsen era adversário de Collor.

Collor teve 29 pedidos de impeachment apresentados durante o curso de seu mandato até essa data, mas o único a ser aceito foi esse.

O pedido era de conteúdo meramente político, sem nenhuma acusação que pudesse ser considerada crime de responsabilidade – o que não se aplicava a Collor naquela situação, já que se tratava de supostos crimes comuns ou eleitorais, alguns praticados antes da posse.

A Constituição é clara quando diz que o presidente, além de não responder por atos praticados antes da assunção ao cargo, nos crimes comuns praticados no exercício da Presidência, responde mediante a denúncia, que deve ser apresentada pela Procuradoria-Geral da República ao STF e levada à Câmara para autorização. Se autorizada, ela é aceita ou não pelo STF. Caso aceita, o presidente é afastado por 180 dias, e cabe ao STF, e não ao Senado, seu julgamento.

No caso recente de Michel Temer, por duas vezes a Procuradoria-Geral da República apresentou denúncia de crimes contra ele ao STF, denúncia que foi

enviada à Câmara dos Deputados para avaliação da autorização ou não. A Câmara, em ambas as oportunidades, negou a autorização, sobrestando o processo até o fim do mandato de Temer – passando a denúncia, já com ele na condição de ex-presidente, a tramitar nas instâncias inferiores, devido à perda do foro privilegiado.

No caso de Collor, à época estava em vigor a jurisprudência que determinava que o ocupante do cargo não perdia o foro após a sua saída. A Procuradoria-Geral da República apresentou, depois do afastamento de Collor, denúncia ao STF pelos supostos crimes, relatados na CPMI e objetos do pedido de abertura do processo de impeachment. Isso atesta que as acusações contra Collor não eram por crimes de responsabilidade, e sim crimes comuns. Eles não poderiam ter sido objeto de impeachment.

A denúncia tornou-se a ação penal número 307 no STF. Collor, em dezembro de 1994, em julgamento que levou quatro dias, acabou absolvido de todas as acusações, mesmo com Marco Aurélio Mello e Francisco Rezek se dando por impedidos.

Depois, em 2007, quinze anos após o impeachment, a Procuradoria-Geral da República apresentou nova denúncia sobre outros fatos do governo Collor – a ação penal 465. Em 24 de abril de 2014, o ex-presidente também foi absolvido, quase 22 anos depois de ter deixado o governo.

As entrevistas públicas de Ibsen Pinheiro, já falecido, veiculadas em 2015 e 2016, quando do processo de impeachment de Dilma, trouxeram declarações dele considerando o processo de Collor como político.

Ele disse que aceitou o pedido de abertura do processo com o objetivo de, segundo ele, evitar uma crise institucional, com uma arbitragem política e não uma arbitragem militar. Era um argumento absolutamente sem sentido, pois não havia sinal de nenhum tipo de intervenção militar. Isso parece mais uma justificativa do seu ato, em função da inexistência de crime de responsabilidade.

Naquele momento, não havia previsão legal para o impeachment, já que a lei que o regulava era de 1950, a Lei nº 1.079. Durante o governo Sarney, um

pedido de impeachment foi rejeitado pelo vice-presidente da Câmara dos Deputados, no exercício da presidência, Inocêncio de Oliveira, por falta de previsão legal. Houve à época recurso ao STF, que manteve a decisão de Inocêncio.

Collor entrou com mandado de segurança no STF contra os atos de Ibsen Pinheiro, mas perdeu. Foi mantida a decisão sobre o processo de impeachment, sobre o rito adotado por Ibsen Pinheiro, que não tinha previsão legal, mas foi considerada matéria *interna corporis*. Collor só venceu no aumento dado ao prazo de defesa – de cinco para dez sessões, conforme determinado pelo STF.

Na decisão do STF, foram utilizados trechos de um livro de Paulo Brossard sobre o tema do impeachment. A decisão foi tomada com quórum reduzido, já que Marco Aurélio Mello e Francisco Rezek deram-se por impedidos.

Com essa decisão do STF, Collor perdeu todas as chances de uma reviravolta no processo. Mesmo a decisão de que o Senado iria ter de confirmar a autorização da Câmara não era levada em conta, pois a certeza da aprovação do pedido de abertura do processo e do impeachment era tão grande que ninguém queria discutir nada, tão somente apressar o processo e votar logo, antes das eleições municipais.

Ibsen Pinheiro relatava nas suas entrevistas que Collor não tinha mais nenhum apoio, e o desfecho era inevitável. Com isso, ele justificava os seus atos, que foram contestados no STF, mas mantidos pela decisão do plenário da corte, inclusive o da votação aberta em plenário.

Itamar Franco, o vice-presidente já afastado de Collor, começava a articular publicamente seu futuro governo, recebendo governadores e deputados que iam lhe dar apoio e com isso se cacifarem para ocupar espaços na esfera federal – dentro da máxima de que não se tira presidente, mas, sim, se coloca presidente.

À frente do processo, PT, PSDB e PMDB preferiram tirar Collor para o desconhecido a manter Collor fraco e depois ter mais chances de sucedê-lo. Quem mais errou foi o próprio PT, que tinha a eleição certa para que Lula

sucedesse a Collor e embarcou numa vingança que acabou criando condições para que uma alternativa a ele fosse construída – o que acabaria ocorrendo, e Lula veria sua derrota nas duas eleições seguintes.

Para a contagem dos votos favoráveis à abertura do processo de impeachment na Câmara dos Deputados, instalou-se na coordenação Roseana Sarney, então deputada e filha de José Sarney. Ela era quem mapeava todos os votos, exercendo um papel relevante, reafirmando ainda mais o caráter político desse processo de impeachment.

Em um andamento muito rápido, em 29 de setembro de 1992, dia do meu aniversário, houve a votação na Câmara, onde Ibsen havia decidido, sem nenhuma previsão regimental, a votação aberta e chamada em ordem alfabética dos deputados.

Collor, com isso, após a primeira traição na chamada dos deputados de letra A, viu seus apoiadores, nas chamadas seguintes, mudarem o voto. Eles já anteviam o resultado. Em um processo dessa natureza, ninguém quer ficar ao lado da derrota.

Isso sem contar que vários deputados deixaram para votar na segunda chamada e, com a derrota de Collor já confirmada, manifestaram-se contra o presidente, numa tentativa de sobrevivência política, e para não sofrer ataques da mídia. O conhecimento histórico desse fato foi determinante para a decisão que eu tomei, quando da votação do impeachment de Dilma.

Na votação da abertura do processo de Dilma, não fiz uma segunda chamada, como havia feito Ibsen. Chamei uma segunda vez apenas quando terminada a votação de todos os deputados de um estado. Isso, como explicarei adiante, foi fundamental para evitar as manobras de Dilma.

Não é verdade que Collor não tinha mais nenhum apoio no Congresso e, portanto, não conseguiria evitar a abertura do processo de impeachment. Poucos dias antes, ele tinha participado de um famoso jantar, com a presença de deputados em número suficiente para evitar a aprovação da abertura do processo de impeachment, o que equivaleria a um terço das cadeiras.

O problema era o patrulhamento da mídia, o voto aberto, as eleições

municipais, a pressão dos partidos e a dificuldade de Collor mostrar que poderia ter governabilidade, caso evitasse a abertura do processo de impeachment.

Houve deputado que, para se esconder, viajou com a família para a Disney. Na hora da votação, ficou nervoso com a pressão e quis voltar, mas não teve mais jeito. Collor teve 441 votos favoráveis à abertura do processo de impeachment e apenas 38 votos contrários, além das ausências, que são equivalentes a votar contra a abertura, pois cabe o quórum de dois terços para aprovar, não importando o número de votantes.

O fato de a votação ter sido feita à véspera das eleições municipais de 1992 fez do evento um espetáculo teatral. Muitos deputados eram candidatos a prefeito e fizeram do seu voto um palanque eleitoral. A Globo e outras emissoras transmitiram ao vivo toda a sessão: todos os votos, em chamadas nominais, com direito a declarações de votos longas de cada deputado que comparecia ao microfone para explicitar sua escolha.

O líder do governo na Câmara era o filho de Antônio Carlos Magalhães, o deputado Luís Eduardo Magalhães, que depois viria a ser presidente da Câmara. Ele viu o seu liderado Benito Gama, presidente da CPMI, votar contra Collor e desabafou: disse que Benito trocou a relação de anos por um destaque na mídia.

Por causa do episódio, Benito teve dificuldades no seu estado, chegando a perder eleições pela falta de apoio eleitoral do grupo de Antônio Carlos Magalhães. Curiosamente, retornou à Câmara em 2014, votando também contra Dilma.

Em menos de dois dias Collor foi afastado – diferentemente de Dilma, que levou 25 dias. Iniciou-se o processo no Senado, com a posse provisória de Itamar Franco. Ele montou um governo de coalizão, com franca maioria – quem fez o impeachment não poderia deixar o país sem governabilidade.

A composição do governo de Itamar Franco foi difícil no início, pois teria de agradar a todos que haviam votado contra Collor. Itamar queria colocar José Serra como ministro da Fazenda e Fernando Henrique Cardoso como

ministro das Relações Exteriores, repetindo o que Collor havia aventado anos antes.

Quércia vetou o nome de Serra como ministro da Fazenda. Itamar aceitou e acabou nomeando Gustavo Krause para o posto. O tucano Fernando Henrique Cardoso, contudo, foi feito ministro – conseguia, assim, o seu objetivo de ser chanceler do país, não importando em qual governo fosse.

Eu tinha excelentes relações com Itamar Franco, desde a campanha eleitoral, quando ajudei a demovê-lo da ideia de renunciar à candidatura. Cultivava o hábito de visitá-lo, no gabinete da Vice-Presidência, todas as vezes que ia a Brasília.

Com o acirramento da crise com Collor, me mantive leal ao presidente – e isso fez com que me distanciasse de Itamar. Ele atribuiu a mim um grampo telefônico, ocorrido no Rio de Janeiro, quando ele estava hospedado no hotel Glória e conversava com uma jornalista. O episódio ficou famoso, porque ele estaria supostamente cantando a profissional da imprensa.

Não tive nada a ver com isso, mas Itamar era teimoso e vivia cercado de assessores de Juiz de Fora que lhe enchiam a cabeça com intrigas de fatos inverídicos. Ele costumava acreditar e, a partir daí, mesmo antes da votação de abertura do processo de impeachment, passou a me considerar inimigo.

O processo do impeachment de Collor foi julgado no Senado em 29 de dezembro de 1992, mesmo depois de Collor ter renunciado ao mandato, o que deveria ter paralisado o trâmite. No entanto, o instinto de perseguição era de tal ordem que não bastava tê-lo tirado da Presidência. Era preciso torná-lo inelegível para as eleições futuras.

Collor esteve muito perto de obter os votos para impedir a derrota no Senado. Ali, uma articulação estava sendo feita pelo então senador Ney Maranhão, do PRN, que buscava acertar com um senador de cada estado para, assim, ter o número de um terço dos votos necessários para impedir a condenação do presidente.

Houve quebra de acordo por parte de alguns senadores que já tinham se comprometido com a estratégia – que envolvia a nomeação de alguns deles

para o futuro ministério. Também estava acertado o controle de cargos federais nos seus estados, o que naquele momento poderia fortalecer muitos desses políticos.

Collor, que acompanhava a articulação, quando viu que havia risco de não dar certo, optou pela renúncia. Ele pretendia salvar seus direitos políticos e, com isso, poder se candidatar em 1994. No entanto, o presidente do STF à época, Sidney Sanches, que ocupava a presidência do Senado para o julgamento do impeachment, optou por submeter ao plenário do Senado a continuidade ou não do julgamento. Por óbvio, venceu a continuidade, tendo o Senado levado adiante o processo de impeachment de um ex-presidente – fato absurdo e impensável.

Collor não teve a mesma sorte de Dilma, que contou, na votação do julgamento do seu impeachment, com uma ajuda do presidente do STF, Ricardo Lewandowski – que presidia aquela sessão e permitiu a separação da punição, tirando a inelegibilidade dela. Ou seja, o Senado julgou Collor ex-presidente e o tornou inelegível; e julgou Dilma presidente, mas permitiu sua elegibilidade. Dois pesos e duas medidas.

Participei ativamente da luta para evitar o impeachment de Collor, assisti a todas as traições sofridas por ele, vi os absurdos das decisões antirregimentais de Ibsen Pinheiro para controlar os procedimentos. Acompanhei também a forma totalmente acelerada do processo, em que se pretendia concluir a votação antes do dia das eleições municipais, a fim de que não houvesse nenhum risco de alteração.

Fernando Henrique Cardoso fez a intermediação do diálogo com a Globo, pois tinha ótimas relações ali, e, a partir de então, seria o interlocutor constante com a empresa durante o futuro governo Itamar Franco.

Com certeza, o aprendizado de todo esse processo do impeachment de Collor foi fundamental para que eu, no exercício da presidência da Câmara, sem desrespeitar o regimento da Casa, como fez Ibsen Pinheiro, pudesse encaminhar os trâmites sem nenhuma chance de ser derrotado por Dilma na abertura do seu impeachment. Isso poderá ser visto nos detalhes que serão

apresentados nos capítulos seguintes.

O PT comemorou a vitória da queda de Collor como se fosse a sua vitória nas eleições. Só que isso acabou por jogar fora a potencial eleição de Lula em 1994, pois permitiu que as forças contrárias ao PT se reagrupassem sob a nova situação debaixo de um novo plano econômico. O PT acabou saindo menor, em 1994, do que tinha saído em 1989.

Mais tarde, durante o processo eleitoral, já antevendo a derrota nas eleições de 1994, quis usar o mesmo método que tirou Collor, tentando ainda o impeachment de Itamar Franco. O pedido, assinado pelo então deputado e hoje senador Jaques Wagner, não prosperou.

Isso sem contar que, mesmo após essa derrota em 1994, continuou usando o mesmo método com os pedidos de impeachment contra Fernando Henrique Cardoso. Mais tarde, o PT viria a sofrer o mesmo processo que impôs a Collor e tentou impor a Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. E, no caso, chamou isso de golpe, de onde se conclui que quem com golpe fere, com golpe será ferido.

6

Depois do impeachment: a eleição de FHC casada com a do Congresso

Com a abertura do processo de impeachment e o afastamento de Collor, Itamar Franco tomou posse como presidente em exercício e nomeou seu ministério, debaixo de disputas e vetos – como o de Quéricia ao nome de José Serra. Mas gozava de apoio majoritário no Congresso, que, tendo tirado Collor, não poderia deixar o país à deriva, sem governabilidade.

Os primeiros passos de Itamar foram de cautela, pois sabia que teria ainda de confirmar o processo de impeachment no Senado para assumir definitivamente a Presidência da República. Ele acabou fazendo com que seu governo, nesse início, fosse na tentativa de agradar aos senadores, dando poder a eles para evitar qualquer reviravolta e, assim, poder consolidar sua gestão.

Itamar preferiu adiar mudanças nos escalões inferiores do governo, a fim de não contrariar nenhum senador. Com isso, permaneci mais um pouco na Telerj – apesar do ódio que estava nutrindo por mim, Itamar preferiu esperar o julgamento do processo de impeachment antes de mexer nessas nomeações. Ele também sabia que a minha presença na estatal tinha o total apoio da Globo naquele momento. O próprio Roberto Marinho havia solicitado, por meio de seu interlocutor junto ao presidente, Fernando Henrique Cardoso, que eu permanecesse ali.

Collor, como já dito, articulava sua defesa e tentava ao mesmo tempo angariar votos no Senado, onde o senador Ney Maranhão, do PRN, conduzia uma articulação visando obter um terço dos senadores – número suficiente para impedir a condenação e restituir o poder a Collor.

Toda essa movimentação eu acompanhava por meio do então senador Hydekel de Freitas, do PFL, meu amigo pessoal, que buscava o retorno de

Collor e sentia que estava próximo de consegui-lo. Se voltasse ao poder, Collor teria um novo ministério para nomear e o faria, na sua maioria, com nomes de senadores – além de distribuir os cargos federais nos estados a cada senador que o apoiasse.

Isso sem dúvida seria um atrativo para um terço da bancada. Além disso, uma parte deles já estaria desgostosa com o início do governo de Itamar: os senadores estavam vendo que o consórcio político que ocupava o poder naquele momento era tão grande que seria difícil um parlamentar ter mais poder com Itamar do que teria com Collor.

Itamar tinha colocado Gustavo Krause na Fazenda, que depois foi substituído por Eliseu Resende – que teve de sair devido a denúncias envolvendo a famosa Odebrecht. Nesse momento, Fernando Henrique Cardoso foi para o Ministério da Fazenda, em que acabou lançando o Plano Real. Em breve, ele acabaria se tornando presidente da República, sucedendo Itamar.

A economia não ia bem, e o processo corria aceleradamente no Senado para acabar logo com o julgamento de Collor. Ele foi marcado para 29 de dezembro de 1992, exatos três meses após a votação na Câmara do pedido de abertura do processo. No caso de Dilma, o tempo foi de quatro meses e meio entre a votação da Câmara e o julgamento no Senado Federal.

Antes da abertura da sessão de julgamento, Collor não tinha segurança se havia obtido um terço dos votos necessários. Essa foi a condição dos que aceitaram apoiá-lo: de que fossem mostrados os apoiadores reais para que não entrassem em um desgaste, sem resultado favorável, já que apoiar Collor e perder naquele momento seria fatal para algumas carreiras políticas.

Sem essa segurança, não tendo os nomes de todos os que o apoiariam confirmados para que fizessem um bloco, Collor percebeu que não teria chance. Optou pela renúncia, única forma de preservar seus direitos políticos.

Com a renúncia de Collor, comunicada no início da sessão de julgamento, esta foi suspensa. Foi convocada uma sessão extraordinária do Congresso Nacional na mesma hora, para a leitura da carta de renúncia e a declaração de

vacância do cargo de presidente da República. Chamaram Itamar Franco para tomar posse como sucessor de Collor na Presidência, logo em seguida, em sessão solene.

Após a posse de Itamar Franco para complementar o mandato de Collor, até 1º de janeiro de 1995, foi reaberta a sessão de julgamento do agora ex-presidente. Na presidência dessa sessão, o então presidente do STF, Sydney Sanches, submeteu a votos do plenário do Senado a continuidade do julgamento. O plenário então aprovou a absurda continuidade do julgamento de um ex-presidente – que não poderia ser submetido a um julgamento de impeachment, próprio dos ocupantes do cargo, e não de ex-ocupantes.

Ao final do julgamento, a própria pergunta submetida a voto do plenário do Senado comprova a diferença em relação ao processo de Dilma. Naquela ocasião, perguntava-se se o ex-presidente Collor deveria ser submetido à pena de inabilitação por oito anos para o desempenho de qualquer outra função pública, tendo por consequência a sua inelegibilidade.

No caso de Dilma, o então presidente do STF, Ricardo Lewandowski, no exercício da presidência do julgamento no Senado, admitiu a divisão e exclusão da punição de inabilitação por oito anos e, por consequência, da inelegibilidade dela. Ele submeteu a votos, de forma isolada, as duas punições, levando a absurda diferença entre os dois casos.

Collor foi julgado como um ex-presidente e condenado a inabilitação, enquanto Dilma foi julgada como presidente e manteve a sua habilitação – pena conjunta à perda do cargo, conforme dispõe a Constituição.

Itamar Franco, oficialmente como titular no cargo, continuou tentando colocar o governo para andar. Teve muitos atritos, já que era contrário ao processo de privatizações. Mesmo assim avançou, e a CSN acabou desestatizada.

Foram realizadas eleições para os comandos da Câmara, em 2 de fevereiro de 1993 – acabou escolhido o deputado Inocêncio de Oliveira –, e, em 28 de agosto de 1993, do Senado – que elegeu Humberto Lucena.

Itamar Franco, já empossado definitivamente, acelerou a troca de todos os

cargos de escalões inferiores. Em abril de 1993, pedi demissão da Telerj – preferi sair antes, já antevendo que haveria uma demissão.

Eu deveria ter feito isso no momento da renúncia de Collor. Mas, atendendo a pedidos de vários deputados da bancada do Rio de Janeiro, do senador Hydekel de Freitas e de outras pessoas, fiquei mais um tempo – e disso me arrependo até hoje, pois participei por um período de um governo que era fruto daquele impeachment.

Itamar Franco nomeou para o meu lugar seu fiel escudeiro e, naquele momento, consultor-geral da República, José de Castro Ferreira, que morava no Rio de Janeiro e queria ficar próximo da família. Ele era um dos que me pediam para permanecer no cargo da Telerj. Ou seja, queria era guardar o cargo para ele, evitando que fosse preenchido por alguma composição política e acabasse indisponível.

Em 21 de abril de 1993 foi realizado – de forma antecipada, já que originalmente a ideia era que ocorresse em 7 de setembro desse ano – o plebiscito, previsto em Constituição, para decidir o regime de governo, se republicano ou monárquico, e o sistema, se presidencialista ou parlamentarista. Com folga, venceram republicano e presidencialista.

Caso houvesse vencido o modelo parlamentarista, o destino político do país seria outro. Afinal, essa era a luta da Constituinte. Com a queda de Collor, esperava-se que houvesse uma conscientização de que o sistema de governo estava equivocado, e o parlamentarismo seria a solução para se evitar uma ruptura abrupta, como a que havia acabado de ocorrer.

Entretanto, continuavam, os candidatos a presidente, preocupados mais com seu espaço, com a manutenção de seu possível futuro poder. Assim, todos os potenciais fortes candidatos daquele momento, como Lula e Brizola, além dos principais partidos, como PMDB e PFL, defenderam o presidencialismo. Ao lado do parlamentarismo restou PSDB, que não teve forças para conseguir aprová-lo.

Collor era parlamentarista e, se não tivesse sido derrubado pelo processo de impeachment, teria apoiado a escolha do parlamentarismo no plebiscito, o

que Itamar não fez. Caso contrário, certamente poderia ter influenciado o resultado, se sua popularidade estivesse em situação melhor.

Em seguida, estourou a crise com o já segundo ministro da Fazenda, Eliseu Resende – denunciado por ter as despesas de uma viagem ao exterior pagas pela Odebrecht. Ele acabou renunciando e Itamar nomeou Fernando Henrique Cardoso para o cargo.

Fernando Henrique reuniu uma equipe para criar um plano econômico. Nascia o Plano Real, lançado em 28 de fevereiro de 1994. Antes, em julho de 1993, havia sido feita a troca da moeda para cruzeiro real e o corte de três zeros, medida insuficiente para conter a inflação.

O plano da equipe econômica comandada por Fernando Henrique consistia em, primeiro, criar uma URV, ou seja, uma unidade real de valor que teria paridade com o dólar. Depois, essa unidade se transformaria em real, a nova moeda, no dia 1º de julho de 1994. Haveria a desindexação da economia, realimentadora da inflação. Com isso, os preços e salários não teriam aumento automático de acordo com a inflação pretérita.

O plano era focado também na redução de gastos públicos e na privatização de estatais, para gerar investimentos e diminuir o tamanho do Estado. A ideia era que um real valeria uma URV e, por consequência, um dólar na data de sua conversão, em 1º de julho de 1994.

O Plano Real foi importante para conter a espiral inflacionária do país. Fez com que o Brasil tivesse uma moeda forte e, por consequência, aumentou o poder de compra das pessoas, potencializando crescimento econômico e o desenvolvimento.

Com o Real, Fernando Henrique virou uma espécie de primeiro-ministro. Ele comandava o governo de fato. Ao mesmo tempo, ia pavimentando uma candidatura à Presidência, mesmo que Itamar não o apoiasse.

Não era um governo sem crises a gestão Itamar. Houve até o afastamento provisório do então chefe da Casa Civil, Henrique Hargreaves, devido a denúncias. Como elas não foram comprovadas, ele retornou ao cargo.

Fernando Henrique Cardoso lançou o IPMF em 13 de julho de 1993. A sigla

significava Imposto Provisório de Movimentação Financeira, contribuição que vigorou de 1º de janeiro de 1994 a 31 de dezembro de 1994, com uma alíquota de 0,25%. A arrecadação desse novo imposto ajudou a consolidar o Plano Real. Depois o tributo voltaria, quando Fernando Henrique foi presidente, chamado então de CPMF.

Além das crises do governo Itamar, tivemos uma grande crise no Congresso Nacional, que alteraria todo o quadro político, após denúncias de fraudes da comissão de orçamento da Casa – foi instaurada uma CPMI.

Nessa investigação ficaram conhecidos os denominados Anões do Orçamento, parlamentares, coincidentemente de pequena estatura, que dominavam a comissão de orçamento e recebiam propinas de empreiteiras para alocação de recursos.

Esse escândalo produziu consequências. Seis parlamentares foram cassados e perderam o mandato, inclusive o ex-presidente da Câmara Ibsen Pinheiro, responsável pelo processo de impeachment de Collor. Além disso, quatro parlamentares renunciaram a seus mandatos para não serem cassados. Outra consequência do escândalo foi a mudança ocorrida na relação do Congresso dentro da comissão de orçamento.

A CPMI atingiu o PMDB, já que o maior número de deputados acusados era do partido. Naquele momento, o presidente da CPMI, senador Jarbas Passarinho, transformou-se em candidato à Presidência da República. O caso mostrou as mazelas da confecção do orçamento no país, com a atuação das famosas empreiteiras.

Relator da CPMI, o então deputado Roberto Magalhães havia pedido a cassação de 18 deputados, mas parte acabou absolvida. Além da denúncia da roubalheira com o orçamento, as investigações trouxeram à tona até a história do assassinato da esposa de um assessor da comissão.

A partir do caso, foram alteradas as regras do Congresso para a comissão do orçamento. Seu poder foi reduzido. O escândalo escancarou uma situação política: parte do Congresso, independentemente de apoiar ou não o governo, mandava no orçamento e, com isso, tinha independência em relação aos

governos.

Os parlamentares que comandavam a comissão de orçamento influenciavam bastante grande parte do Congresso pelo seu poder. Coincidentemente, eram na sua maioria do PMDB. E a maioria deles estava entre os responsáveis por parte importante no processo de impeachment de Collor.

Ao mesmo tempo que a CPMI avançava e as punições iam acontecendo, Itamar ganhava popularidade com a perspectiva de sucesso da economia. Contudo, houve um entrevero no Carnaval de 1994. Itamar resolveu comparecer ao desfile das escolas de samba do Rio, com uma modelo ao seu lado. Ela foi fotografada sem calcinha, o que gerou um escândalo nacional. Itamar quase renunciou à Presidência, para poder se candidatar nas eleições de 1994 e não ficar sem mandato, tamanho era o receio do escândalo em que tinha se metido.

Com o início da fase principal da edição do Plano Real, a partir de 28 de fevereiro de 1994, a popularidade de Itamar aumentou ainda mais. Todos os seus problemas pareciam superados, e ele se transformaria em ator importante no vindouro processo eleitoral.

Havia sido feita a revisão prevista na Constituinte para cinco anos após a promulgação da Carta. As mudanças ficaram restritas a poucos temas. Um ponto importante: o mandato presidencial foi alterado de cinco para quatro anos, para coincidir o pleito presidencial com as demais eleições. Com isso, buscava-se evitar a instabilidade criada com a eleição de presidente solteira, como foi a de Collor. Essa tese foi fortalecida depois da vitória do sistema de governo presidencialista, no plebiscito de 21 de abril de 1993.

É fato que também a perspectiva de vitória de Lula nas eleições de 1994 contribuiu para a aprovação da redução do mandato de cinco para quatro anos nessa revisão. Naquele momento, Lula estava em primeiro lugar nas pesquisas, disparado, o que preocupava os que temiam sua vitória.

Fernando Henrique Cardoso renunciou ao Ministério da Fazenda, a fim de se desincompatibilizar para as eleições. Começou a costurar a candidatura,

mas seu sucesso dependia da continuidade do Plano Real. Ele indicou o embaixador Rubens Ricupero como seu substituto.

Depois de muitas idas e vindas, Fernando Henrique conseguiu o apoio de Itamar à sua sucessão. Ele montou uma aliança do PSDB com o PFL e o PTB, visando ter maioria no Congresso caso vencesse a disputa eleitoral.

O PMDB lançou o ex-governador Orestes Quécia à Presidência. Vários candidatos se apresentaram. O PT apostou novamente em Lula, já crítico combatente do governo Itamar e também do Real. O petista compreendeu que o impeachment de Collor fez com que se aglutinassem forças capazes de derrotá-lo nas urnas.

Lula liderava as pesquisas, mas todos tinham o sentimento de que a alavancagem do Real desempenharia o mesmo papel que o Plano Cruzado havia tido nas eleições de 1986. O PT atacava as premissas do plano justamente relembrando o exemplo do Cruzado – que depois daquela eleição acabou sucumbindo e se transformando em estelionato eleitoral, segundo as avaliações posteriores.

O candidato petista insistiu nesse discurso. Mas viu Fernando Henrique crescer nas pesquisas, na mesma época do lançamento da nova moeda, sinalizando uma virada com a qual Lula não contava. O seu discurso foi ficando ultrapassado, visto que passou a ser oposição à estabilidade econômica, e não mais oposição ao governo.

O apoio das Organizações Globo foi vital para Fernando Henrique Cardoso. Tanto na transmissão da Copa do Mundo quanto em seus telejornais, a emissora não cansava de mostrar a novidade da nova moeda, o real. Naquele momento, era um ato de governo. Mas iria refletir diretamente na campanha de Fernando Henrique – todos sabiam que ele era o autor do plano e, em seguida, com o início da propaganda eleitoral, seria fácil consolidar isso tudo.

Por outro lado, a população, cansada de tantas instabilidades – a política, por causa do impeachment; e a econômica, depois de tantos planos econômicos, bloqueios de ativos e por causa da inflação –, viu em Fernando Henrique o potencial de dias mais calmos, controle da inflação e estabilidade

política. Tudo isso em um calendário de eleição geral, já que passariam a coincidir as votações para presidente, governadores e Congresso.

Fora do governo, mas ainda comandando a economia, Fernando Henrique recebeu, do então chefe da Casa Civil, a minuta da medida provisória da criação do real. Isso provocou a ira do PT, vendo a máquina trabalhando para a eleição do seu principal adversário.

Em represália, o PT voltou a usar o instrumento do impeachment e apresentou um pedido de abertura de processo, por meio do então deputado e hoje senador Jaques Wagner, contra Itamar Franco – rejeitado pelo então presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira.

Ao longo do mandato, Itamar sofreu quatro pedidos de impeachment – nenhum teve aceitação e andamento.

Essa eleição foi marcada pela crise dos candidatos a vice. Tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Lula tiveram de substituir os seus companheiros de chapa, respectivamente os então senadores Guilherme Palmeira e José Paulo Bisol – pesavam denúncias contra ambos. Acabaram substituídos pelo então senador Marco Maciel e pelo então deputado Aloizio Mercadante.

Em setembro de 1994, outra crise quase abalou a campanha de Fernando Henrique. Foi quando o então ministro Rubens Ricupero foi gravar uma entrevista para a Globo, com o repórter Carlos Monforte. O áudio de uma conversa preliminar à entrevista vazou. Ricupero dizia: “No fundo, é isso mesmo. Eu não tenho escrúpulos. Eu acho que é isso mesmo. O que é bom a gente fatura, e o que é ruim a gente esconde”.

O incidente obrigou Ricupero a deixar o governo, substituído pelo então governador do Ceará, Ciro Gomes – o quinto ministro da Fazenda de Itamar em dois anos de governo.

Em 3 de outubro de 1994 foram realizadas as eleições. E a 25ª eleição presidencial brasileira terminaria com a escolha de Fernando Henrique Cardoso, com maioria absoluta dos votos em primeiro turno.

O presidente eleito ainda conseguiu maioria parlamentar no Congresso Nacional para aquela que seria a 50ª legislatura, com mandato de 1º de

fevereiro de 1995 a 31 de janeiro de 1999.

O PMDB manteve a maior bancada da Câmara dos Deputados, com praticamente o mesmo número de 1990, 107 deputados, apesar do baixo rendimento da candidatura de Orestes Quércia. O partido também elegeu oito governadores.

A chapa formada por PSDB, PFL e PTB elegeu 184 deputados, 22 senadores e 9 governadores. Com a vitória nos maiores centros e de partidos que iriam compor sua futura base parlamentar, Fernando Henrique conquistou uma maioria confortável, tanto no Congresso quanto entre os governadores. Restaram ao PT apenas 2 governadores, 4 senadores e 50 deputados.

O segundo turno das eleições consolidou a vitória de Fernando Henrique Cardoso, em termos absolutos de votos – já que seus aliados venceram as disputas nos estados principais, de maior número de eleitores, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Com esse quadro amplamente favorável, a situação de Fernando Henrique era bastante diferente da de Collor, que havia sido eleito em uma eleição solteira, nunca tivera maioria congressual e, na disputa eleitoral seguinte, viu seus aliados perderem em número absoluto de votos no país.

Fernando Henrique reunia todas as condições favoráveis. Ele jamais estaria em risco de sofrer um processo de impeachment e ainda teria maioria confortável para realizar grandes reformas que dependessem de emendas constitucionais, cuja aprovação exigiria quórum qualificado de três quintos em cada casa do Congresso Nacional.

Mas Fernando Henrique deturpou o processo em seu primeiro mandato. Em vez de consolidar a estabilidade política do país, usou a maioria conquistada para o confronto dessa estabilidade, ao patrocinar a emenda constitucional que permitiria sua reeleição, assunto do próximo capítulo. Essa mudança teve implicações, como veremos, no processo político futuro.

7

O golpe da reeleição de FHC, as consequências e a eleição de Lula

Sem entrar no mérito de detalhes do governo de Fernando Henrique Cardoso, o objetivo deste capítulo é relatar eventos políticos que impactaram a análise do processo de impeachment de Dilma, objeto deste livro.

Se não visitarmos toda a cronologia histórica, a análise será falha, pois as circunstâncias de um acontecimento político de um mandato resultam em efeitos nos mandatos futuros.

Estávamos vindo de um processo em que a Constituinte provocou uma eleição solteira e a decisão do sistema de governo presidencialista, o que gerou um presidente sem Congresso, situação corrigida, em parte, pela redução do mandato presidencial de cinco para quatro anos, levando novamente à coincidência das eleições, que elegeram Fernando Henrique Cardoso.

Embora o sistema de governo tenha continuado presidencialista mesmo após o plebiscito de 1993, Fernando Henrique Cardoso era parlamentarista, entendia o sistema e sabia agir acumulando as funções de chefe de Estado com a de chefe de governo, implantando na prática, em seu governo, um parlamentarismo de fato, travestido do nome usado até hoje: presidencialismo de coalizão.

Com isso, montou o governo distribuindo cargos a seus aliados, consolidou a base e, embora houvesse disputas naturais de espaço entre os partidos, a maioria estava confirmada e, assim, poderia continuar a consolidação do Plano Real, que já havia contido a inflação.

Fernando Henrique escolheu para ministro da Fazenda Pedro Malan, remanescente de sua equipe econômica quando era ministro. Para isso, teve de desalojar Ciro Gomes, ex-governador do Ceará, que tinha assumido o cargo com a crise da divulgação das falas de Ricupero.

Fernando Henrique não quis Ciro Gomes na Fazenda – ali acabou havendo uma ruptura, que culminou em Ciro deixando o PSDB e acabando depois candidato a presidente contra FHC, por pura vingança.

Ciro ainda teria atribuído a FHC o vazamento de uma situação de natureza pessoal – o romance dele com a atriz Patricia Pillar, tornado público, acabaria provocando a separação do político de sua primeira mulher.

Não se sabe se a história é verdadeira ou não. E também não existe interesse na situação de âmbito pessoal, mas o fato é que houve uma ruptura e, com isso, Ciro se tornou adversário de FHC. Ele se tornou candidato a presidente em três oportunidades, sem êxito, chegando a apoiar Lula e a ser seu ministro. A partir daí, passou a compor parte da esquerda, embora tenha tido origem no PDS da ditadura e passado por vários partidos nesse período, não necessariamente do espectro da esquerda.

Fernando Henrique, após a eleição, reforçou a aliança da base eleita – PSDB, PFL e PTB –, angariando o apoio do PMDB. Ele assegurou maioria confortável nas duas casas do Congresso, ampliada depois pelo então PPB – hoje PP, PR e legendas menores –, tendo número suficiente para a discussão de emendas constitucionais, necessárias para as reformas por ele pretendidas.

Em 1º de fevereiro de 1995, tomou posse o Congresso Nacional. No dia 2 de fevereiro, foram eleitos para presidir a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, respectivamente, Luís Eduardo Magalhães e José Sarney.

Fernando Henrique arranhou uma maneira de se livrar de Itamar Franco. Colocou-o em embaixadas no exterior – ocupou posto em Portugal e na Organização dos Estados Americanos (OEA). Mais tarde, Itamar acabaria rompendo com FHC, após a aprovação da emenda da reeleição, já que ele pretendia se candidatar à sucessão do tucano. Ainda assim, após a aprovação de tal emenda, Itamar acabaria se filiando ao PMDB e tentou disputar a convenção do partido para ser candidato a presidente em 1998, sem sucesso.

O governo FHC teve muitos sobressaltos, enfrentou crises internacionais e avançou nas privatizações. Ele aprovou importantes emendas constitucionais, do fim do monopólio das telecomunicações e do petróleo, dando margem

para as licitações de exploração privada de campos de petróleo do país, além de permitir a privatização da Telebrás.

Entre outras empresas, a Vale do Rio Doce foi privatizada, depois de muita confusão. Isso foi um marco de seu mandato.

A Globo, que havia apoiado a eleição de Fernando Henrique, era fortemente favorável ao governo, defendendo as propostas de reformas. Houve até um episódio curioso: o diretor de jornalismo nomeado para agradar a Collor, Alberico de Souza Cruz, foi demitido para agradar a Fernando Henrique Cardoso. O que desencadeou a saída do diretor de jornalismo foi o fato de que o *Jornal Nacional* noticiou, em 1995, período de início do governo, um pedido de impeachment protocolado na Câmara, sem expressão, originado fora dos partidos políticos. No lugar de Alberico foi alçado ao cargo o jornalista Evandro Carlos de Andrade, então diretor de redação do jornal *O Globo*.

Em seus dois mandatos, Fernando Henrique teve 24 pedidos de impeachment. Nenhum deles teve aceitação e prosseguimento.

O Plano Real se sustentava, mas a manutenção da paridade cambial com o dólar, por meio de um sistema de bandas cambiais, levou a um aumento desenfreado da dívida interna. Ela quadruplicou em seu governo, em dólares, em razão da supervalorização da moeda nacional em relação à americana, e da elevada taxa de juros, além de não gerar saldos da balança comercial superavitários, como passou a ocorrer após o seu governo.

As eleições municipais de 1996 desencadearam uma divisão da base de FHC em disputas municipais. O PSDB perdeu a eleição nas maiores capitais, vencendo apenas em quatro menores: Cuiabá, Goiânia, Teresina e Vitória.

Terminado o período eleitoral, Fernando Henrique acelerou a tramitação de uma proposta de emenda constitucional, a PEC 1, de 1995, de autoria do deputado Mendonça Filho, do então PFL, hoje DEM. O texto estabelecia a possibilidade de reeleição para presidente, governadores e prefeitos.

Essa proposta, transformada na emenda constitucional número 16 de 4 de junho de 1997, mudou radicalmente a política no país. Imediatamente, todos

os eleitos antes dessa emenda teriam direito à reeleição, inclusive aqueles prefeitos recém-eleitos. O mal que essa emenda fez ao país está presente até os dias de hoje.

Em primeiro lugar, Fernando Henrique usou a estabilidade política obtida para deformar o sistema, utilizando essa maioria em benefício próprio. Para fazer isso, criou uma distorção com enormes reflexos em todos os municípios brasileiros, em que daí por diante a renovação foi prejudicada. Isso sem contar que o primeiro mandato de um governante passou a servir somente como continuidade de campanha, visando sua reeleição, prejudicando a administração pública e as políticas públicas.

Muito assistimos nos dias de hoje à discussão e à luta pela democracia, mas essa emenda feita no meio do jogo para beneficiar o principal jogador foi um verdadeiro golpe – que era, sim, antidemocrático e possivelmente inconstitucional. Nós assistimos a isso sem que ninguém contestasse, até porque Fernando Henrique Cardoso tinha os meios de comunicação, notadamente as Organizações Globo, a seu lado.

Existiram movimentos no segundo governo de Lula para aprovar uma nova emenda constitucional para um terceiro mandato, que até teria chances de ser aprovada, pois Lula estava bem, tinha maioria no Congresso. Mas Lula teve o mérito de impedir essa discussão. Ele não lutou por isso, dando nesse caso um exemplo de respeito à regra do jogo, que Fernando Henrique não teve.

Em segundo lugar, a aprovação da emenda não teve uma votação tão simples. Diversas denúncias de compra de votos surgiram. A mais conhecida, divulgada pela *Folha de S.Paulo* em 13 de maio de 1997, foi uma gravação do então deputado Ronivon Santiago, confirmando que ele tinha recebido 200 mil reais, à época correspondendo a 200 mil dólares. Ele dizia também que outros parlamentares também teriam recebido, citando na gravação os nomes de quatro deputados.

O episódio culminou na renúncia dos deputados Ronivon Santiago e João Maia, ambos do PFL, para não serem cassados. Os outros três deputados acabaram absolvidos, sendo que essas gravações teriam sido feitas por um ex-

deputado, Narciso Mendes, que seria supostamente o Mister X, apontado pela *Folha* como autor das gravações.

Não foi um episódio isolado. É verdade também que, recém-saído da prefeitura de São Paulo e tendo acabado de eleger seu sucessor, Paulo Maluf articulou para que a emenda não fosse aprovada. Conheço duas histórias de deputados do Rio de Janeiro que receberam pelos seus votos nessa emenda – um, de Paulo Maluf, para votar contra; outro, de Sérgio Motta, para votar a favor da reeleição. Ambos os relatos citavam o mesmo valor declarado por Ronivon Santiago. Um desses políticos já é falecido; o outro não é mais deputado desde 2002.

Paulo Maluf queria que tal emenda tivesse sido aprovada antes das eleições municipais, para que ele pudesse tentar a reeleição em São Paulo. Mas, passada a eleição, agora ele era candidato a presidente ou a governador de São Paulo – ou seja, a autorização de disputar a reeleição iria favorecer justamente os que ocupavam os cargos, Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas.

Sobre os dois deputados que eu citei anteriormente, o que recebeu dinheiro de Maluf contou que o pagamento foi feito diretamente por ele. Já o que apoiou FHC relatou que não foi pago pelo próprio articulador, Sérgio Motta, mas sim por meio de Sampaio Dória, na época presidente da Telesp – estatal de telefonia de São Paulo, subordinada ao ministério comandado por Motta, que, aliás, antes de ser ministro de FHC era conhecido operador financeiro do PSDB.

Todas as investigações sobre os episódios da compra de votos para a reeleição de FHC foram enterradas, inclusive na Procuradoria-Geral da República, à qual Fernando Henrique nomeou para os seus anos de mandato o mesmo procurador, Geraldo Brindeiro, sem nenhuma observância à lista. Ele ficou conhecido como engavetador-geral da República, apesar de hoje o seu partido ter feito coro, mesmo que de forma discreta, contra a nomeação, sem respeito à lista, do procurador-geral pelo atual presidenteda República.

Dessa forma, em 25 de janeiro de 1997, a Câmara dos Deputados aprovou a reeleição por 336 votos, 28 votos a mais do que o mínimo exigido para

aprovação de uma emenda constitucional, em primeiro turno. Depois foi aprovada em segundo turno na Câmara e em dois turnos no Senado Federal, sendo promulgada em 4 de junho de 1997.

Fernando Henrique Cardoso, em artigo publicado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* no dia 6 de setembro de 2020, fez um mea-culpa em relação ao episódio, assumindo ter sido um erro a aprovação da reeleição – ele disse ter permitido e aceitado a tramitação. O tucano não reconheceu, entretanto, ter sido ele o responsável pela discussão e aprovação, colocando toda a máquina do governo para obter êxito, além das denúncias das compras de votos divulgadas.

Fernando Henrique é inteligente para saber que, ao agir em benefício próprio, causou um mal irreversível ao sistema político brasileiro, com consequências nefastas até a data de hoje. Ele apenas não quis morrer sem reconhecer, ao menos parcialmente, o maior erro legislativo do nosso país desde a proclamação da República.

Com o histórico de ter criado o IPMF durante seu período como ministro da Fazenda de Itamar Franco, Fernando Henrique aprovou, pela Lei nº 9.311, de 24 de outubro de 1996, a CPMF, tributo que passou a ter sua destinação para o Fundo Nacional de Saúde (FNS), vigorando a partir de 23 de janeiro de 1997, por dois anos, até 23 de janeiro de 1999.

Em seguida, em 2 de fevereiro de 1997, foram eleitos com apoio de Fernando Henrique Cardoso os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente Michel Temer e Antônio Carlos Magalhães.

Nesse período, Fernando Henrique enfrentou crises econômicas internacionais, assistiu à saída de Itamar Franco da embaixada e começou a articulação da sua reeleição.

Fernando Henrique construiu sua nova campanha eleitoral praticamente sem adversários, fazendo uma coligação que, além de PSDB, PFL e PTB, agora contaria também com o PMDB e o PPB, atual PP.

Para conseguir isso, FHC neutralizou Paulo Maluf, que sairia candidato a governador. Para isso, houve um investimento dos fundos de pensão estatais

para salvar a empresa familiar de Maluf, a Eucatex, que passava por dificuldades.

Itamar Franco filiou-se ao PMDB, retornando para o partido do qual fez parte antes de se transferir para o PRN e sair candidato a vice de Collor. Ele vislumbrou a candidatura a presidente pelo partido, apresentando seu nome à convenção. Lá, uma enorme confusão foi formada pelos apoiadores de FHC, fazendo com que Itamar acabasse desistindo de concorrer. Ele saiu, então, candidato a governador de Minas Gerais – para conseguir a legenda, teve de compor com o antigo adversário Newton Cardoso, que acabaria em sua chapa como candidato a vice; venceram a eleição.

Lula, sem saída e sabendo que seria derrotado mais uma vez, saiu candidato. Conseguiu que Brizola fosse seu vice. Ciro Gomes se lançou por uma coligação de partidos menores, exercitando a vingança por ter sido escanteado por FHC após a sua eleição em 1994.

Houve ainda outros candidatos sem expressão. Fernando Henrique venceu em primeiro turno com facilidade o processo eleitoral ocorrido em 4 de outubro de 1998, a 26ª eleição presidencial.

A Globo continuava apoiando fortemente Fernando Henrique. Além disso, diante da ausência de opções que empolgassem, a maioria da mídia passou a tratar como certa a reeleição dele. A sociedade não debateu o suficiente sobre o que o governo de FHC realmente produziu, pois a discussão se restringia à necessidade da reeleição para a manutenção da estabilidade econômica e do Plano Real.

As eleições eram gerais, e os partidos que participaram da coligação de FHC fizeram 378 dos 513 deputados, ficando o PT com 59 deputados – vitória esmagadora, que daria maioria confortável para o governo.

A coligação de FHC elegeu 21 governadores, parte em segundo turno ocorrido em 25 de outubro de 1998. O PT conseguiu apenas três. No Senado, onde se renovou um terço das cadeiras, a coligação elegeu 23 senadores, contra somente três petistas. Ou seja, a vitória foi retumbante e construída pela articulação política. Passou-se a saber que um candidato à reeleição

ocupando cargo do Executivo estaria já no segundo turno – e teria muitas chances de vitória.

Foram raros os casos de candidatos a reeleição que não foram para o segundo turno entre governadores e prefeitos das cidades com mais de 200 mil eleitores. Também foram bem menores os casos em que o candidato a reeleição perdeu em segundo turno.

Essa eleição também foi a primeira que eu disputei, concorrendo a deputado estadual pelo PPB, atual PP, no Rio de Janeiro. Não me elegi diretamente – fiquei como suplente, mas assumi em março de 2001 o mandato até o fim, em 31 de janeiro de 2003.

Apesar da estabilidade da moeda, a situação econômica não favorecia FHC. Além de sofrer consequências da crise internacional, o Brasil, após as eleições, teve de recorrer ao FMI e obter um empréstimo recorde para a nossa história, de mais de 40 bilhões de dólares. Esse empréstimo era para dar liquidez às reservas internacionais do país, que estavam em nível baixo.

Pelo *timing* – logo após a vitória confirmada nas urnas –, esse procedimento foi muito criticado por todos. Soou como uma atitude semelhante ao Plano Cruzado. Fernando Henrique começava muito mal seu segundo mandato.

A privatização das empresas do sistema Telebrás, de forma fatiada, havia ocorrido já durante o processo eleitoral e rendido recursos importantes naquele momento, mas gerou um escândalo.

Em seguida à eleição, foram divulgados grampos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) ocorridos durante o processo de privatização das teles. Em decorrência disso, o então ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o então presidente do BNDES, André Lara Resende, foram obrigados a se demitir.

O segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso foi muito dificultoso e nos mostrou quanto a reeleição era danosa para o país. Logo ao fim da eleição, houve o acordo com o FMI, mostrando as nossas dificuldades, escondidas na campanha. Esse fato lembra muito o que Dilma faria em 2014 para se reeleger.

É possível estabelecer um paralelo nas condições de reeleição de Fernando

Henrique Cardoso e Dilma Rousseff. Ambos enganaram sobre a situação econômica real e ambos necessitaram fazer ajustes na economia, de maneira que não foi discutida na campanha eleitoral.

Os dois optaram por se reeleger a qualquer custo, em vez de fazer a coisa certa e ter transparência com a situação econômica. Existem duas grandes diferenças, somente. A primeira é que Fernando Henrique foi quem aprovou a emenda da reeleição, gerando esse caos. A segunda é que, mesmo fragilizado e com baixa popularidade no segundo mandato, Fernando Henrique ainda manteve base sólida no Congresso, o que evitou que tivesse destino semelhante ao de Dilma, com o impeachment.

Mais uma coisa eles têm em comum: ambos preferiram nutrir suas ambições de continuar no poder à possibilidade de construir uma biografia agindo de forma correta e transparente. Essa opção deles teve um preço para o Brasil. Mas a culpa maior pode ser atribuída ao fato de se ter no país esse modelo de reeleição, nefasto, que deve ser responsabilizado pelos grandes problemas que temos até hoje.

Logo ao tomar posse no segundo mandato, Fernando Henrique trocou o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, por Francisco Lopes. O país entrou em uma crise cambial e terminou com o sistema de bandas cambiais. Foi feita uma enorme desvalorização da moeda, surgindo denúncias que geraram os famosos escândalos dos bancos Marka e Fonte Cindam – que iriam quebrar com essa desvalorização, mas foram salvos por interferência de Francisco Lopes. Ele acabou caindo por causa do episódio, e um terceiro presidente assumiu o Banco Central: Armínio Fraga.

A operação de socorro desses bancos teria provocado perdas de 1,5 bilhão de reais ao Banco Central, em valores da época. Esses recursos nunca foram reavidos.

Em seguida ao escândalo que teria envolvido suposto pagamento de propinas a Francisco Lopes, foi promovida uma nova política cambial, com câmbio livre. O mercado se estabilizou em patamar mais alto. Chegava ao fim a política de manutenção de um câmbio artificial, que consumiu bilhões de

dólares de reservas do país, além de ter aumentado exponencialmente a nossa dívida interna, para sustentar esse modelo.

A 51ª legislatura do Congresso Nacional, eleita com Fernando Henrique Cardoso, tomou posse em 1º de fevereiro de 1999, para o período até 31 de janeiro de 2003. Em 2 de fevereiro foram reeleitos Michel Temer e Antônio Carlos Magalhães, respectivamente, como presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Nesse momento se obteve uma interpretação no STF de que eles poderiam ser reeleitos, por ser em uma legislatura diferente – a reeleição de presidentes da Câmara e do Senado é vedada pela Constituição.

Em 18 de março de 1999, o Congresso Nacional promulgou a emenda constitucional número 21, prorrogando a CPMF por mais três anos, constitucionalizando a lei e mostrando que a base do governo estava bem forte e dava os mecanismos necessários à governabilidade.

A CPMF agora financiaria não somente a saúde, mas a Previdência Social e o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Depois de idas e vindas, a alíquota da contribuição passou a ser de 0,38%, chegando a ser reduzida a 0,30% em 17 de junho de 2000. Mais tarde foi restabelecida a alíquota de 0,38%, a partir de 19 de março de 2001.

Após o escândalo dos bancos Marka e Fonte Cindam, foi instalada uma CPMI no Congresso Nacional para investigar o ocorrido, que acabou gerando a prisão e condenação do então banqueiro Salvatore Cacciola, libertado depois e beneficiado por um indulto.

Ainda sob a repercussão do episódio, em 25 de maio de 1999, a *Folha de S. Paulo* trouxe mais detalhes do caso dos grampos do BNDES, com reprodução de um vasto material, muito mais completo do que o divulgado anteriormente e que mostrava a atuação direta do próprio Fernando Henrique Cardoso na tentativa de favorecer um grupo privado na privatização das teles.

Somente o PT apresentou, nos meses iniciais do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, quatro pedidos de impeachment, sendo um deles sobre os grampos do BNDES, de autoria do então deputado José

Genoino. O primeiro pedido havia sido apresentado em 29 de abril de 1999, pelo então deputado Milton Temer. Ele requeria o impeachment em função do programa de reestruturação dos bancos, o Proer.

Então presidente da Câmara, Michel Temer rejeitou todos eles. Houve recurso ao plenário. Michel Temer levou então a plenário para deliberar o recurso do primeiro pedido do então deputado Milton Temer.

O plenário apreciou o recurso em 18 de maio de 1999. Foi rejeitado. Ou seja, foi mantida a decisão do presidente da Câmara, por 342 votos a 100. Isso foi uma semana antes de estourar a denúncia da *Folha* sobre os grampos do BNDES.

Em setembro de 1999, o índice de aprovação de Fernando Henrique Cardoso era de apenas 13%, chegando ao mais baixo nível desde a sua posse. Ficava claro o erro da reeleição. Para se reeleger, a crise econômica foi escondida e, em seguida, os escândalos apareceram com muita força, desgastando a imagem do governo.

É importante esclarecer pontos do livro de Fernando Henrique *Diários da Presidência*, em que ele faz duas referências a mim, de forma equivocada, e em uma delas descreve uma acusação infundada.

Na primeira referência, o tucano afirma que eu estava querendo ocupar cargo na Petrobras no seu governo – fato equivocado. Eu jamais fiz pleito para qualquer cargo em seu governo.

O único caso que pode ser semelhante refere-se a quando o ex-ministro Francisco Dornelles assumiu o cargo de ministro da Indústria e Comércio do governo de FHC e quis me levar para trabalhar com ele em alguma função. Ele chegou a me sondar, mas meu nome teria sido vetado, segundo ele, por Eduardo Jorge Caldas Pereira, então secretário-geral da Presidência, por constar no levantamento dos meus antecedentes uma denúncia do MPF do Rio de Janeiro, de 1996.

Ocorre que depois, em 1997, a denúncia foi considerada inepta e eu fui inocentado naquela ação, não tendo sido nem instaurada a ação penal. Após ter me livrado da acusação, já não tive interesse em atender ao gentil convite

de Dornelles, pois estava me preparando para a campanha eleitoral de 1998.

Na segunda referência – essa, sim, de maior gravidade, pois se trata de acusação de prática de ilícito –, de maneira irresponsável Fernando Henrique se baseia no “ouvir dizer” do empreiteiro Sergio Andrade, da Andrade Gutierrez, delator da Lava Jato. A acusação era de que eu teria sido o responsável pelos grampos do BNDES, que justamente mostraram interferência do então presidente no processo de privatização das teles.

Sergio Andrade era justamente o empresário beneficiário dessa privatização. Fernando Henrique não queria que ele tivesse ganhado, preferindo o outro grupo, do banqueiro Daniel Dantas. Depois, Dantas acabou se associando ao grupo de Sergio Andrade, na Telemar, hoje Oi, com ajuda do próprio governo de FHC.

O inquérito policial sobre o tema mostrou que o grampo foi feito dentro do BNDES, e não na extinta Telerj, como falou Fernando Henrique. Mesmo que tivesse sido na Telerj, o fato de eu ter sido presidente do órgão de 1991 a 1993 não significava que tinha acesso à empresa e fazia grampos por meio dela cinco anos depois.

A acusação de quem quer que seja não tem a menor lógica, até porque eu não tinha nenhum interesse no assunto. Eu não trabalhava mais no setor de telecomunicações nem estava envolvido na privatização das teles.

Além disso, mais do que tentar culpar alguém pela autoria do grampo, FHC deveria explicar, de forma clara para a sociedade, por que razão e atendendo a qual interesse ele interferiu, como presidente da República, no processo de privatização das teles.

É impressionante que a gente constate que Fernando Henrique Cardoso tinha íntimas relações com as empreiteiras denunciadas na Lava Jato. Isso só mostra que não havia tanta transparência nas agendas do presidente com o empresariado, que buscava e necessitava de ajuda dos governos e, ao que parece, tinha as portas abertas para obter essa ajuda em seu governo.

As empreiteiras, após o escândalo dos Anões do Orçamento, mudaram bastante sua forma de atuar. Passaram a buscar investimentos em

infraestrutura, com financiamento oficial, em vez de simples obras públicas. Elas também se direcionaram para outros grandes investimentos do setor elétrico e de petróleo, que acabou virando, lá na frente, o braço da Lava Jato.

As eleições municipais de 2000 trouxeram uma fragorosa derrota para Fernando Henrique Cardoso, que assistiu ao PSDB vencer em apenas quatro capitais menores: Cuiabá, Boa Vista, Teresina e Vitória. Ao mesmo tempo, o PT elegeu prefeitos em seis capitais, incluindo São Paulo, com Marta Suplicy. O candidato tucano em São Paulo, Geraldo Alckmin, não conseguiu nem ir para o segundo turno.

Depois dos escândalos e da crise econômica e cambial, Fernando Henrique se deparou com os apagões, quando precisou racionar a disponibilidade de energia e aumentar as tarifas de forma acentuada no horário de pico.

A principal motivação da crise era o modelo de gestão. Faltou planejamento na administração do sistema elétrico. O consumo havia aumentado e não tínhamos o sistema nacional, com linhas de transmissão, que permite transferir a energia gerada em uma região para outra, onde estivesse faltando.

As razões desse apagão foram várias, sendo que houve queda no nível das chuvas de forma acentuada, esvaziando reservatórios. Também houve ausência de investimentos em geração e transmissão de energia durante o período do mandato de Fernando Henrique. Ele tinha por objetivo privatizar o sistema elétrico nacional, por isso não investiu. Ao fim, não conseguiu privatizar e ficou com a crise.

Para administrar a questão, foi feito um racionamento de 20% do consumo de cada cidadão e um sobrepreço das tarifas para consumos mais elevados, além de acionamento e contratação de usinas termoeletricas, que poluem mais e são mais onerosas.

O Tribunal de Contas da União calculou o prejuízo decorrente do apagão, que teria atingido, em valores da época, 52,4 bilhões de reais. Esse prejuízo não teve nenhuma consequência e ninguém foi responsabilizado. O montante jamais foi repostos aos cofres públicos. O prejuízo era decorrente de má gestão e erro de planejamento – logo, seria difícil apontar os responsáveis, salvo a

responsabilidade política, que ficou na conta de Fernando Henrique Cardoso.

O presidente passou o resto do seu mandato sofrendo pelo apagão, criado por sua própria gestão. Isso deixava praticamente nula a sua chance de eleger um sucessor, devido à sua impopularidade naquele momento, além da crise econômica.

Em 14 de fevereiro de 2001, foram eleitos respectivamente presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal Aécio Neves e Jader Barbalho, sendo nesse caso uma eleição conflituosa. Aécio tinha derrotado Inocêncio de Oliveira, do PFL, em disputa acirrada. E Jader Barbalho, do PMDB, havia sido eleito em guerra com Antônio Carlos Magalhães, o ACM, do PFL, provocando um racha na base congressual de Fernando Henrique.

Desde o início do governo existia uma clara divisão de poder, em que o PSDB tinha o comando do Executivo, e os dois principais aliados legislativos, PMDB e PFL, donos das maiores bancadas, se alternavam no comando das casas. A disputa e eleição de Aécio Neves na Câmara rompeu esse acordo de divisão.

Já no Senado, ACM e Jader vinham em embates desde o ano 2000. E era intenção de ACM evitar a eleição de Jader. Ele apoiou outro nome, o do senador Arlindo Porto, mas foi derrotado por Jader, que teve o apoio do PSDB e de Fernando Henrique. Dentro do PSDB, houve algumas dissidências, como Tasso Jereissati, que ficou ao lado de ACM. Esse resultado da eleição das mesas acabou debilitando as relações entre Fernando Henrique e ACM.

Esse racha levou à continuidade dos atritos, de natureza pessoal, entre Antônio Carlos Magalhães e Jader Barbalho. Ambos perderam. Antônio Carlos, em maio de 2001, foi obrigado a renunciar ao mandato de senador para não ser cassado, após a divulgação de violação do painel do Senado no processo de cassação do ex-senador Luiz Estevão.

Jader Barbalho renunciou logo depois, em outubro, devido a escândalos que também iriam levar à sua cassação, saindo da presidência do Senado e do mandato de senador. Ele acabou inclusive sendo preso depois, mas solto em seguida. Ao fim, acabaram os dois morrendo abraçados, mas acabariam

ressuscitando mais tarde.

Fernando Henrique se enfraqueceu com esse racha, tanto na Câmara quanto no Senado. Tornava-se cada vez mais difícil repetir a coligação na sua sucessão. Ainda assim, conseguiu manter a base para governar – base essa que impediu as investigações dos escândalos do seu governo, além de ter evitado qualquer possibilidade de impeachment.

Assumi como deputado estadual pelo atual PP em 8 de março de 2001, após as eleições municipais de 2000, quando dois titulares de mandato na minha chapa se elegeram em prefeituras.

Nesse mesmo momento, Evandro Carlos de Andrade, então diretor de jornalismo da Globo, demitiu minha mulher, Cláudia Cruz, apresentadora de telejornais da emissora, em função dos meus atritos políticos e sua vinculação comigo – que, segundo ele, prejudicavam a emissora.

Estava à época aliado ao então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, de quem a Globo tinha verdadeiro pavor, fazendo-lhe forte oposição. Minha mulher apresentava, naquele momento, os telejornais do Rio de Janeiro, o que incomodava Evandro, que via nisso um constrangimento.

Demitida, ela ingressou com uma ação trabalhista contra a Globo, reivindicando os seus direitos, já que a emissora obrigava à época que todos os profissionais trabalhassem sob o regime de pessoas jurídicas, as chamadas PJs. O objetivo era diminuir o pagamento de impostos e contribuições, entre elas a contribuição da Previdência.

Cláudia venceu a ação na Justiça e, depois de transitada em julgado, executou a dívida e recebeu uma indenização milionária, que é a origem do patrimônio dela. Isso depois viria a ser contestado absurdamente, como parte do meu patrimônio, objeto de discussão judicial nos dias de hoje, decorrentes de ação de improbidade administrativa da Operação Lava Jato. Cláudia nunca foi agente pública e nada do seu patrimônio tem outra origem que não seja a Globo.

A emissora sofreu um revés, não só financeiro, mas de contestação de seu modelo de contratação de profissionais. Ela atuou junto aos governos e no

Congresso para alterar a legislação, tendo êxito. Atualmente mudou a forma de contratar sua mão de obra, registrando-os como funcionários da emissora.

A Globo viu o risco da proliferação de ações desse tipo se multiplicarem, já que o caso da Cláudia foi o único a ter trânsito em julgado de uma decisão condenatória. Os demais casos semelhantes anteriores foram objeto de acordo – que minha mulher optou por não fazer.

Estou relatando isso porque esse fato teve influência no comportamento das Organizações Globo para comigo. A partir dessa ação e seu julgamento, a emissora passou a me tratar como verdadeiro inimigo. Isso em muito contribuiu para o desfecho da minha situação, apesar de eu ter feito movimentos para atenuar esse atrito em vários momentos.

O *doutor* Roberto Marinho ainda estava vivo nesse período – ele morreu em 2003 –, mas não tinha poder decisório. Jorge Serpa perderia a influência totalmente, pois os filhos do *doutor* Roberto não o aceitavam como interlocutor político do grupo. Eles praticamente passaram a descartar todos aqueles que tiveram relações com as organizações por meio de Serpa, que era o meu caso.

Em 18 de junho de 2002, foi promulgada a emenda constitucional de número 37, que prorrogava a CPMF até 31 de dezembro de 2004. Foi mantida a mesma alíquota de 0,38% somente até 31 de dezembro de 2003, com redução no ano de 2004 para 0,08%, mostrando que a base de Fernando Henrique ainda correspondia. Mesmo assim, já estava mais difícil a aprovação de matérias sensíveis.

As eleições se aproximavam e o desgaste de FHC tornava Lula favorito novamente para se eleger. Fernando Henrique tentou lançar à sucessão o então ministro da Fazenda, Pedro Malan. Diante da negativa deste, o presidente se viu praticamente sem opção. Acabou apoiando a candidatura de José Serra, mas dessa vez sem o condomínio que o elegeu, perdendo o PFL e o PTB.

O senador Tasso Jereissati tentou viabilizar sua candidatura e tinha o aval da Globo à época. Ele poderia ter tido o apoio do PFL, já que havia ficado ao

lado de ACM na briga com Jader – mas Fernando Henrique não aceitava, pois Tasso tinha sido muito crítico ao governo em alguns momentos.

Além disso, a outra candidatura que poderia ter-se viabilizado dentro do PSDB seria a do então governador de São Paulo, Mário Covas. Infelizmente, sua condição de saúde o levou a morrer, ficando o caminho livre para José Serra. Havia um domínio da ala paulista no partido.

O PFL ensaiou a candidatura de Roseana Sarney, que chegou a crescer nas pesquisas, mas desistiu depois de uma operação policial feita na empresa do seu marido – ali foram fotografados recursos em espécie. Essa imagem foi devastadora para sua campanha.

Em ascensão nas pesquisas, Roseana culpou Fernando Henrique e José Serra pela operação policial, que teria objetivos políticos. Isso fez com que a família Sarney passasse a apoiar Lula – com o PFL ficando fora de qualquer coligação na eleição de 2002.

O PTB decidiu apoiar a segunda candidatura de Ciro Gomes à Presidência da República, restando ao PSDB apenas a coligação com o PMDB – que compôs a chapa com a então deputada Rita Camata como candidata a vice. Foi uma escolha de José Serra e não do partido, já que a relação entre ambos era muito próxima.

Lula saiu novamente candidato. Fez uma aliança com o PL e colocou o então senador José Alencar, empresário, como candidato a vice, sinalizando sua opção, indicando que não haveria radicalização em seu governo.

Ciro Gomes chegou a crescer em alguns momentos da campanha, depois da queda de Roseana Sarney. Sua esposa na época, a atriz Patrícia Pillar, protagonizou programas eleitorais partidários, antes do início do horário eleitoral, e contribuiu para alavancar a candidatura dele. Logo depois, contudo, Ciro caiu em função de declarações desastradas, voltando a seu patamar normal da campanha de 1998 – na qual, ao fim, chegou em quarto lugar no primeiro turno.

O então governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, saiu candidato pelo PSB, depois de não ter aceitado disputar como vice de Lula. Fez uma

campanha com pouco tempo de TV e se aproveitou da rejeição à candidatura de Serra, catalisando apoios de várias lideranças descontentes, além dos evangélicos. Terminou em terceiro lugar.

Lula, antes da eleição em primeiro turno, lançou a Carta aos Brasileiros, no mesmo estilo do discurso do choque de capitalismo de Covas na eleição de 1989. Com isso, esperava diminuir sua rejeição, principalmente entre a classe média.

No documento, Lula elencou diretrizes e compromissos, como o de respeito aos contratos. Com isso deu um passo enorme para avançar em parte do eleitorado que apoiara Fernando Henrique Cardoso por medo de um governo do PT – como a classe média já traumatizada pelos bloqueios de ativos do Plano Collor.

A cotação do dólar subiu bastante no período eleitoral, chegando aos maiores níveis até aquela época, pelas incertezas que ainda pairavam no ar. Entretanto, assim que Lula foi eleito e se conheceu o que iria fazer, o dólar recuou ao mesmo nível anterior à eleição.

A Globo apoiou Serra, mas já não com o mesmo ímpeto. Após a Carta aos Brasileiros de Lula, havia alternativa de governo que não violasse as regras existentes – isso deixou a emissora numa posição mais discreta. A partir dessa eleição, a emissora passou a tentar se mostrar mais isenta no período eleitoral, dedicando cobertura igual a todos os candidatos.

Claro que sempre valeria a máxima: pode-se ganhar a eleição sem a Globo, mas governar sem ela é quase impossível, sem pagar um alto preço de desgaste político. Além disso, como Fernando Henrique estava mal, seria difícil que ele fizesse o sucessor.

Pairavam dúvidas até sobre se Fernando Henrique queria mesmo ver Serra eleito – afinal, se este vencesse e ficasse oito anos no poder, acabaria com a carreira do pai do Plano Real. Por outro lado, Fernando Henrique poderia apostar que Lula venceria, meteria os pés pelas mãos e deixaria pavimentada a possibilidade de ele, FHC, retornar ao poder em 2006, com relativa facilidade e pose de salvador da pátria.

Se foi mesmo essa a avaliação, a história mostra que o ex-presidente errou feio. Sua herança de governo acabou considerada e alardeada como maldita durante os dois mandatos de Lula. Nenhum dos candidatos do PSDB à Presidência em todas as eleições seguintes ousou defender seu governo, com receio de perder os votos.

Em 6 de outubro de 2002 ocorreu o primeiro turno das eleições para presidente e governadores, além do Congresso Nacional. Lula quase encerrou a disputa ali, abocanhando 46,44% dos votos, naquela que seria a 27ª eleição presidencial. José Serra ficou em segundo lugar. Eles disputariam o segundo turno em 27 de outubro. Lula, com apoio de Garotinho e de Ciro Gomes, venceu com ampla maioria – 61,27% dos votos.

A 52ª legislatura do Congresso Nacional foi eleita para o período de 1º de fevereiro de 2003 até 31 de janeiro de 2007. Eu me elegi deputado federal pelo atual PP, com uma votação expressiva de 101.495 votos.

A vitória de Lula, na sua quarta tentativa de concorrer, mostrou a resistência do seu nome a todo esse período. Vitória que poderia ter acontecido antes, caso Lula e o PT não tivessem preferido o impeachment de Fernando Collor, que levou a que Fernando Henrique não só se elegeisse como aprovasse a emenda constitucional da reeleição.

Nesse período, o PT foi diminuído. Mas acabou se revigorando no segundo mandato de FHC, pelos seus escândalos, pela crise econômica e cambial, além do apagão de energia, que tornaram o seu modelo de gestão superado e deixaram enorme seu desgaste.

Apesar da grande vitória de Lula, o PT elegeu apenas três governadores, 10 senadores e 91 deputados, ficando longe de obter a maioria no Congresso. Considerando os eleitos pelos seus aliados, seriam apenas mais 3 senadores e 38 deputados, o que já ilustrava as dificuldades que Lula teria para governar.

Fernando Henrique entregou para Lula um montante de reservas de cerca de 37 bilhões de dólares. Mas deixou também a dívida com o FMI, de mais de 40 bilhões de dólares, contraída em 1998 e que ainda não havia sido paga. Ou seja, as reservas praticamente só existiam devido a esse empréstimo.

Se não tivesse instituído a reeleição, FHC teria encerrado o seu mandato no auge e provavelmente voltaria à Presidência da República. Sua biografia seria muito mais bem escrita em seu favor. A lição que fica é que a ambição do exercício do poder acaba cegando os seus ocupantes e projetos políticos pessoais se sobrepõem aos interesses do país. Isso sem contar o custo econômico e político dessas opções.

A reeleição foi o maior erro do período pós-ditadura e jogou fora toda a estabilidade obtida por Fernando Henrique em seu primeiro mandato.

Por ter essa visão, quando estava na presidência da Câmara, em 2015, aprovei uma proposta de emenda constitucional com o fim da reeleição para os ocupantes dos cargos no Executivo, ressaltando a garantia para a disputa daqueles que tivessem ainda o direito à reeleição. Ou seja, a proposta só valeria para aqueles que fossem eleitos para o mandato seguinte. A proposta foi aprovada por ampla maioria em dois turnos, inclusive com vedação de reeleição de presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal – com apoio do PT e do PSDB, este talvez por arrependimento.

Infelizmente a proposta, enviada ao Senado Federal, foi engavetada por Renan Calheiros, talvez por ter receio de que afetasse a reeleição de seu filho ao governo de Alagoas ou dele próprio à presidência do Senado.

Perdemos uma oportunidade de terminar esse ciclo tão nefasto da política brasileira.

8

As dificuldades de Lula para governar, o Mensalão, a ameaça de impeachment e a reeleição

Quando tomou posse, Lula montou um ministério que trazia Ciro Gomes, um representante de Anthony Garotinho – que não quis ser ministro –, além de muitos petistas. De cara, ele não parecia se preocupar em fazer um governo de coalizão para ter maioria no Congresso Nacional.

Muitas lideranças haviam apoiado Lula na eleição, entre elas Sarney e ACM. Lula, contudo, apesar da possibilidade, optou por não ter uma base em maioria – inclusive com o PMDB – representada no governo. Ao contrário, buscou apoio de partidos menores e passou a negociar no varejo para a sua sustentação.

Em sinalização clara de que não pretendia mudar os rumos do Plano Real, o presidente colocou na presidência do Banco Central o ex-banqueiro Henrique Meirelles – que havia sido eleito deputado federal pelo PSDB em Goiás e acabou precisando renunciar ao mandato no Legislativo para assumir o Banco Central.

Para ministro da Fazenda, o petista nomeou o médico Antonio Palocci, ex-prefeito de Ribeirão Preto. Ambos, Meirelles e Palocci, fizeram uma dobradinha comprometida em seguir à risca a cartilha do Plano Real, conduzindo com firmeza a manutenção da estabilidade e a recuperação da economia.

Em 1º de fevereiro de 2003, tomou posse o novo Congresso Nacional. No dia seguinte, foram eleitos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, respectivamente, João Paulo Cunha e José Sarney, com apoio de Lula.

Depois de ajustes realizados no primeiro ano de mandato, houve o início da retomada do crescimento. Nos dois governos Lula, a média anual foi superior a 4% ao ano – quase o dobro da média da era Fernando Henrique.

A taxa de desemprego também começou a cair. No fim de 2003, era de 10,9% da população economicamente ativa. E esses números seguiriam melhorando: 8,6% em 2006 e, ao fim do período Lula, 5,3%, o menor índice da série histórica.

Logo no início do seu governo, Lula submeteu ao Congresso projetos ousados de reformas: Previdência Social, reforma tributária com a prorrogação da CPMF, reforma do Judiciário... Apesar de não ter a maioria formal constituída no Legislativo, conseguiu a aprovação da maior parte dos pontos propostos.

O governo federal iniciou o programa Fome Zero, que depois se transformaria no Bolsa Família, por meio da Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 – importante programa social que dura até hoje. Foi o que permitiu sua consolidação popular nas classes mais baixas, principalmente no Nordeste – em municípios do interior, muitos passaram a sobreviver graças a esse auxílio financeiro do Estado.

Desde o início do governo Lula, os preços das *commodities* subiram no mundo. Com isso, o país se beneficiou, aumentando as exportações e gerando saldos superavitários históricos na balança comercial. Esse contexto fez crescer as reservas, que atingiram nível recorde na era Lula, dando segurança para a política econômica.

O petista conseguiu aprovar a prorrogação da CPMF, na alíquota de 0,38%, até 31 de dezembro de 2007. Mas, pela regra vigente, herdada do governo FHC, ela só perderia validade em 31 de dezembro de 2004 – sendo que, nesse último ano, a alíquota seria de 0,08%. Lula demonstrou força política – e ao mesmo tempo expôs contradição com o histórico discurso do PT, contrário ao tributo – e conseguiu restabelecer a mesma alíquota para 2004, mantendo a arrecadação.

De minha parte, estava no primeiro mandato como deputado federal e fazia oposição ao governo Lula. Em setembro de 2003, me filiei ao PMDB, juntamente com o ex-governador Anthony Garotinho e outros deputados que, oriundos de outras legendas, eram do grupo político dele.

Atendendo a pedido do governo, em negociação com a então governadora do Rio de Janeiro, Rosinha Garotinho, apoiei, juntamente com os outros parlamentares, as votações relevantes da prorrogação da CPMF e outras como a reforma da Previdência. Foi firmado, então, um compromisso de Lula de antecipar o vencimento de títulos públicos que estavam no Rioprevidência, fundo de previdência do estado do Rio de Janeiro. O montante era de 1,5 bilhão de reais.

Lula conseguiu aprovar a reforma, que atingiu o setor público. Isso mostrou que, naquele momento, o governo estava seguindo à risca a cartilha para manter a estabilidade da economia. O mercado reagia positivamente. Lula foi ganhando a confiança de quem não havia votado nele, demonstrando também que, mesmo sem uma base majoritária definida no Congresso Nacional, era capaz de obter vitórias importantes – mais tarde, o escândalo do chamado Mensalão mostraria parte das razões.

Ao fim do primeiro ano da gestão, o governo não cumpriu totalmente o combinado com o governo do Rio. Foi liberado somente 1 bilhão de reais, ou seja, 500 milhões a menos do que o combinado. Isso precipitou uma revolta de Garotinho e dos deputados que o apoiavam. Eles passaram a cobrar a falta de cumprimento de promessas.

No início de 2004, Lula promoveu uma reforma ministerial, colocando o PMDB no governo. O deputado Eunício Oliveira e o senador Amir Lando foram nomeados, respectivamente, ministros das Comunicações e da Previdência. Ao então deputado Aldo Rebelo coube o papel da articulação política, antes incumbência da Casa Civil. Na reforma ministerial, a pasta que cabia a Anthony Garotinho, pelo apoio no segundo turno da eleição de 2002, foi dada ao então deputado Eduardo Campos.

Nessa época, estourou o primeiro escândalo do governo Lula: o dos bingos. Um contraventor, Carlinhos Cachoeira, havia gravado um alto funcionário da Casa Civil, Waldomiro Diniz, responsável por parte da articulação política do governo, negociando propinas enquanto trabalhava no governo do Rio de Janeiro – na Loterj, as loterias do estado. A destinação seria para campanhas

políticas do PT, associando a atividade dos bingos a propinas.

Embora tenha assumido uma dimensão grande, o caso não respingou muito em Lula, mas acabou gerando uma CPI dos bingos. Na realidade, não se tratava de ato do governo Lula, mas sim do funcionário em outro local, em outro momento. Com isso, era difícil colar a crise no governo federal, embora a utilização declarada das propinas fosse para campanhas do PT.

Lula se contrapôs editando uma medida provisória que proibiu a atividade de bingos no país. Era um recado: ele sinalizava que não tinha nenhum interesse nessa atividade, que estava na época muito forte – e que acabou da noite para o dia.

Nas eleições municipais de 2004, o PT foi o partido mais votado em primeiro e segundo turnos. Venceu em nove capitais, tendo mais que dobrado o número de prefeituras. Ainda assim, amargou derrotas importantes, como a prefeitura de São Paulo – onde Marta Suplicy perdeu a eleição para o tucano José Serra, justamente o candidato derrotado por Lula em 2002. Além disso, perdeu em outras três capitais que administrava: Porto Alegre, Belém e Goiânia.

O deputado Miro Teixeira, que foi o primeiro ministro das Comunicações do governo Lula, foi citado no *Jornal do Brasil* de 24 de setembro de 2004 como denunciante de que haveria pagamentos a deputados para votarem com o governo. Era a antevisão do escândalo que viria.

Passei todo o ano de 2004 cobrando o cumprimento do acordo com o Rio de Janeiro. Ao fim, obstruí a votação do orçamento, adiei a votação e o governo precisou ceder, fazendo um acordo comigo para liberar os recursos que faltavam, ainda no início do ano de 2005. Isso foi negociado por meio de Palocci.

O então presidente da Câmara, João Paulo Cunha, colocou para votar uma proposta de emenda constitucional que permitiria a reeleição na mesma legislatura dos presidentes da Câmara e do Senado. A previsão constitucional vedava a reeleição no período subsequente. Depois, por decisão do STF, em 1999, a legislatura seguinte deixou de ser considerada período subsequente –

ou seja, o ocupante do cargo pode se reeleger, desde que seja em outro mandato, e não no mesmo.

Uma legislatura é composta dos quatro anos de mandato de um período. O mandato da Presidência, tanto da Câmara quanto do Senado, é de dois anos. O objetivo, e até mesmo a decisão do STF, era de que em cada legislatura deveria haver dois presidentes alternados em cada casa do Congresso Nacional.

Embora não houvesse uma orientação clara, o governo estava por trás daquela emenda constitucional. Reeleger João Paulo Cunha e José Sarney seria um movimento favorável ao governo – mas contrariava os eventuais candidatos à sucessão deles.

Nesse momento, Renan Calheiros era o líder do PMDB no Senado e virtual candidato à sucessão de Sarney. Coube a ele o movimento que evitou a aprovação na Câmara dessa emenda, quando pediu e obteve apoio de Garotinho para votar contra. Isso significava 14 votos. Na votação, a emenda obteve 303 votos, cinco a menos do que o necessário para sua aprovação.

Garotinho agiu assim porque era um momento em que ele via com reservas a ala governista, devido ao não cumprimento do acordo com o governo fluminense. Além disso, ele vislumbrava uma possível aliança com Renan, em seu intuito de ser candidato à Presidência da República pelo PMDB.

Esse apoio jamais viria. Além do que, Garotinho não conhecia Renan – ou saberia que Sarney era muito mais confiável para se fazer um acordo, dado o histórico.

Começou o ano de 2005 e, com Palocci em férias, o governo federal estabeleceu como exigência para liberar os recursos acertados para o governo do Rio de Janeiro que se repassasse um quarto desse valor para a prefeitura de Nova Iguaçu – onde o PT tinha vencido as eleições. Ainda exigiu que o governo do Rio pagasse uma dívida da Cedae (Companhia de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro) ao Banco do Brasil – havia decisão judicial favorável à Cedae, em contestação do montante da dívida, a qual vinha sendo paga por meio de depósito judicial, no valor considerado como devidona Justiça.

Obviamente, a então governadora, Rosinha, não aceitou a tentativa de mudar o combinado. Preferimos não receber nada, continuando a tensão com o governo, o que acabaria custando caro a Lula.

No dia 20 de janeiro de 2005, feriado no Rio de Janeiro, Michel Temer, então presidente do PMDB, veio ao Rio juntamente com Eliseu Padilha e Moreira Franco. Em encontro agendado por mim, almoçamos com Garotinho, com o objetivo de discutir a situação política.

Ali decidimos partir para o enfrentamento com o governo. O primeiro passo seria a troca do líder do PMDB, à época o então deputado José Borba. Nós escolhemos o deputado Saraiva Felipe, de Minas Gerais, para que pudéssemos ter um bloco forte e conseguir vencer.

Pelo regimento da Câmara, basta uma lista assinada pela metade mais um dos deputados da bancada para que algum parlamentar seja reconhecido como líder – eventuais disputas por eleições dentro da bancada precisam depois ser oficializadas em tal lista para terem validade.

Para que conseguíssemos número, Garotinho filiou quatro deputados ao PMDB. Com isso, foi formulada a lista e Saraiva Felipe se tornou líder – por breve período, até que José Borba, em seguida, retomasse a liderança em outra lista com apoio forte do governo.

Com Garotinho tentando trazer mais deputados para o PMDB, acabou sendo marcada uma eleição para a liderança. As filiações novas feitas por Garotinho foram canceladas pelo presidente da Câmara à época, a quem cabe reconhecer e estabelecer a bancada de cada partido a cada momento.

Foi marcada eleição para a liderança em 24 de fevereiro de 2005. Saraiva Felipe venceu. Em seguida, José Borba articulou nova lista e retornou à liderança, mesmo tendo sido aprovado no regimento da bancada que não valeriam mais listas para liderança, mas sim eleições secretas, desrespeitadas pela nova lista.

De acordo com o regimento da Câmara, não existe outra forma de reconhecer a liderança que não seja por meio de uma lista com a maioria dos deputados da bancada. De nada adiantava prever no partido uma eleição se o

regimento da Câmara não mudasse.

Sem as filiações de Garotinho, com nova lista e debaixo de fortes críticas públicas a Renan Calheiros, José Borba conseguiu retornar à liderança do partido, com forte apoio do governo e de Renan Calheiros. Garotinho, nesse momento, conheceu a gratidão de Renan – que evitou a aprovação da emenda de reeleição das mesas das casas.

Garotinho e Michel Temer não desistiram da tentativa de troca, até que Renan Calheiros e o governo, vendo que poderiam ser derrotados, articularam e acabaram nomeando Saraiva Felipe como ministro da Saúde – com isso, desmontando naquele momento o movimento.

No dia 2 de fevereiro de 2005, Renan Calheiros foi eleito presidente do Senado Federal. Em 14 de fevereiro de 2005, Severino Cavalcanti se tornou presidente da Câmara, em uma disputa acirrada contra o governo.

Houve, na ocasião, uma disputa interna no PT – da qual acabaram se lançando dois candidatos, os então deputados Virgílio Guimarães e Luiz Eduardo Greenhalgh. Na disputa com Cavalcanti, Greenhalgh foi para o segundo turno, mas perdeu fragorosamente.

Eu votei em Virgílio Guimarães, que só não foi para o segundo turno devido à estratégia errada do governo, que colocou deputados para votarem em Severino Cavalcanti a fim de tirar Guimarães do segundo turno. O que de fato ocorreu – e por uma diferença pequena.

O governo quis o meu apoio e do grupo de Garotinho para a eleição de Greenhalgh. Coloquei minha condição: que o governo cumprisse o compromisso da liberação de recursos. Greenhalgh não teve força para conseguir isso e, portanto, ficamos com Virgílio Guimarães.

Nessa eleição aconteceu um fenômeno em que um candidato teve menos votos no segundo turno do que no primeiro. Sim, foi o caso de Greenhalgh.

Lula trocou o ministro da Previdência. Saiu o senador Amir Lando, do PMDB, para a entrada de Romero Jucá, também senador do PMDB.

Em 2005 estourou aquele que foi o maior escândalo do governo Lula, o caso conhecido como Mensalão. A divulgação foi causada por briga política, que

levou grupos insatisfeitos a gravar em vídeo e áudio um funcionário de baixo escalão da Empresa de Correios e Telégrafos, Maurício Marinho, e repassar as fitas para publicação na *Veja*, na edição que foi às bancas em 14 de maio de 2005.

As gravações implicavam um funcionário que cobrava propinas, recebia do interlocutor uma parte da propina e ainda dizia que estaria a serviço do partido de Roberto Jefferson – insinuando que a propina era compartilhada com a legenda.

O PT ocupava a quase totalidade dos cargos públicos, e os partidos que votavam no Congresso acabaram sendo contemplados com uns poucos cargos e debaixo de muita disputa. A partir da reforma ministerial de 2004, Lula começava a dar uma forma política ao governo no primeiro escalão, mas ainda com a preponderância do PT, que ocupava quase todos os ministérios.

Roberto Jefferson, como deputado e presidente do PTB, era quem negociava pelo seu partido. Já contava com a direção dos Correios e estava para obter outros cargos no governo.

Uma das posições que estavam destinadas ao grupo de Roberto Jefferson era uma diretoria de Furnas, em que o indicado dele iria substituir um quadro do PSDB – nomeado ainda por Fernando Henrique Cardoso, mas mantido por Lula, atendendo a pedido de Aécio Neves, então governador de Minas Gerais.

A assembleia para a substituição estava marcada. Foi cancelada por causa da matéria publicada pela *Veja*. Ficou parecendo que quem fez essa gravação tinha justamente tal intenção.

Com a divulgação e repercussão do caso, Roberto Jefferson veio a público e denunciou o Mensalão, instrumento que consistia no repasse de dinheiro para pagamentos mensais a deputados de alguns partidos a fim de que votassem a favor do governo.

Segundo a denúncia de Roberto Jefferson, o dinheiro saía prioritariamente de uma agência de publicidade que operava algumas contas publicitárias do governo e tinha como principal operador do suposto esquema o

publicitário Marcos Valério.

Não estamos aqui para detalhar o escândalo que por si só daria um livro, mas, assim como fizemos em outros casos, precisamos relatar dentro da linha do tempo os acontecimentos que tiveram repercussão no processo político e no impeachment de Dilma de maneira geral.

Era sabido que o governo Lula não tinha maioria consolidada, representada no governo. Mesmo assim, obteve grandes vitórias em votações importantes e sabia-se de disputas por cargos menores. Ocorre que, como também era de conhecimento, a quase totalidade dos cargos tinha sido distribuída aos diversos grupos do PT, inclusive os derrotados nas eleições de 2002. Isso não seria normal para um partido que detinha cerca de 18% da Câmara dos Deputados e não conseguiria, sozinho, vencer as votações.

Essa composição do governo começou a se reverter na reforma ministerial de 2004. Contudo, as principais votações de interesse do governo Lula se deram ainda em 2003, incluindo a da prorrogação da CPMF e a da reforma da Previdência.

Com as denúncias públicas de Roberto Jefferson, começava a coleta de assinaturas para a constituição de uma CPMI no Congresso para investigar os Correios. Eu assinei, assim como todos os deputados do grupo de Garotinho, esse pedido de abertura da investigação.

Dentro do regimento do Congresso, o requerimento de criação de CPMI precisa ser lido em sessão e, até a meia-noite do dia da apresentação, deputados e senadores podem retirar as assinaturas. Se após a retirada dessas assinaturas não persistir o número mínimo, o requerimento acaba arquivado.

O então deputado Sandro Mabel me procurou. Ele queria que eu e os deputados que estavam alinhados ao grupo de Garotinho retirássemos as assinaturas. Eu contra-argUMENTEI: não ajudaria um governo sem palavra, que não cumpria acordo.

Levei o assunto a Garotinho, que, a princípio, queria a CPMI com o intuito de atacar o presidente Lula. A necessidade de recursos para o governo estadual, entretanto, o convenceu a mudar de ideia. Ele pediu apenas que só

fossem retiradas as assinaturas quando o dinheiro acordado para o governo fluminense estivesse liberado. Garotinho deixou a meu critério a condução da negociação.

Sandro Mabel quis saber qual era o problema. Eu relatei o descumprimento do acordo, e ele, juntamente com o então ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha, acertou o cumprimento do combinado com o governo. Eles me comunicaram o fato, pedindo que fosse conversar no Ministério da Fazenda, em encontro marcado por eles.

Avisei que somente a palavra daquele governo não valia mais para mim. Aceitaria conversar no Ministério da Fazenda, mas só mudaria a posição depois que os recursos fossem liberados – sem nenhuma outra exigência.

No dia da leitura do requerimento da CPMI no Congresso, em 25 de maio de 2005, Lula e Palocci estavam em viagem ao Japão. À época, o secretário executivo do Ministério, Bernard Appy, fazia a função de ministro em exercício da Fazenda. Ele me chamou para a tal reunião e, então, pedi que o então secretário estadual de Finanças do Rio de Janeiro, Henrique Belúcio, fosse urgentemente para Brasília. Queria que ele participasse do encontro. O governo do Rio precisou alugar um avião para que desse tempo.

O governo federal estava em ofensiva. Era preciso correr para conseguir retirar um grande número de assinaturas, que montavam a 85. O processo de retirada estava alcançando êxito, mas ainda dependia da minha decisão e de outros 13 deputados do grupo de Garotinho, que tinham assinado o requerimento.

A semana no Congresso havia se encerrado. Os parlamentares já estavam saindo de Brasília. Os outros 13 deputados do grupo de Garotinho me repassaram um requerimento de retirada das assinaturas, para que eu utilizasse se fosse necessário.

A reunião no Ministério da Fazenda foi marcada para acontecer por volta das 19 horas. Eu sabia que não daria tempo de eles resolverem, mas fui assim mesmo. Ouvi Bernard Appy me prometer que liberaria em 15 dias os recursos, mas que eu deveria retirar as assinaturas – o que não aceitei. Eu lhe

disse que aquele governo não tinha palavra, que eu não confiava no governo e não iria retirar as assinaturas sem o assunto resolvido.

Bernard Appy me respondeu que ele pediria demissão se o governo não cumprisse. Respondi que ele era um bom profissional e eu não queria que o país perdesse um quadro técnico de sua estatura, além do que, de nada adiantaria ele pedir demissão. Eu só aceitaria retirar as assinaturas se ele liberasse naquela hora o montante total, assinando um termo de compromisso – o que ele não quis ou não pôde fazer, pela orientação do governo.

Saí do ministério e aproveitei a carona do avião fretado pelo governo do Rio. Deixei os requerimentos de retirada das assinaturas, assinados, com a minha chefe de gabinete, que poderia entregá-los ou não até a meia-noite, de acordo com minha orientação. Eu poderia fazer isso por telefone, não necessitando estar mais em Brasília.

Chegamos ao Rio de Janeiro antes das 23 horas, hora de fechamento do Aeroporto Santos Dumont. Assim que pousamos, recebi um telefonema do vice-presidente José Alencar, que estava no exercício da Presidência. Ele me fez um apelo desesperado para retirar as assinaturas. Disse-me que, a partir dali, seria ele o responsável por resolver a pendência.

Mais uma vez, disse que não acreditava no governo. E, para me ver livre da pressão, optei por dizer a ele que os requerimentos de retirada das assinaturas estavam em um cofre no meu gabinete – e que só eu poderia abri-lo, o que não seria possível, considerando que eu estava no Rio de Janeiro. Isso o fez cessar a pressão e terminar o diálogo. Se eu tentasse despistá-lo, dizendo que estava com as assinaturas no Rio de Janeiro, ele me pediria que enviasse por fax à secretaria do Congresso, o que eu não poderia fazer.

Comuniquei a minha decisão a Garotinho imediatamente. Ele concordou. A essa altura já se sabia que haveria a CPMI, pois logo em seguida, estando ainda no aeroporto, recebi uma ligação do deputado Rodrigo Maia, me perguntando se eu iria retirar as assinaturas. Respondi que não. Maia disse que então seria aberta a CPMI, pois o governo não teria conseguido o número

necessário sem o meu apoio.

Vencido o prazo da meia-noite, foi comunicado que a CPMI ocorreria pelos meios de comunicação, sendo que, segundo as informações, o governo nem havia protocolado os requerimentos de retirada que tinha conseguido, dada a insuficiência de assinaturas para impedir a instalação da comissão. Teriam faltado nove assinaturas, número inferior às 14 que eu poderiater retirado.

No governo do PT, não havia respeito ao compromisso e ao cumprimento da palavra. E isso foi fundamental para que o governo sofresse alguns reveses, como a criação dessa CPMI.

Instalada a CPMI, o governo conseguiu escolher a dedo, como presidente, o senador Delcídio do Amaral, do PT, e o então deputado Osmar Serraglio, do PMDB, como relator – tudo para tentar manter o controle da situação.

Logo em seguida, José Dirceu renunciou à chefia da Casa Civil. Dilma Rousseff assumiu o posto. Lula promoveu trocas de ministros, dando mais posições ao PMDB – que já contava com o Ministério da Saúde, sob o comando de Saraiva Felipe, fruto da composição de Renan Calheiros para controlar a liderança do PMDB na Câmara.

Além disso, o PMDB nomeou Silas Rondeau como substituto de Dilma no Ministério das Minas e Energia. Também foi trocado, por influência da legenda, o comando do Ministério das Comunicações – o senador Hélio Costa assumiu o lugar do deputado Eunício Oliveira. Com a saída do senador Romero Jucá, o PMDB passou a acumular o controle de três ministérios.

Foi também instalada outra CPMI para investigar a compra de votos, o que seria chamado de Mensalão. Mas a CPMI dos Correios acabou engolindo essa – e tratou não só da denúncia original como também do Mensalão, até entrando em muitas outras investigações, como a influência nos fundos de pensão.

No início dessa crise, com a divulgação dos fatos e a forte repercussão na mídia, começou a se falar de impeachment de Lula. Fernando Henrique Cardoso imaginava que, se o PT acabasse o mandato aos trancos e barrancos, ele teria a viabilidade de voltar a disputar a Presidência, mesmo com a

lembrança ruim do seu período de governo.

FHC sabia da experiência do impeachment de Collor, quando o PT acabou, por fim, perdendo a chance de governar porque permitiu a recomposição das forças políticas que se juntaram e evitaram naquele momento a vitória da esquerda. Ele estava certo na sua lógica. E avaliava que seria realmente muito difícil para Lula se recuperar daquele escândalo, em condições de ser uma candidatura viável para a reeleição em 2006.

O então ministro da Fazenda Antonio Palocci e o então ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos estavam supostamente em diálogo com Fernando Henrique, e havia um compromisso tácito: não se aprovaria o impeachment, desde que Lula abrisse mão de disputar a reeleição.

Não se sabe se esse acordo foi realmente costurado. O certo é que Lula nunca assumiu esse compromisso e o PSDB nunca defendeu o impeachment – mesmo quando a CPMI teve uma confissão espontânea do marqueteiro da campanha de Lula, Duda Mendonça, de que tinha recebido parte dos seus serviços por meio de pagamento de caixa 2 no exterior. Aliás, essa mesma acusação seria feita na campanha de Dilma em 2014, nesse caso com o marqueteiro João Santana, que havia trabalhado com Duda Mendonça nessa eleição.

Duda Mendonça também faria uma delação sobre a campanha de 2014 que envolveria Paulo Skaf, candidato do PMDB ao governo de São Paulo, e a produtora da família do deputado Baleia Rossi. Eles teriam recebido recursos em caixa 2 oriundos da Odebrecht.

Fernando Henrique também sabia que Lula, mesmo em situação delicada, tinha mais força popular e ainda contava com uma base parlamentar em condições de resistir ao processo de impeachment.

Essa CPMI teve ainda uma curiosidade que depois me foi relatada por Eduardo Paes, à época deputado, membro ativo do PSDB na CPMI. Ele, junto com o então deputado ACM Neto, do DEM, recebia informações contra o governo para serem denunciadas, por meio do então deputado José Eduardo Cardozo. Tudo para que Cardozo, membro do PT na CPMI, pudesse defender

o governo dos ataques deles, mostrando bem quem era leal ou não ao governo. Mostrava também o caráter – ou a falta dele – de José Eduardo Cardozo.

Nesse tempo, em setembro de 2005, estourou uma denúncia contra o então presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Referia-se à suposta propina que ele estaria recebendo de um concessionário de restaurantes da Câmara. Isso acabou precipitando sua renúncia ao cargo de presidente e ao mandato de deputado – para evitar um processo de cassação.

Com a renúncia, houve eleição extraordinária. Disputaram o então vice-presidente José Thomaz Nonô, do então PFL, hoje DEM, e o líder do governo na Câmara e ex-ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo, do PC do B, além de outras candidaturas. Era uma disputa de vida e morte, pois, caso o governo perdesse, ficaria fragilizado e dependente da oposição em um eventual pedido de impeachment.

Então presidente do PMDB, Michel Temer lançou-se candidato. Ele teria um suposto apoio do então presidente do Senado, Renan Calheiros, apesar das disputas da liderança na legenda. Mas Temer acabou desistindo depois que Renan traiu o suposto entendimento e atuou de maneira forte para que Aldo Rebelo fosse eleito. Temer, vendo a situação, fez um duro discurso na Câmara e renunciou à candidatura.

A eleição foi para um segundo turno. Disputaram Aldo Rebelo e Thomaz Nonô. Aldo venceu por apenas 15 votos de diferença – o que na prática significava oito deputados de diferença, pois eram apenas dois candidatos. Se um deputado que votou em Aldo votasse em Nonô, seria um voto a menos para um e um voto a mais para o outro. Votei em Nonô, juntamente com a oposição. Foi uma vitória importantíssima, que salvou o governo da aceitação de um pedido de abertura de processo de impeachment. O governo jogou todo o peso político nesse momento.

No meu entender, dificultou o fato de o candidato da oposição ser considerado um ferrenho adversário. Caso tivesse sido dada uma alternativa não tão carimbada como opositorista, talvez o resultado fosse outro. Se Ciro

Nogueira, por exemplo, tivesse tido apoio para avançar ao segundo turno, acredito que venceria Aldo Rebelo. Ciro acabou perdendo força por ser do mesmo partido de Severino Cavalcanti. Mas coube a Aldo Rebelo complementar o mandato de Severino, até 31 de janeiro de 2007.

Estouraram denúncias contra Antonio Palocci. Fragilizado, ele compareceu à Câmara, atendendo à convocação. Debaixo de muito fogo, pediu que eu e o nosso grupo o ajudássemos.

Nesse momento, Murilo Portugal, já como secretário executivo do Ministério da Fazenda, me procurou. Estava resolvido: o governo cumpriria o compromisso com o Rio de Janeiro, sem pedir nada em troca. Em pouco tempo, antes do fim do ano, os recursos foram liberados, mostrando o custo político da teimosia em ter uma forma de conduzir as coisas sem cumprimento da palavra.

Lula recebeu, no curso de seus dois mandatos, 37 pedidos de impeachment. Vários deles decorrentes do escândalo do Mensalão. Mas nenhum teve peso político real e, também, apesar da queda de popularidade, o petista ainda mantinha um índice de aprovação que lhe permitia resistir. A eleição estaria próxima, e levantar a discussão do impeachment em época eleitoral poderia até fortalecer o discurso de Lula – e polarizar ainda mais.

O instituto da reeleição iria mostrar, nas eleições de 2006, que em uma disputa de segundo mandato ninguém conseguiria tirar o ocupante da cadeira presidencial de uma das vagas do segundo turno. Só restava aos outros disputarem a outra cadeira – e o pleito se transformaria em um plebiscito: apoio ou rejeição ao governo.

Lula anunciou o pagamento antecipado da dívida do país com o FMI, contraída por Fernando Henrique em 1998, após a sua reeleição – quando pegou um empréstimo de mais de 40 bilhões de dólares para segurar as reservas.

Com esse gesto, o petista criou um discurso para enfrentar o PSDB na campanha, mostrando que ele pagou a dívida feita por eles. Além disso, tirava as amarras que o FMI impunha à economia, como contrapartida ao

empréstimo.

Logo no início de 2006, veio a público outro escândalo envolvendo Antonio Palocci – desta vez com ingredientes de quebra de sigilo bancário de um caseiro de forma ilegal, pela Caixa Econômica Federal, o que acabou levando à demissão de Palocci.

Ele estava se saindo bem na condução da economia, junto com Henrique Meirelles. Apesar de ser médico, conquistou a confiança do meio empresarial e diminuiu a grande resistência a um governo do PT, pelo medo das incertezas em relação à economia.

Palocci foi substituído por Guido Mantega, então presidente do BNDES. A ele cabia dar continuidade à política econômica e, principalmente, conduzir a economia para a disputa da reeleição.

Garotinho tentou de novo a troca de líder do PMDB. Conseguiu obter maioria em uma lista, colocando o então deputado Waldemir Moka como líder, que, depois, foi retirado por uma nova lista. Foi firmado um acordo e o então grupo de Michel Temer recebeu o controle da Comissão de Finanças da Câmara, para onde foi designado o então deputado Moreira Franco. Isso cessou o movimento de troca de líderes.

A essa altura, apesar do desgaste pelos escândalos, Lula mantinha uma base forte, capaz de resistir a qualquer confusão política. O impeachment estava descartado. O presidente se organizava para a reeleição, enquanto a oposição começava a discutir a candidatura mais competitiva.

Em 23 de outubro de 2005, com a CPMI em andamento, foi realizado o referendo popular previsto no estatuto do desarmamento – Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 –, para referendar ou não o artigo 35 do estatuto, que proibia a comercialização de armas de fogo no país. A pergunta do plebiscito era: “O comércio de armas de fogo deve ser proibido no Brasil?”. Um total de 63,4% dos eleitores votaram contra a proibição das armas no país, em um resultado que surpreendeu.

A Procuradoria-Geral da República apresentou uma denúncia sobre o Mensalão antes da conclusão da CPMI, mostrando que a atitude da

procuradoria independia da investigação parlamentar, cujas conclusões servem para remessa ao Ministério Público, titular da ação penal.

Com essa atitude, passou a ser irrelevante a decisão da CPMI, restrita a um episódio político, embora o então procurador-geral da República tenha dito que a apresentação da denúncia, antes da conclusão da comissão, tinha o efeito de evitar a contaminação da CPMI – mas que nada impediria que as conclusões da comissão fossem usadas na ação penal.

A PGR não denunciou Lula, mas denunciou 40 pessoas, incluindo as principais figuras do PT, que depois, em 2012, acabariam condenadas pelo STF no julgamento mais longo da sua história e que até hoje encontra críticos pelo seu desfecho, já que existiam dúvidas sobre as provas para a condenação.

O relatório da CPMI aprovado em abril de 2006 trouxe, entre outros, o indiciamento de 18 deputados, sendo que 14 deles sofreram processo de cassação, aprovado pelo Conselho de Ética da Câmara. Eles foram votados em plenário, 11 deles absolvidos e 3 tiveram os seus mandatos cassados – José Dirceu, Roberto Jefferson e Pedro Corrêa.

Ao mesmo tempo da votação do relatório da CPMI, havia uma guerra dentro do PMDB para ter uma candidatura própria à Presidência da República, tendo sido realizada uma prévia entre o então governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, e o ex-governador do Rio, Anthony Garotinho. Houve a vitória de Garotinho, mas debaixo de muito atrito. Então ele acabou desistindo e passou a apoiar o então senador Pedro Simon.

Foi feita uma convenção nacional, antes do tempo previsto na legislação, para definir se o PMDB teria ou não candidato à Presidência. Venceu não ter candidatura à Presidência, em função da verticalização² das eleições, decidida pelo STF naquela eleição.

Antes havia sido aprovada a emenda constitucional número 52, de 8 de março de 2006, em sentido contrário. Mas o STF, após julgamento de uma ação direta de inconstitucionalidade da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), considerou que só valeria o fim da verticalização a partir de um ano após a sua promulgação, o que excluiria aquela eleição.

Garotinho, mesmo tendo desistido da candidatura, queria disputar como vice-presidente na chapa encabeçada por Pedro Simon. Contudo, enfrentava uma série de denúncias – o que inclusive o levou a uma ridícula greve de fome, um tanto simulada, que acabou com a imagem dele. Desde então, nunca mais se levantou no cenário político. Seu grupo político se desfez. Eu segui outro caminho, tendo rompido relações com ele. Em seguida, nos tornamos inimigos políticos.

Pedro Simon queria ser candidato, mas também não aprovava a ideia de ter Garotinho como vice, com receio de contaminar a candidatura com as denúncias que recaíam sobre ele. Como a convenção não tratava de vice, mas, sim, de ter candidatura ou não, optou-se por adiar essa discussão para o pós-convenção, caso a tese da candidatura própria fosse vitoriosa.

Lula atuou fortemente para o resultado da convenção que deixou o PMDB sem candidatura a presidente. O estrategema repetia o que fora feito em situação anterior por Fernando Henrique Cardoso – o objetivo era diminuir os candidatos adversários e tentar vencer em primeiro turno, apesar dos escândalos, desgastes e denúncias.

Lula sempre foi um excelente comunicador. Resistia a toda a campanha dos escândalos. Ele e seu partido apanhavam muito – e não só da Globo, mas de forma generalizada dos meios de comunicação.

A definição do adversário de Lula se deu sob tensão. A disputa no PSDB era entre o então prefeito de São Paulo, José Serra, e o então governador Geraldo Alckmin. Por resultado, Serra acabou indo concorrer ao governo de São Paulo, e coube a Alckmin, apoiado pelo PFL, hoje DEM, a missão de tentar derrotar Lula.

Também saíram candidatos o então senador Cristóvão Buarque e a então senadora Heloísa Helena, além de outros candidatos menores.

Lula começou bem a campanha eleitoral. Crescia, mas quando as pesquisas indicavam que ele estava perto de vencer no primeiro turno, estourou o escândalo dos aloprados – com o candidato do PT ao governo paulista, o então senador Aloizio Mercadante. O escândalo consistia na apreensão de

dinheiro vivo, que estaria sendo usado para compra de um dossiê para ataques ao candidato do PSDB ao governo de São Paulo, José Serra.

Para evitar confronto, Lula tinha adotado a estratégia de não comparecer aos debates eleitorais no primeiro turno. Ele não foi, portanto, ao último debate, o da Globo, de maior audiência. E o escândalo dos aloprados, aliado à ausência de Lula, muito criticada no debate, acabaram provocando uma onda que levou à realização do segundo turno entre o petista e o peessedebista, na 28ª eleição presidencial.

O segundo turno foi marcado por uma campanha dura de acusação contra Alckmin, com o PT dizendo que ele pretendia privatizar o Banco do Brasil e a Petrobras. Com apoio de candidaturas fortes nos estados, Lula venceu com ampla margem, com 60,83% dos votos. Alckmin conseguiu o fenômeno de ter tido menos votos no segundo turno do que no primeiro – fato inédito até os dias de hoje.

O tucano recebeu o apoio de Garotinho, que, desgastado naquele momento e com a forte oposição que a Globo lhe fazia, acabou atrapalhando a sua votação.

Apesar da vitória de Lula, as eleições gerais não foram tão vitoriosas para o PT. A legenda elegeu 5 governadores, apenas 2 senadores, além de 83 deputados federais – 16% da representação da Câmara.

A 53ª legislatura do Congresso foi eleita para o período de 1º de fevereiro de 2007 a 31 de janeiro de 2011. Foi reeleito pelo PMDB, que elegeu a maior bancada, com 89 deputados. Obtive 130.773 votos nessa eleição.

Reeleito, Lula passou a buscar garantir apoio para o segundo mandato. Ele compôs o governo de forma diferente. Depois de tomar posse, aguardou a eleição das mesas da Câmara e do Senado para fechar a composição do seu governo. Em seguida, promoveu uma reforma ministerial, com a qual buscava ter a maioria sólida para governar e evitar repetir os erros do primeiro mandato.

Com condições favoráveis na economia, sem dívida externa, com crescimento econômico elevado em 2006 e previsão de crescimento ainda

maior para 2007, Lula teria todas as condições para constituir uma base para governar, sem utilizar os instrumentos dos quais o PT fora acusado, referentes ao escândalo do Mensalão.

Em 1º de fevereiro de 2007, tomou posse o Congresso Nacional. Foram eleitos, respectivamente, Arlindo Chinaglia, do PT, como presidente da Câmara e Renan Calheiros como presidente do Senado.

A disputa na Câmara foi acirrada e, mesmo sem Garotinho comandando o nosso bloco, resolvemos nos manter unidos e apoiar em bloco a candidatura de Chinaglia, que foi para o segundo turno contra Aldo Rebelo, candidato à reeleição. Chinaglia venceu por 9 votos de diferença, sendo que o grupo do qual eu fazia parte deu 14 votos para ele – o que foi decisivo.

Nesse momento havia um alinhamento com Michel Temer. Houve um compromisso feito com Chinaglia – de que ele apoiaria a eleição de Temer no segundo biênio, até porque o PMDB tinha a maior bancada da Câmara. Tal acordo fez com que a quase totalidade do PMDB tivesse escolhido Chinaglia.

Enquanto isso, a oposição votava em Aldo Rebelo, que era o candidato de Lula. Rebelo havia derrotado a oposição em 2005, mas, nesse momento, o PFL, hoje DEM, partido do candidato derrotado em 2005, comandado por Rodrigo Maia, resolveu apoiá-lo.

A candidatura de Chinaglia era um erro do PT. Não contava com o apoio do Planalto. Aldo Rebelo era leal ao governo e enfrentou a crise do Mensalão, ajudando Lula – que queria a sua reeleição, mas não podia combater a ambição de hegemonia do PT. Por outro lado, era uma vitória para o PMDB restabelecer o princípio de que os maiores partidos presidiriam a casa. Rebelo era do PC do B, partido pequeno. Não teria sentido legitimar essa situação.

Além do compromisso de apoiar Temer na próxima eleição à Presidência, Chinaglia se prontificou a ajudar o PMDB a ocupar os espaços de governo. Naquele momento, comprometeu-se a interceder para que Geddel Vieira Lima ocupasse o Ministério da Integração Nacional.

Também concordou que a bancada do Rio de Janeiro do PMDB ocuparia a presidência de Furnas, com o ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Luiz

Paulo Conde – com uma ressalva: ele indicaria diretores para a empresa.

O PMDB enxergava em Chinaglia a possibilidade de ter uma relação harmônica de divisão de espaços com o PT. Também vislumbrava que, usando a força do cargo, ele equilibrasse o jogo para que o partido ficasse bem representado no governo e pudesse ter condições de ajudar na sustentação política de Lula.

Na reforma ministerial, Lula reservou espaço relevante para o PMDB, incluindo a nomeação de Geddel Vieira Lima, apoiado por Chinaglia. Isso fez com que o partido passasse a apoiar o seu governo na quase totalidade. A partir daí, passei a votar com o governo.

A entrega a Geddel do Ministério da Integração significou retirar a pasta de Ciro Gomes – que, ministro no primeiro mandato de Lula, tinha deixado no cargo seu secretário executivo, Marcio Lacerda, que depois viria a ser prefeito de Belo Horizonte, enquanto Ciro tinha ido disputar e se eleger deputado federal.

Essa perda de influência de Ciro no governo coincidiu com o início das agressões dele ao PMDB, inclusive a mim. Ciro não se conformava em perder um instrumento de poder que tinha – e isso iria se refletir, lá na frente, nos atritos que tive com ele e sua família.

Lula rifou também os ministérios da Agricultura e da Saúde. Michel Temer conseguiu emplacar o amigo Wagner Rossi, pai do deputado Baleia Rossi, como presidente da Conab. Depois, mais à frente, Rossi assumiria o próprio ministério, continuando no governo Dilma – até ser demitido sob denúncias.

Michel Temer, para institucionalizar o apoio do PMDB, como presidente da legenda, fez uma reunião formal do conselho político do partido, de composição bem ampla. Obteve maioria confortável para um apoio formal ao governo. Isso levaria o PMDB a ser formalmente um aliado político do governo, e não simplesmente com apoio de grupos do partido em troca de cargos, como já vinha ocorrendo antes.

Mesmo com a base forte, Lula sofreu uma grande derrota no Senado Federal. Aprovada pela Câmara, a prorrogação da CPMF não conseguiu

número mínimo de apoiadores no Senado. Isso implicou uma grande perda de arrecadação a partir do ano seguinte.

Lula tinha gasto um grande cacife político para aprovar essa prorrogação. Enfrentou dificuldades na Câmara, mas acabou conseguindo. No entanto, no Senado, com a bancada governista menor, o petista não alcançou o mesmo êxito.

Contribuiu para isso o escândalo que envolveu Renan Calheiros. Divulgou-se que ele supostamente teria as despesas pagas de uma amante, que teria tido uma filha dele, por uma empreiteira. Esse fato o levou a renunciar à presidência do Senado e a tentarem cassar o seu mandato.

Foi eleito o senador Garibaldi Alves para complementar o mandato, até 31 de janeiro de 2009. Esse fato atrapalhou a tramitação da CPMF no Senado, já que os esforços maiores foram para tentar salvar o mandato de Renan e eleger um sucessor que se alinhasse ao governo.

Muito se divulgou que eu, na Câmara, teria atrasado a votação, já que era relator da admissibilidade da emenda constitucional na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas o fato não é verdadeiro. A demora na aprovação na CCJ deveu-se a uma obstrução feroz da oposição.

Houve inclusive um dia em que estava programada uma sessão para se tentar votar a emenda na CCJ e eu saí de Brasília para acompanhar o enterro de um sobrinho falecido no Rio. Voltei em seguida, a tempo de estar na sessão – que acabou obstruída, sem a votação. Isso mostra a injustiça da acusação e o meu comprometimento em tentar resolver.

Além disso, tinha estourado a crise do setor aéreo. Dois aviões haviam caído e eu era o vice-presidente da CPI instalada para investigar o tema. Marcelo Castro, que presidia a comissão, adoeceu, e eu precisei assumir seu lugar. Não podia descuidar desse trabalho, pois a segunda vice-presidente era ferrenha opositora do governo – caso ela assumisse, ainda que momentaneamente, o governo sofreria reveses. Era um tema emblemático naquele momento. A crise já havia derrubado o então ministro da Defesa, Waldir Pires – que acabou sendo substituído por Nelson Jobim, do quadro histórico do PMDB.

As críticas a mim deviam-se, na realidade, à nomeação do ex-prefeito da cidade do Rio, Luiz Paulo Conde, para a presidência de Furnas. À época secretário do governo do Rio de Janeiro, ele tinha sido indicado pela bancada de deputados do PMDB fluminense, mas a nomeação teria sido retardada pela oposição da então chefe da Casa Civil, Dilma, que queria manter o controle do setor elétrico e via em Conde um potencial obstáculo.

Esse fato, contudo, não teve nenhum impacto no meu comportamento. Inclusive a nomeação ocorreu depois que aprovei o meu relatório na CCJ – e não antes, como insinuaram. Não é verdade que eu só tenha votado o relatório depois de confirmada a nomeação.

Além disso, a parte da proposta que estava sob minha relatoria era apenas a inicial, de admissibilidade. Faltaria a instalação e a votação em uma comissão especial, além da votação em plenário, aí sim o momento mais importante. Não faria sentido atrasar no início a tramitação.

Conde, em menos de 30 dias no cargo, adoeceu, teve diagnosticado um câncer de bexiga, se submeteu a cirurgia e praticamente não voltou mais a Furnas. Isso foi antes da votação no plenário. O governo não perdeu nenhum voto por isso nem substituiu Conde por outro nome naquele momento. Furnas ficou um ano sob direção interina, comandada por gente não indicada pelo PMDB, mas sim pelo PT. O PMDB na prática não havia consumado a assunção em Furnas, sendo o seu suposto poder uma das muitas mentiras espalhadas pelo PT, que realmente lá mandava.

Conde acabaria afastado completamente de Furnas em 2008, pois não tinha condições nem de comparecer à empresa – ele sobreviveria, de forma bem precária, até 2015. Na estatal, foi substituído oficialmente em outubro de 2008, por um técnico de carreira apoiado pelo PMDB.

O governo lançou também um programa de investimentos em infraestrutura. Era o PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento. Já então chefe da Casa Civil, coube a Dilma Rousseff o comando do programa, que tinha boas iniciativas. A ideia era buscar coordenar várias ações, incluindo aquelas decorrentes de concessões e leilões, além dos

investimentos nos estados.

Na prática, acabou se prestando a criar um palco político para Dilma, que viria a ser candidata à sucessão de Lula, como gestora eficiente. Como “mãe do PAC”, ela se cacifava para a disputa eleitoral.

Em 2008, veio à tona outro escândalo: o dos chamados cartões corporativos – que também teve uma CPI aberta. Houve ministro demitido, e ficou famoso, pela chacota, o caso do então ministro dos Esportes, Orlando Silva, que usou o cartão para a compra de tapioca.

A base governista dominou a CPI, que acabou isentando a todos – em investigações que retrocederam até o governo FHC.

Edison Lobão foi nomeado ministro das Minas e Energia por Lula. O cargo vinha sendo ocupado interinamente por antigos assessores de Dilma, que era a anterior ministra. Ela queria continuar mandando no ministério a partir da Casa Civil e não aceitava que Lobão fosse ministro – mas acabou perdendo o embate político.

Como conhecia o ministro Luiz Fux, oriundo do Rio de Janeiro, à época no Superior Tribunal de Justiça (STJ), apresentei-o a Michel Temer, já que Fux era candidato a uma vaga no STF. Ele havia tentado, sem sucesso, a cadeira, que acabou sendo ocupada pelo falecido ex-ministro Carlos Alberto Direito.

Fux era o relator de uma ação de Temer, como advogado. Este queria que o julgamento fosse marcado. Depois da conversa, isso acabou acontecendo e eles estabeleceram uma relação.

Em setembro de 2008 estourou a crise internacional, a partir dos créditos imobiliários dos Estados Unidos. Houve reflexos em todo o mundo, incluindo o Brasil. Foi desencadeada pelos chamados *subprimes*, ou seja, devido à enorme valorização dos imóveis, cidadãos americanos eram estimulados a contrair empréstimos dando a garantia hipotecária, mesmo já tendo hipoteca dos seus imóveis. Isso criou uma bolha. O volume de créditos dessa natureza chegava a 12 trilhões de dólares.

Os financiadores de dívidas imobiliárias emitiam títulos referentes a esses créditos e negociavam no mercado financeiro. Ali, tornavam-se créditos com

elevado risco. Quem acabou detendo esses títulos passou a ter problemas de liquidez, com perdas enormes. Como os imóveis caíam de preço e os cidadãos não conseguiam arcar com os custos das hipotecas, preferiam deixar de pagar e perdê-los, desencadeando uma quebra e causando desconfiança na capacidade de resistência do sistema.

Na crise, houve contenção de créditos, aumento de juros e inflação nos Estados Unidos, levando à diminuição da liquidez no mundo, reduzindo a oferta de crédito, os investimentos e gerando bastante desemprego. Houve intervenção do governo americano no sistema financeiro, com a colocação de dinheiro nos bancos, com a quebra do Lehman Brothers.

A crise acaba obrigando bancos a serem vendidos, como foi o caso do Banco Merrill Lynch, vendido ao Bank of America. Os reflexos atingiram o mundo todo. A crise teve repercussão forte no Brasil. Medidas foram adotadas para evitar que se repetissem aqui as mesmas consequências dos Estados Unidos. O governo colocou dinheiro em bancos, chegando a comprar participações minoritárias deles para evitar a falta de liquidez e a quebra.

Esse sistema de créditos por hipotecas não era tão expressivo no Brasil, mas a falta de liquidez do mundo, a redução drástica dos investimentos e o aumento de juros nos colocaram no centro da crise, naquilo que foi considerado como um verdadeiro *tsunami*.

Lula, como bom comunicador, disse que a crise era uma “marolinha” e não um *tsunami*, como previam alguns analistas. Ele conseguiu sair da crise e manter o crescimento elevado da economia naquele momento. Diminuiu em razão da crise, mas logo em seguida retornou a seu curso. Em 2010, último ano de Lula na Presidência, o crescimento da economia foi de 7,5%.

Foi um momento crucial, o mais difícil do governo Lula, que enfrentava a mais grave crise internacional da economia de seu período, mas demonstrando que a crise saiu menor do que quando entrou, graças à atuação do governo no seu enfrentamento, ajudada pela sólida base que detinha no Congresso, capaz de aprovar as medidas legislativas necessárias para a situação.

As eleições municipais daquele ano, sob o impacto da crise, tiveram resultados mais ou menos estáveis para Lula. Diretamente, o PT elegeu cinco capitais, enquanto o PSDB fez quatro e o PMDB, já aliado de Lula, conseguiu seis capitais e o maior número de prefeitos.

Embora não estivesse crescendo, ao menos o PT não perdeu para o PSDB. Além disso, a legenda viu aliados se elegerem. Considerando todos os aliados, Lula venceu, embora o PT não. Mas vigorava a máxima de que Lula era maior do que o PT, o que é verdade – já que o PT, sem Lula, jamais teria chegado à Presidência.

Em 2 de fevereiro de 2009, houve eleições para a presidência da Câmara e do Senado. Foram eleitos Michel Temer e José Sarney, respectivamente, tendo o PT cumprido o acordo. Aldo Rebelo disputou novamente a eleição, além de outros candidatos, mas Temer venceu em primeiro turno.

Aldo Rebelo teve apoio de Eduardo Campos e até de alguns setores da oposição, mas sua votação foi muito mais baixa do que na disputa anterior. Lula apoiou Michel Temer.

Houve muita confusão. O PT queria ter o Senado Federal, para que o PMDB não ficasse com as duas casas. Mas foi convencido de que as dinâmicas das duas casas são diferentes. Vincular uma coisa a outra não seria possível. E, se disputasse o PT sem o PMDB, perderia ambas.

Lula queria a eleição de Sarney. Seria uma forma de reparar o nome do ex-presidente, depois do desgaste de um escândalo com casos de nomeações secretas no Senado. Sarney havia sofrido, a exemplo de Renan Calheiros, o mesmo processo de cassação pelo Conselho de Ética do Senado. Acabou se livrando com a ajuda de Lula. Havia um sentimento de solidariedade a ele.

A articulação para a eleição de Michel Temer foi fundamental para a coligação que se fez depois, visando à sucessão de Lula. O PMDB comporia a chapa e Temer seria o candidato a vice.

No ano de 2009, com boa popularidade, mantendo bom nível de crescimento econômico e tendo enfrentado a crise de 2008, Lula aproveitou a descoberta do pré-sal da Petrobras e fez da exploração do petróleo um

movimento político. O Brasil se tornava autossuficiente em petróleo, e a exploração dos novos campos do pré-sal sinalizava um potencial para transformar o país – além de ilustrar o êxito das políticas do governo.

A Petrobras sempre foi utilizada de forma política pelo governo Lula. Havia desde a tentativa da nacionalização das suas compras até o controle dos preços dos combustíveis para o controle da inflação, com prejuízo de bilhões de reais. Mesmo com as denúncias de corrupção, a maior parte delas concentrada em políticas equivocadas colocadas na companhia e no domínio ideológico do PT. Mesmo com os erros graves de gestão e interferência na empresa, que tinha virado uma autarquia do governo – e não somente um braço de alavancagem de investimentos.

A descoberta do pré-sal e a sua propagação tinham o objetivo político de pavimentar a sucessão de Lula. Foi quando o Congresso Nacional, controlado por Lula, errou ao aprovar as mudanças da regra do jogo. As concessões saíam e entraria em seu lugar o regime de partilha, que, além de colocar a União como sócia de todo o resultado da exploração, transformava a Petrobras em sócia obrigatória de todas as explorações do regime de partilha.

Como o PMDB tinha o ministro das Minas e Energia, Edison Lobão, isso implicava ter de apoiar as medidas, já que ele teria tido papel na formulação. Não apoiá-lo significava retirar o apoio a ele e ao governo, o que não era a vontade do partido.

As alterações foram aprovadas, e uma polêmica se instalou no país por conta da distribuição dos *royalties* e participação especial do petróleo. Com a propaganda de que o país iria virar uma “Arábia Saudita”, a disputa dos supostos bilionários recursos dos *royalties* se tornou um centro de insatisfações, com muita gente reclamando dos supostos benefícios aos estados produtores de petróleo, como era o caso do meu Rio de Janeiro.

Isso acabou levando à aprovação de alteração da distribuição dos *royalties* e participação especial para os campos do pré-sal, em vários momentos, havendo sanção e vetos por parte do governo, além de derrubada de vetos pelo Congresso e judicialização do tema no STF, sem decisão definitiva até o

momento da publicação deste livro.

O tema da discussão política acabou levando a uma briga federativa pelos *royalties* e participação especial do petróleo. Governadores que apoiavam Lula e Dilma brigaram por esse direito. Essa ferida ainda não cicatrizou.

Os *royalties* e a participação especial são a compensação e a indenização pela exploração do petróleo. Mesmo em alto-mar, não significa que o estado confrontante não seja afetado. Atividades de exploração atraem muita gente e se torna necessário o investimento para disponibilização de serviços públicos, que necessitam desses recursos para serem cobertos.

Como deputado do Rio de Janeiro, lutei muito contra a alteração que prejudicou o estado, que tinha a oportunidade de se recuperar com a atividade crescente de petróleo. Preferiu-se ratear recursos que caberiam aos estados produtores e seriam relevantes. Optou-se por socializar entre aqueles que não têm nenhum papel na indústria do petróleo.

De toda forma, Lula conseguiu o seu objetivo. Teve a propaganda desejada para preparar a sucessão, já alavancada pela ausência de adversário e pelo crescimento econômico que o país alcançava.

Não é o meu intuito avaliar o governo e a gestão de Lula, que teve bons e maus momentos, erros e acertos. Mas, sim, apresentar os fatos que influenciariam toda a história que futuramente culminaria no processo de impeachment.

Existiram muitas lutas políticas e ideológicas nos governos de Lula e do PT, com impacto na política, incluindo a discussão sindical, dos movimentos sociais e outros objetos de discussão política.

Em resumo, Lula tentava se equilibrar entre o discurso de esquerda do PT e as ações de governo, mesmo da economia, mais liberais, embora a crise de 2008 tenha dado um passo para trás, pelo intervencionismo ocorrido para conter a crise.

Lula deu ênfase ao gigantismo da atuação estatal para estimular os investimentos, notadamente a Petrobras. Com isso, gerou a possibilidade de favorecimento a grupos privados, que acabaram participando das ações de

Estado, com financiamento público, notadamente do BNDES, inclusive aumentando a concentração da economia.

Esse favorecimento está na raiz dos problemas recentes que levaram a condenações criminais, embora se ressalte o movimento político que está por trás disso tudo, com direcionismo da punição e da absoluta falta de respeito ao direito de defesa e presunção da inocência, além das fraudes acusatórias e direcionamento de decisões, que tanto Lula quanto eu sofremos.

² Significa que a mesma coligação definida em âmbito nacional deveria ser respeitada nas esferas estaduais e municipais. N. do E.

9

A eleição de Dilma e sua tentativa de se afastar da herança de Lula

Todo o segundo mandato de Lula visava ter estabilidade política e bons resultados na economia, para que fosse viabilizada uma candidatura à sua sucessão, mantendo a hegemonia do PT.

José Dirceu e Antonio Palocci, os dois principais petistas que poderiam suceder o governo Lula, tinham sido abatidos no primeiro mandato. O presidente não enxergava um nome forte dentro do partido, que lhe agradasse e que não fosse, lá adiante, fazer frente a ele.

Havia a proposta de emenda constitucional que poderia legitimar um terceiro mandato. Lula estimulava essa tramitação, embora negasse publicamente. Essa emenda teria chances de ser aprovada, pois a base governista estava sólida e ele sabia tratar bem o parlamento, com boa conversa. Seria difícil, dentro do PT, uma alternativa melhor.

Além disso, na oposição a Lula não havia nenhuma novidade, a não ser os mesmos tucanos paulistas de sempre, que se revezavam nas disputas – sem apelo popular, principalmente no Nordeste.

Além da alta popularidade, Lula ostentava crescimento econômico e a distribuição de renda feita por meio do Bolsa Família. Tinha carisma, boa comunicação, havia amalhado uma liderança política bastante fortalecida. Superados os escândalos do Mensalão, venceria uma segunda reeleição muito facilmente.

Lula conseguiu trazer a Copa do Mundo de 2014 para o Brasil e as Olimpíadas de 2016 para o Rio – participou ativa e pessoalmente dessas campanhas mundiais.

Contudo, naquele momento, Lula teve a sabedoria de não permitir que a iniciativa de um terceiro mandato fosse adiante. Ele acabou impedindo a

discussão e a votação da proposta, passando a ter de resolver quem seria seu candidato à sucessão.

O presidente ensaiava a candidatura de Dilma, que, segundo seu critério, teria facilidade, por ser mulher e boa gestora – embora esse predicado tenha sido desmentido pelos fatos posteriores. Dilma também comandava o programa de investimentos do governo federal, o PAC, e não estava dentro das divisões dos grupos políticos do PT, o que facilitaria sua aceitação dentro da legenda.

Em determinado momento, seu projeto se abalou com a descoberta de que Dilma estava sofrendo de um câncer – combatido com sucesso, a tempo de não deixar dúvidas de que ela teria condições de saúde para governar, caso vencesse as eleições.

Lula partiu para a composição política. Ele quis o PMDB compondo a chapa com o PT, indicando o vice-presidente. Preparou uma armadilha, filiando o então presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, no PMDB – queria que fosse ele o candidato a vice, mas tal proposta não obteve apoio do partido.

Participei de uma reunião sobre o assunto na residência oficial da Câmara – ocupada por Michel Temer, então presidente da casa. Ali, Henrique Meirelles, já filiado, foi alertado de que não haveria condições para que ele fosse o vice. Ele poderia disputar a eleição a uma cadeira no Senado, ser deputado ou, mediante alguma composição com o partido no seu estado, Goiás, até sair candidato a governador.

Dessa forma, Henrique Meirelles, vendo que não teria chance de ser o vice, preferiu continuar no Banco Central e não se desincompatibilizou. Sem adversários, Michel Temer foi referendado na convenção do PMDB como candidato a vice.

Na verdade, a consolidação de Temer se deu um pouco antes, quando houve a eleição para sua recondução à presidência do partido. Na véspera, o grupo dissidente, que queria apoiar o PSDB na eleição – divisão comandada pelo ex-governador de Santa Catarina Luiz Henrique –, obteve uma liminar

na Justiça para suspender a convenção. Tal decisão foi cassada à noite pelo ex-presidente do STJ, Cesar Asfor Rocha. Restabelecida a convenção, foi assegurada a vitória de Temer.

Como presidente da Câmara, ele mantinha boas relações com o Judiciário. Cesar Asfor Rocha também era candidato ao STF, assim como Fux. Depois que estabeleci a relação entre Temer e Fux, participei com eles de jantares na residência oficial da Câmara.

O PSDB acabou lançando a candidatura do então governador de São Paulo, José Serra. Alckmin seria de novo postulante ao governo de São Paulo, provando que a grande dificuldade do PSDB era ser um conglomerado paulista. Aécio Neves pleiteava a candidatura, mas o PSDB iria sempre ter um candidato paulista e, além disso, promovia um revezamento do governo de São Paulo. Eles apresentariam as mesmas dificuldades de penetrar no Norte e no Nordeste, onde Lula reinava absoluto.

Serra costurou uma aliança menor, com o sempre disponível PFL, hoje DEM, que atuava como linha auxiliar nas eleições do PSDB. Enquanto isso, Lula formava uma forte aliança que tinha, além do PMDB, os partidos de esquerda, o PR e legendas menores.

Atuei diretamente para mudar a decisão de dois partidos nessas composições: o PSC e o PTC. O primeiro já havia até feito a sua convenção nacional e anunciado apoio ao tucano. Foi possível reverter tal oficialização, porque a dita convenção havia delegado à Comissão Executiva Nacional do partido a decisão para as coligações e alianças. Assim, na ata dessa comissão entregue ao TSE foi colocado o apoio à coligação de Dilma.

O PTC, antigo PRN, tinha candidato a presidente e, em situação idêntica, consegui que retirassem a candidatura e apoiassem a coligação de Dilma, aumentando o tempo de TV, não só pela adesão, mas pela redistribuição do horário dividido igualmente entre os candidatos.

Pela legislação eleitoral, a divisão do horário de TV obedece à proporção do número de deputados dos partidos coligados, mas uma parte menor do tempo é dividida igualmente entre os candidatos. Assim, a retirada de um candidato

implica a redistribuição do tempo dele entre os remanescentes.

Com isso, dei uma grande contribuição à campanha de Dilma, aumentando seu espaço e diminuindo o de Serra. Naquele momento, tempo de TV era vital. Como iria disputar sua primeira eleição, Dilma precisaria colar a imagem de Lula à dela.

Apesar disso tudo, ela não gostava de mim. E esse fato era, a todo momento, lembrado em notinhas plantadas por colunistas, sempre tentando me constranger. A razão atribuída para isso seria a nomeação do ex-prefeito Luiz Paulo Conde para Furnas em 2007 – algo que ela nunca teria engolido.

Durante o segundo turno das eleições, existiam muitos boatos e ataques a Dilma sobre a sua posição em favor do aborto. Para combater isso, elaboramos, junto com lideranças evangélicas que estavam em sua campanha, uma carta--compromisso dela de que seu futuro governo não tomaria nenhuma iniciativa dessa natureza, e que isso era tema do Congresso Nacional.

Isso estancou a sangria que estava ocorrendo na campanha, já que Serra se utilizava de mecanismos de divulgação pela internet dessas posições. Dilma, apesar de sabermos hoje que é favorável à legalização do aborto, nunca tinha se posicionado na campanha sobre isso – e, de fato, ela respeitou essa carta--compromisso durante seu mandato.

Os principais assessores da campanha e do PT ficaram bem irritados comigo por causa da obtenção desse compromisso, já que isso ia de encontro a uma posição ideológica deles e, certamente, contribuiu para aumentar a animosidade de Dilma contra mim.

Outros candidatos também disputaram as eleições, sendo a ex-senadora Marina Silva a mais relevante. Ela chegou a quase 20% dos votos, tendo uma votação muito semelhante à de Garotinho em 2002. Evangélica, acabou atraindo votos do segmento.

Ciro Gomes tinha se filiado ao PSB e esperava ser o candidato do partido, mas foi retirado da disputa pelo então governador Eduardo Campos, que era candidato à reeleição ao governo. Ele preferia ter Lula a seu lado e embarcou

na coligação de Dilma, deixando Ciro na estrada.

No meio da campanha eleitoral surgiu o escândalo com a sucessora de Dilma na Casa Civil, seu braço-direito, Erenice Guerra, de supostas cobranças de propina envolvendo membros da sua família. Mas o caso não chegou a influenciar na eleição. Atingiu somente a própria Erenice, que deixou a Casa Civil e também acabou ficando de fora do governo de Dilma, encerrando a carreira pública.

A campanha foi acirrada. Com Lula conduzindo a campanha, Dilma quase liquidou a fatura no primeiro turno. Na 28ª eleição presidencial, ela fez 46,91% dos votos no primeiro turno, e, no segundo, sacramentou a vitória sobre Serra com 56,05%. A sexta eleição depois da Constituição de 1988 foi também a primeira sem Lula entre os candidatos a presidente.

A 54ª legislatura foi eleita para o período de 1º de fevereiro de 2011 até 31 de janeiro de 2015. Foi reeleito com 150.616 votos. O PMDB elegeu 78 deputados, ficando com a segunda bancada, tendo o PT feito 88 deputados, e o PSDB, 53.

Nas eleições para governadores, o PT fez cinco governadores e o PSDB elegeu oito, vencendo o confronto direto. Mas, considerando os partidos que fizeram parte da coligação de Dilma, a vitória foi dela.

No Senado houve um movimento muito forte de Lula, que, inconformado com a derrota no Senado da prorrogação da CPMF, investiu bastante, não só para eleger senadores como para que não se reelegessem aqueles que impediram a prorrogação. Assim, o PT elegeu 11 senadores, enquanto o PSDB ficou com 6. Os aliados da coligação do PT conseguiram a maioria das cadeiras na renovação de dois terços das vagas.

A eleição de 2010 consolidou uma constatação da nossa realidade política, em que a polarização se dá em duas frentes: o PT e o anti-PT. Inicialmente era a polarização de esquerda e de antiesquerda, com Collor sendo o antiesquerda, e Lula se consolidando como a esquerda, ao derrotar Brizola.

Depois Fernando Henrique, em 1994, apesar de estar em uma legenda dita socialista, consegue ser o candidato antiesquerda contra Lula. Em 1998, o

quadro se repete, se consolidando o antiesquerda como o anti-PT. Os demais candidatos se perderam nessa polarização.

Em 2002, os candidatos alternativos eram Ciro Gomes e Garotinho, que tiveram o mesmo desfecho diante da polarização de Serra como o anti-PT e Lula. Nesse caso, os eleitores dos alternativos decidiram os seus votos no segundo turno em favor do PT, elegendo Lula.

Em 2006, os alternativos eram ainda mais fracos, com a mesma polarização de Lula e o anti-PT, que foi Alckmin. Este chegou no segundo turno a ter menos votos do que teve no primeiro. Em 2010, Marina Silva era a alternativa, cujo desfecho e polarização não se alteraram, ficando o PT e o anti-PT na decisão final do eleitor.

O quadro em 2014 não se altera. Em 2018, mudou apenas com a substituição do anti-PT, com o PSDB perdendo o posto para Bolsonaro. Este assumiu o antipetismo e impôs uma fragorosa derrota ao PT. O PSDB consegue chegar ao fundo do poço eleitoral, com um desempenho medíocre, apesar de ter tido o maior tempo de televisão da eleição.

Decretada a vitória nas urnas, Dilma começou a compor um governo de coalizão para obter maioria no Congresso Nacional e atender à sua aliança. Deu espaço ao PMDB, reservando à legenda quatro ministérios – sendo dois para a Câmara e dois para o Senado Federal –, e iniciou o governo com alto índice de aprovação, aproveitando-se do legado de Lula, que encerrou o mandato com aprovação histórica e um crescimento econômico, no último ano, de 7,5%.

Palocci, que atuou como coordenador da campanha de Dilma, assumiu a Casa Civil, regenerado depois do escândalo que o havia tirado do governo Lula em 2006. Ele não disputou nenhum cargo na eleição de 2010 – dedicou-se a coordenar a campanha de Dilma, juntamente com José Eduardo Cardozo e o então presidente do PT, José Eduardo Dutra. Os três compuseram a nova versão do que ficou conhecido como “os três porquinhos”.

José Eduardo Cardozo, a quem Lula tinha muitas restrições, assumiu o Ministério da Justiça. Dilma nomeou uma equipe não tão próxima de Lula, à

exceção de Palocci e de Gilberto Carvalho, que faziam a ponte entre ambos em todos os assuntos. Palocci era o elemento de estabilidade na relação e no governo.

Dilma manteve Guido Mantega no Ministério da Fazenda, mas, para surpresa do mercado, trocou o comando do Banco Central, tirando Henrique Meirelles. Além disso, compôs o governo distribuindo cargos para os partidos aliados. Manteve o número de ministérios do PMDB, só trocando pastas, e tudo levava a crer que teria uma base sólida no Congresso Nacional, a exemplo do ocorrido com Lula.

Michel Temer interferiu para ter o antigo aliado Wagner Rossi como um dos representantes do PMDB da Câmara no Ministério. Ele já tinha ascendido da presidência da Conab ao Ministério da Agricultura, no fim do governo Lula. Temer conseguiu a manutenção de Rossi, tendo para isso que preterir seu velho aliado Moreira Franco, que acabou em uma secretaria de Assuntos Estratégicos, sem nenhuma relevância no governo.

Wagner Rossi já tinha sido, por indicação de Michel Temer, presidente da Companhia Docas de Santos, administradora do famoso porto de Santos. Ali existiram denúncias de operações de propinas, tendo inclusive Wagner Rossi chegado a ser preso por ordem do STF, no inquérito que tramitava lá, contra Michel Temer, no período da sua presidência.

Wagner Rossi, pai do deputado Baleia Rossi, foi quem apresentou Joesley Batista a Michel Temer, sendo que, em delação, Joesley fala que, depois da saída de Wagner do ministério, passou a pagar mesada a ele a pedido de Michel Temer – fato que não podemos afirmar ser verdadeiro ou não.

Baleia Rossi também estaria presente em várias delações, de Joesley Batista, Lúcio Funaro e Duda Mendonça, todas com o mesmo tipo de denúncia. Ele se utilizava da posição de comando da legenda em São Paulo para impor a produtora da sua família, a Ilha Produção Ltda., que recebeu milhões nas campanhas de 2010, 2012 e 2014, seja por meio de caixa 2, seja por doação do próprio partido. A produtora supostamente trabalhava nas campanhas, mas os preços eram superfaturados. Além disso, a qualidade dos serviços era

contestada.

Com a eleição de Michel Temer para a Vice-Presidência, havia um compromisso de manter um rodízio entre o PMDB e o PT no comando da Câmara. Como seria a reeleição de Temer, caso ele continuasse na Câmara, o normal seria o primeiro biênio ficar com o PMDB. Mas o PT tinha eleito uma bancada maior e exigiu a primazia. Michel assentiu. Acabou-se acordando o apoio ao PT na eleição de 2011 a 2013 e de Henrique Alves, do PMDB, para o período de 2013 a 2015.

Em 1º de fevereiro de 2011, tomou posse a 54ª legislatura do Congresso. Câmara e Senado, respectivamente, passaram a ser presididos pelo deputado Marco Maia e por José Sarney, reeleito.

Poucos dias antes da eleição da Câmara, petistas que tinham cargos em Furnas haviam deslanchado uma série de denúncias, por meio de um repórter que é meu desafeto, o qual recentemente editou um livro de coletâneas de suas reportagens contra mim, objeto de várias ações judiciais da minha parte.

Essas matérias tinham um só objetivo: extirpar qualquer influência do PMDB na empresa. Esses petistas, apesar de contestados pelo então articulador político da legenda, o deputado Luiz Sérgio, encontravam ressonância no partido.

Imediatamente após a eleição de Marco Maia, Dilma demitiu o presidente de Furnas, indicado pelo PMDB. Ela espalhou a notícia da demissão, como se o intuito fosse me afastar de tudo no governo. Um governo que eu tinha ajudado a eleger.

Dilma, como se vê, não havia perdoado que em 2007 eu tivesse ousado apoiar um ex-prefeito da cidade do Rio de Janeiro, de extrema competência técnica, para ocupar um cargo em um setor do qual ela, naquele momento, se achava dona. Agora, eleita presidente, ela era realmente a dona de tudo.

Essa é a origem de toda a raiva de Dilma contra mim. Ela, pela falta de traquejo político, me transformou em seu maior inimigo, e, no curso dos anos seguintes, isso ficaria bem claro. Certamente o fato de ela me transformar em inimigo acabou por me valorizar e me fazer crescer – pois em política é mais

importante você escolher os adversários do que os aliados, já que os aliados se apoiam enfrentando os mesmos adversários.

E, também em política, não se briga para baixo. Dilma, presidente da República, estava fazendo isso e não teria nada a ganhar, só a perder. Ela já era a presidente da República, e eu, um simples deputado.

Dilma chegou nesse primeiro ano a trocar os líderes do governo na Câmara e no Senado, respectivamente Cândido Vaccarezza, do PT, e Romero Jucá, do PMDB – só porque eles teriam ligação comigo, e ela não queria líderes do governo de meu círculo.

A presidente, contudo, colocou Arlindo Chinaglia, do PT, como líder na Câmara. Eu o havia ajudado, em 2007, a se eleger presidente da Câmara. E Eduardo Braga, do PMDB, se tornou líder do Senado. Ele também tinha ótima relação comigo. Isso acabava mostrando que não seria tão fácil para ela me isolar, como alardeava pelas notas plantadas na imprensa. Esse comportamento dela não impediu que eu continuasse na base do governo e votasse as medidas governistas, apesar de alguns entreveros, todos acordados na época com Henrique Alves, então líder do PMDB, e Michel Temer.

Surgiu então a primeira vaga do STF no seu governo, e Dilma acabaria escolhendo o então ministro do STJ, Luiz Fux. Antes da escolha, Michel Temer me chamou a seu gabinete e me confidenciou que Dilma o teria consultado sobre o nome de Fux, se haveria algum veto dele a Fux. Temer teria então avalizado a escolha. Ele me pediu que transmitisse esse fato a ele, o que eu fiz em seguida.

Esse gesto de Dilma não se repetiria nas demais escolhas feitas por ela, ao longo dos seus dois mandatos, quando Temer acabaria sendo mero figurante. No caso da escolha de Teori Zavascki, em 2012, estávamos juntos em viagem oficial à Itália e foi pela imprensa que Temer soube da escolha dela. Ele chegou a reclamar, naquele momento, do descaso dela em não avisá-lo.

Começam então os escândalos do governo Dilma, sem envolvimento direto dela. Ela passou a tentar construir a imagem de faxineira, afastando ministros objetos de denúncias e deixando seus partidos indicarem os substitutos. Os

dois ministros do PMDB da Câmara, entre eles o indicado por Michel Temer, Wagner Rossi, foram abatidos nesse processo.

Dilma tinha como principal conselheiro o marqueteiro da sua campanha, João Santana. Seguiu todas as orientações dele. Foi Santana quem conduziu a construção dessa imagem de faxineira, se contrapondo a Lula, de perfil bem diferente.

Dilma, diferentemente de Lula, tinha um estilo centralizador. Ela atuava diretamente em tudo, controlando todos os passos do governo. E esse excesso de controle prejudicava muito o papel dela na Presidência, já que o tempo para se dedicar à política era quase nenhum. Dilma adotou um perfil mais intervencionista e de aumento da participação do Estado nos investimentos públicos.

Em uma votação na Câmara do projeto do Código Florestal, sobre o qual a bancada do PMDB tinha uma posição não tão afinada com a vontade governista, Dilma encarregou Palocci de ligar para Michel Temer, com o telefone em viva-voz. Ele ameaçou a demissão do seu indicado, o ministro da Agricultura do PMDB, Wagner Rossi. Isso desencadeou a revolta de Temer, que entregou o cargo do ministro, o qual acabou não demitido naquele momento. As denúncias contra ele surgiram depois.

Esse episódio marcou muito Michel Temer. Posso confirmar, pois estava a seu lado no Palácio do Jaburu, junto de Moreira Franco, quando aconteceu o telefonema. O resultado disso foi Temer me pedir para voltar para o plenário e não abrir mão de nenhuma vírgula do texto que o PMDB defendia.

Em seguida estourou a crise com Palocci, sobre supostas receitas de consultoria da empresa dele que foram divulgadas por vazamento na imprensa, vazamento esse atribuído à fiscalização da prefeitura de São Paulo. Palocci, desgastado e encurralado, pediu demissão. Dilma colocou em seu lugar a então recém-eleita senadora Gleisi Hoffmann, do PT.

Essa alteração foi crucial para entender o movimento do governo de Dilma. Ela tirava o elo de interlocução com Lula e colocava alguém que naquele momento não era afinada com o ex-presidente nem representava a ala do PT

que estava se enfraquecendo com a queda de Palocci.

Com a queda dos ministros que eram alvos de denúncia, Dilma ia se fortalecendo na opinião pública, e seus índices de aprovação eram altos e até maiores que os de Lula no mesmo período, começando, dentro do PT, a guerra de grupos.

Nessas quedas, acabaram saindo os dois do PMDB: Wagner Rossi e o então deputado Pedro Novais. Alfredo Nascimento, do PR, também foi demitido. Caiu ainda Orlando Silva, do PC do B, aquele do caso da tapioca dos cartões corporativos, denunciado dessa vez por esquemas em programas do seu Ministério dos Esportes, além de Carlos Lupi, do PDT, outro abatido por denúncias de corrupção.

Dilma não teve a mesma atitude com relação a Fernando Pimentel, do PT, também alvo de denúncias de corrupção. Ele foi poupado da faxina dela, em nome das relações pessoais que mantinham – o que mostra que seu rigorera seletivo.

Em seguida, Dilma trocou a diretoria da Petrobras, substituindo José Sergio Gabrielli, ligado a Lula, por Maria das Graças Foster, de sua total confiança, além de afastar os diretores ligados ao esquema de corrupção que seriam denunciados depois, colocando no lugar diretores afinados com ela.

A taxa de juros subia, o saldo da balança comercial diminuía, o crescimento do PIB era menor que nos mandatos de Lula, mas Dilma alcançava um nível recorde de aprovação popular, apesar disso tudo.

Depois da troca de ministros, superação da crise com os partidos que indicaram os ministros, mas que foram contemplados com os mesmos cargos que tinham, Dilma conseguiu empurrar a situação política e vencer a maioria das batalhas no Congresso. E, mesmo sem atuar diretamente na articulação política, conseguiu a manutenção da base.

No meio do caminho veio a eleição para o representante da Câmara no TCU. A então deputada Ana Arraes, mãe do governador de Pernambuco, Eduardo Campos, saiu candidata, além de Aldo Rebelo, entre outros.

Eduardo Campos fez uma forte campanha para ela. Procurou e obteve o

apoio de Henrique Alves, que o colocou em contato comigo, para que eu pudesse ajudá-lo no PMDB e em outros partidos em que eu tinha trânsito.

Em julho de 2011, Campos veio ao Rio. Hospedado no hotel Sofitel, me chamou para conversar. Acabamos tomando um porre juntos. Ele contou várias histórias sobre o ex-governador Anthony Garotinho, com quem eu já estava rompido e por quem ele nutria verdadeira ojeriza.

Naquela noite, Campos me disse que foram atribuídas a mim muitas das atitudes de Garotinho – o que levou o PSB a expulsá-lo. Juntos, concluimos que as loucuras e traições de Garotinho pertenciam a seu caráter, ou à falta dele – não a terceiros.

Passada essa situação, construímos uma grande amizade. Ajudei bastante na eleição da mãe dele, que teve 222 votos contra os 149 votos de Aldo Rebelo. Campos não se conformava com a traição de Aldo, em se candidatar contra sua mãe, sendo que ele tinha apoiado Aldo nas três vezes em que disputou as eleições de presidente da Câmara.

A eleição foi em 21 de setembro. Eduardo Campos me levou para me homenagear em agradecimento, em 29 de setembro, na comemoração do meu aniversário. Ele me ofereceu um almoço no Palácio do Campo das Princesas, com todo o governo dele, para demonstrar a gratidão.

Em 2012, estourou um escândalo com o contraventor Carlinhos Cachoeira, com envolvimento de empreiteiras. Isso acabaria levando à criação de uma CPMI. O PT tentou aproveitar a investigação para atingir adversários políticos. O partido queria também atacar a *Veja*, pois o contraventor supostamente teria relação com um editor da revista.

Eu era vice-líder da bancada do PMDB e coordenava a atuação dos membros do partido na CPMI. Evitamos que a CPMI se concentrasse em questionar um órgão de imprensa, para ser um veículo de vingança política do PT.

A CPMI também tentou envolver governadores do PSDB e do PMDB, já que o então governador de Goiás, Marconi Perillo, teria relações com o contraventor. A denúncia envolvia também fatos do governo do Rio, à época

comandado por Sérgio Cabral – mas não seria da competência do Congresso Nacional o seu exame.

O PMDB atuou para evitar o envolvimento de qualquer governador. Depois se descobriu que o então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, teria sido vítima de extorsões de membros da CPMI para supostamente não o investigarem. Cabral denunciaria isso em acordo de colaboração premiada, informação obtida informalmente e sem confirmação, mas que certamente, se for verdadeira, em breve deverá ser conhecida da sociedade.

Nesse momento obtive a ajuda de Eduardo Campos, que colocou os representantes do PSB na CPMI para atuarem de forma a atender ao que o PMDB defendia. Para isso, fui visitá-lo em Recife.

Estava com interlocução frequente com Eduardo Campos. Já sabia que ele iria disputar de qualquer forma a sucessão de Dilma, a menos que o candidato fosse o Lula, por quem ele nutria respeito e admiração – e considerava que seria difícil derrotá-lo.

Eduardo Campos achava o que todos achavam – ninguém em volta do PT cresce; os que orbitam a legenda só servem para ficar de coadjuvantes. Jamais o PT abriria mão de disputar algo para apoiar algum partido aliado, isso estava no DNA do PT.

Cheguei a discutir com Eduardo Campos, autorizado por Michel Temer, a possibilidade de fusão entre o PMDB e o PSB, com Eduardo candidato a presidente, e, assim, teria uma estrutura forte para vencer. Mas ele não aceitou a ideia. Não confiava nos caciques do PMDB. Achava que não o deixariam ser candidato, apesar de concordar que nesse partido sua candidatura teria outro porte, seria mais viável.

Às vésperas da eleição municipal, Dilma cometeu um dos mais graves e grosseiros erros da sua gestão: mudou o regime tarifário do setor elétrico e das concessões, atingindo diretamente as empresas dos governos de São Paulo e Minas Gerais, editando uma medida provisória para essa finalidade, a MP 579.

A presidente fez um pronunciamento em rede nacional anunciando a

medida, e, embalada pela orientação do seu marqueteiro, construiu o discurso com o suposto objetivo de queda do preço da energia para as famílias. Na prática, criava um novo Bolsa Família na energia, para ter uma marca sua de atendimento às classes mais pobres, já que o programa de distribuição de renda era legado de Lula.

As eleições municipais ocorreram em 7 de outubro de 2012, em primeiro turno, e 28 de outubro, o segundo. O PT elegeu cinco prefeitos de capitais – incluindo a maior, São Paulo. O PSDB elegeu quatro prefeituras, sendo que aliados do governo venceram na maior parte das prefeituras. O PMDB continuou com o maior número de prefeituras do país.

Em seguida às eleições municipais, começou a discussão no Congresso da Medida Provisória 579. A relatoria da MP ficou com o então líder do PMDB no Senado Federal, Renan Calheiros. A relatoria revisora coube a mim.

Como eu não concordava com a MP, já que tinha conhecimento técnico para compreender que isso seria um desastre – fato que ficou comprovado depois e foi revisado após a saída de Dilma do governo –, começaram os atritos dentro do PMDB, provocados por Renan Calheiros, com receio da minha posição.

Renan era o candidato, já acordado com o PT, para suceder José Sarney na presidência do Senado. O cargo era um objetivo que ele perseguia desde sua renúncia, em 2007, sob o escândalo do pagamento das despesas de uma suposta amante por uma empreiteira. Ele não queria nada que abalasse sua eleição.

Por outro lado, também Henrique Alves era o candidato à sucessão da Câmara, já acordada com o PT desde 2011 – e não queria marola também em sua campanha. Eu poderia atrapalhar a caminhada, com a oposição à aprovação da medida provisória.

Em almoço com Michel Temer no Palácio do Jaburu, Renan disse que a MP era a criação do novo Bolsa Família da luz, e, se ficássemos contra, seríamos bastante prejudicados. Dilma e Renan fizeram uma enorme pressão junto a Michel Temer, que convocou uma reunião da executiva nacional do PMDB

para fechar questão a favor da votação da medida. Como eu me insurgia contra a medida e ameaçava ir à justiça, a reunião foi suspensa sem o fechamento da questão. Mas Henrique Alves me fez um apelo para que eu mudasse de posição, já que minha postura poderia atrapalhar a eleição dele, já acertada.

Cedi a Henrique Alves, porque a pressão que Dilma fazia era que não apoiaria os candidatos do PMDB, nem na Câmara, nem no Senado, se a medida não fosse aprovada pela minha atuação. Naquele momento, Dilma estava forte – e talvez tivesse condições de atrapalhar mesmo as eleições deles.

Isso acabou criando esse monstro decorrente da lei sancionada pela aprovação da MP 579, aprovada com o meu apoio a contragosto, e causando o mal que causou à economia do país. Eu me arrependo bastante desse apoio e talvez pudesse ter atrapalhado a votação, mas não conseguiria evitá-la, já que a maioria de Dilma era confortável. Mesmo Aécio Neves, membro da comissão mista que analisava a medida provisória, teve receio de se insurgir, apesar do prejuízo a seu estado – pois o mote da MP era a redução da conta de luz, que, depois se viu, era algo que não se sustentaria.

Aécio, como candidato à Presidência, não queria ter de enfrentar na campanha de 2014 a acusação de ter impedido que o brasileiro pagasse uma conta menor de luz. Dilma, como se achava especialista em energia – e, aliás, especialista em qualquer coisa –, cismou com o absurdo dessa MP sem debater corretamente nem ouvir a palavra de especialistas. As consequências eram previsíveis.

Novamente foram plantadas notas na imprensa em todo lado. Diziam que Dilma me odiava, me culpava pela discussão da MP e que iria me retaliar, tudo dentro do mesmo *script* de sempre.

Com a candidatura de Henrique Alves à presidência da Câmara, haveria a necessidade de eleição de um novo líder para a bancada do PMDB. Resolvi me candidatar, com a oposição de Henrique Alves e de Michel Temer, em função da pressão de Dilma, contrária a mim.

Como desafeto, ela já seria normalmente opositora à minha pretensão, mas

a situação tinha se agravado ainda mais pela minha posição na MP 579, que era a menina dos olhos dela.

Sandro Mabel, que tinha sido expulso do PR pela candidatura à presidência da Câmara em 2011, filiou-se ao PMDB e lançou-se candidato também a líder. Ele tinha, naquele momento, o apoio do governo, de Michel Temer e de Henrique Alves, que, apesar da proximidade comigo, temia que a minha eleição pudesse atrapalhar a dele.

Havia também a candidatura de Osmar Terra, tornando a eleição dura e de difícil decisão. Eu então resolvi fazer uma campanha em todos os estados e buscar o apoio dos governadores do partido, obtendo apoio de quatro dos cinco governadores, incluindo o do meu estado, Sérgio Cabral. Apesar de não ter relações fortes com ele, Sérgio Cabral deu o seu apoio por eu ser do Rio de Janeiro e por ter atuado na CPMI de Cachoeira, ajudando a evitar que ele fosse arrolado.

A campanha pela liderança correu em paralelo à de Henrique Alves à presidência, já que uma escolha foi marcada para a véspera da outra. Isso dificultava a articulação de Henrique Alves e Michel Temer contra mim.

Para neutralizar Temer, obtive o apoio de Geddel Vieira Lima e de Moreira Franco, que assumiram a linha de frente da campanha e, com isso, passaram a limitar a ação do vice-presidente. Para isso, assumi um compromisso com Moreira Franco – uma vez líder, apoiaria a pretensão dele de ocupar um ministério, já que estava em uma secretaria sem nenhuma função, a de Assuntos Estratégicos.

Como a eleição teria três candidatos, poderia ir para o segundo turno. Combinamos as regras entre nós: venceria o que tivesse a maioria absoluta da bancada em primeiro ou segundo turno. Passamos o mês de janeiro de 2013 em campanha. Moreira Franco e Geddel trabalharam para neutralizar a pressão que Dilma fazia em Temer, a fim de evitar a minha eleição.

A presidente também foi pressionar Sérgio Cabral para que não me apoiasse. Ela fazia de tudo para evitar minha eleição, inclusive colocando o governo para sinalizar que com meu concorrente, Sandro Mabel, os

deputados seriam mais facilmente atendidos.

Além de Dilma, Renan Calheiros também entrou contra mim. Seu filho, o então deputado e atual governador de Alagoas, Renan Filho, acabou apoiando Sandro Mabel. José Sarney também, com a bancada do Maranhão.

Consegui ajuda de outros partidos. Os deputados João Carlos Bacelar, do PR da Bahia, e Lázaro Botelho, do PP de Tocantins, se licenciaram do mandato por quatro meses – sem vencimentos –, para que assumissem suplentes do PMDB que tinham sido coligados desses partidos na eleição de 2010.

Assumiram, então, Marcelo Guimarães, ligado a Geddel, e Leomar Quintanilha, ligado ao deputado Júnior Coimbra, meu apoiador. Conquistei dois votos a mais e elevamos a bancada dos aptos a votar de 79 para 81 deputados.

Enfrentei todos, inclusive aqueles que eram os meus principais parceiros políticos naquele momento, Michel Temer e Henrique Alves. Venci a eleição. Tive 40 votos no primeiro turno, contra 26 de Sandro Mabel e 13 de Osmar Terra, além de uma abstenção, a de Henrique Alves. Nem deveria ter tido segundo turno, já que tive mais votos do que a soma dos outros dois candidatos.

Como Sandro Mabel exigiu o segundo turno, concordei. Não queria atritar mais a bancada. Aí foram 46 votos para mim contra 32 de Sandro Mabel, com duas abstenções, mesmo com Osmar Terra declarando apoio a Sandro Mabel.

A vitória foi contundente e deixou sequelas na eleição de Henrique Alves no dia seguinte. Ele se elegeu presidente da Câmara, mas com menos votos do que o esperado – a candidatura alternativa do PMDB, da então deputada Rose de Freitas, acabou amalhando os votos de uma parte da bancada do partido, insatisfeita com a omissão de Henrique Alves na minha campanha.

Inconformado com a derrota, Sandro Mabel entrou com um mandado de segurança no STF, visando a anular a eleição. Seu gesto, desesperado, irritou a todos, de Michel Temer aos deputados que o apoiaram. A iniciativa não teve sucesso e ele amargaria um longo período isolado na bancada. Com o tempo,

recuperei a relação com ele – que acabou virando um apoiador da minha liderança.

Assim, em 4 de fevereiro de 2013, Henrique Alves foi eleito presidente da Câmara e Renan Calheiros conseguiu voltar à presidência do Senado, com o mandato de ambos até 31 de janeiro de 2015.

Renan deu a volta por cima, mas tinha alta rejeição da população. Na sessão de reabertura do Congresso, ele passou o constrangimento de ter manifestantes na porta, vaiando-o. Renan acabaria sendo um dos alvos das manifestações de junho de 2013 – sua renúncia era um dos pedidos dos manifestantes.

Apesar da oposição de Dilma, como líder eu não podia atuar contra o governo se essa não fosse a vontade da bancada. O líder tem de demonstrar respeito à vontade da maioria, sob pena de perder a liderança.

Além disso, precisava recompor a relação com Michel Temer e Henrique Alves, abalada pelo apoio deles a Sandro Mabel.

Foi o momento em que trabalhamos para consolidar um espaço maior da bancada do partido. Com o agravamento da situação da doença do deputado Mendes Ribeiro, que viria a falecer depois, Dilma pediu ao partido que o substituísse. Então, eu, Henrique Alves e Michel Temer, já novamente atuando em conjunto, aproveitamos para indicar para o lugar o então deputado Antônio Andrade, de Minas Gerais, que tinha me apoiado e representava a segunda bancada do partido.

Também conseguimos que se desse um *upgrade* na situação de Moreira Franco. Ele foi alçado à Secretaria de Aviação Civil, cargo de ministro de Estado. Com isso, eu cumpria meu compromisso firmado com ele durante a minha campanha para a liderança.

Mesmo com a ajuda, sabia que ele continuaria sendo meu adversário no partido. A aliança havia sido apenas circunstancial – Moreira queria trocar de cargo de qualquer maneira e não teria conseguido se o líder da bancada não o apoiasse.

Em menos de dois meses de liderança consegui ajudar a emplacar, junto

com Henrique Alves e Michel Temer, dois nomes para o ministério de Dilma – embora Moreira Franco fosse bem próximo de Temer e Antônio Andrade tivesse a bancada do partido de Minas Gerais por trás.

Como líder, contudo, eu precisava ter o respaldo da bancada mineira. A favor de Antônio Andrade contava o fato de a bancada mineira ter perdido a diretoria da Petrobras. A mim foi atribuída a nomeação do diretor em 2008, fato absolutamente falso e delirante.

A partir desse momento, a própria bancada do PMDB já imaginava e defendia minha candidatura à presidência da Câmara. Alguns partidos da base do governo também. Eu tinha um perfil que agradava a eles. Fazia e cumpria os acordos. Era solidário. Mas não iria disputar contra Henrique Alves, que teria direito à reeleição – o que só não ocorreu porque ele acabou preferindo concorrer ao governo do seu estado, o Rio Grande do Norte.

Na escolha das comissões que caberiam a cada legenda, acabei organizando um acordo com os demais partidos. Abri mão de espaços do PMDB e aceitei ceder a comissão de transportes para o deputado Rodrigo Maia – atendendo a seu pedido, já que ele não conseguiria ter direito a essa comissão pelo DEM, que contava com uma bancada pequena. Depois disso tudo, acabei saindo da distribuição das comissões ainda mais fortalecido.

O STF aceitou em plenário uma denúncia do procurador-geral da República contra mim: de uso de documento falso, em função de uma certidão dada pelo Ministério Público do Rio de Janeiro, falsificada por um procurador de Justiça do Estado, sem a minha ciência, e que tinha sido utilizada por mim em petição junto ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

A denúncia foi aceita pelo plenário do STF, por maioria de seis votos a favor e três contrários, instaurando-se uma ação penal. Fui absolvido por unanimidade no julgamento, ocorrido em agosto de 2014. Meu advogado na causa foi o atual ministro do STF, Alexandre de Moraes.

A condução da liderança e de apoio ao governo caminhava sem atritos. O PMDB estava votando sem dificuldades as pautas e o governo ia bem, com

alta aprovação de Dilma e uma base consolidada. Isso tudo tornava difícil o governo ser derrotado no Congresso.

Veio então a primeira grande confusão: a votação da Medida Provisória 595, a MP dos portos, que virou depois a Lei nº 12.815, de 2013. O governo mudava a regulamentação dos portos no país, e havia bons e maus conceitos. A exemplo do ocorrido na MP 579 do setor elétrico, eu tinha restrições de ordem técnica a alguns pontos. Autorizado pela bancada, resolvi lutar por eles.

A medida provisória continha uma aberração, em favorecimento da Odebrecht – depois confirmada pela delação de Palocci, que afirmou que a edição dessa medida teria sido para resolver uma disputa da empresa no Tribunal de Contas da União.

A necessidade de favorecimento à Odebrecht decorria do fato de que ela detinha o controle da empresa Embraport, que possuía, em regime de autorização, um terminal portuário no porto de Santos – sendo que o regime de autorização só permitia o transporte de carga própria, mas a Embraport estava comercializando e transportando carga de terceiros. Por isso estava enfrentando questionamentos judiciais e perante o Tribunal de Contas da União.

A Medida Provisória mudava o sistema de concessões e autorizações do sistema portuário do país, retirando o conceito de carga própria e carga de terceiros. Passou-se a considerar concessão toda a área dentro do chamado porto organizado e autorização toda a área fora do chamado porto organizado.

As áreas concedidas tinham a obrigação de utilizar a mão de obra organizada do porto, mais onerosa. O prazo de concessão era de 15 anos, prorrogáveis por mais 15 anos – direito obtido por licitação mediante pagamento de outorga.

As áreas fruto de autorização não eram sujeitas a licitação. Teriam prazo de 25 anos, prorrogáveis por mais 25 anos, e não estavam obrigadas a utilizar mão de obra organizada do porto. Também não tinham nenhum pagamento

de outorga.

Aí vem o pulo do gato da MP: as autorizações existentes na data da medida, mesmo dentro do porto organizado, continuariam valendo por prazo de 25 anos, prorrogáveis por prazos iguais sucessivos – e poderiam transportar cargas de terceiros, legalizando o desrespeito da Odebrecht à lei anterior, acabando com a disputa com o TCU e ainda dando um prazo infinito de prorrogações. A MP tornava a área autorizada dentro do porto organizado uma propriedade da Odebrecht. Ou seja, era ou não era a MPda Odebrecht?

Sabedor disso, por entender o que estava sendo estabelecido e sem querer confrontar o governo e a Odebrecht, atuei para alterar alguns pontos técnicos da MP. Como o relator era o senador Eduardo Braga, do PMDB, líder do governo Dilma no Senado naquele momento, tive de acabar cedendo ao fim para não tumultuar a relação do partido com a presidente – embora tenha sido acusado pelo governo de atrapalhar aquela votação.

O governo cedeu em alguns pontos para diminuir a aberração da MP. Isso serviu de desculpa para que eu cedesse também. Com isso, o PMDB passou a ajudar na Câmara.

Dilma manifestava, através de notas e matérias plantadas, a extrema irritação comigo por causa dessa atuação. Eu estava prestes a ser fuzilado em praça pública, por ela, pessoalmente – se considerarmos que era verdadeiro o que saía na imprensa.

É estranho que até agora esse assunto, que não fez parte da delação da Odebrecht, não tenha sido objeto de investigação e responsabilização. Em toda a minha história no parlamento, nunca vi um ato de governo tão carimbado para beneficiar uma empresa como esse.

Em entrevista veiculada pelo jornal *Valor Econômico* em 10 de maio de 2013, denunciei os beneficiários da MP, sem mencionar a Odebrecht, mas citando o nome da empresa dela, a Embraport, além de outras três companhias que se beneficiariam.

Mesmo com a minha atuação favorável, a MP iria perder a validade. Varamos a madrugada inteira na Câmara, em uma sessão de obstrução da

oposição na qual, pela primeira vez, vi obstruírem a redação final de uma proposta legislativa e levarem toda a noite discutindo isso.

A dificuldade maior era manter o número de parlamentares em plenário durante todo esse tempo, já que muitos, pela idade e condição de saúde, não aguentaram e acabaram saindo da sessão, deixando o número insuficiente para conseguir vencer.

Quando o então líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia, já dava entrevista admitindo a derrota da MP – que iria perder a validade naquele dia e ainda precisava ser votada no Senado, sentei-me ao lado de Henrique Alves, às 7 horas da manhã, depois de toda a noite de embates. Disse a ele que devia fazer algo para que a queda da MP não caísse no nosso colo.

Henrique pediu sugestões. Disse a ele que encerrasse aquela sessão, convocasse outra sessão extraordinária em seguida – e chamássemos e acordássemos todos aqueles que tinham ido dormir nas suas casas para que viessem votar. Henrique acabou concordando. Isso feito, houve êxito, e, às 10h30 da manhã, a MP estava aprovada e enviada ao Senado, que acabou votando naquela tarde.

Paguei um preço por me opor à MP da Odebrecht sem dizer as razões – para não agravar o fato e gerar uma situação de rompimento com o governo e também com a companhia. No meio do caminho, a Odebrecht me procurou pedindo ajuda para a votação e dizendo que a MP resolvia um problema de uma empresa da qual o governo era sócio indireto, através do FGTS.

Logo em seguida a essa votação, iniciou-se o movimento das manifestações de junho de 2013. Foi um movimento que alterou e influenciou muita coisa daí em diante.

PARTE II

O COMEÇO DA DERROCADA DE DILMA

10

Manifestações de 2013, um divisor de águas

As manifestações de 2013 foram consequência de diversos fatores – como uma queda de avião, que geralmente resulta de um conjunto de falhas, e não de um fato isolado. E acabaram dando no que deu.

Vivíamos um período de calma, ainda em processo de recuperação econômica dos efeitos da crise internacional de 2008. Era alta a aprovação de Dilma e se tentava o controle da inflação, a recuperação econômica e a manutenção do nível de empregos, inclusive com a acentuação da política de desoneração da folha de pagamento das empresas.

Havia um grande esforço no cumprimento das exigências para a realização da Copa do Mundo de 2014, dentro de um chamado padrão Fifa de qualidade, inacessível para a maioria dos brasileiros. Também era empenhado, no Rio, esforço para as Olimpíadas.

A Copa das Confederações estava programada para iniciar e, naquele momento, seriam testados os estádios construídos para a Copa do Mundo – ao preço de bilhões de investimentos diretos e indiretos do governo federal.

Havia a clara noção de que esses investimentos seriam sem retorno, pois os estádios ficariam abandonados depois da Copa, em centros sem tradição no futebol no país. E foi o que realmente aconteceu.

Na ânsia de controlar a inflação, o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, fez um acordo com os então prefeitos do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, e de São Paulo, Fernando Haddad, para segurarem os aumentos das tarifas de ônibus. A previsão era de que o reajuste ocorresse em janeiro de 2013.

Tradicionalmente os aumentos de tarifas de ônibus são feitos em janeiro, no início do ano, em geral no fim de semana. É um período em que os estudantes

estão em recesso escolar e grande parte da população economicamente ativa está em férias ou ainda nas folgas de fim de ano.

Assim, o momento é o ideal para evitar manifestações, que eram comuns no passado. Eu me lembro bem que um aumento de tarifas de ônibus, ocorrido no Rio de Janeiro no meio de uma semana, em mês de período escolar, levou a uma quebradeira na avenida Rio Branco, com consequências enormes. Isso no governo Sarney.

Contudo, naquele 2013, por conta do acordo firmado com Mantega, os prefeitos do Rio de Janeiro e de São Paulo acabaram tendo de promover o reajuste no meio do período escolar, o que levou à indignação dos estudantes e da população.

Havia também a tramitação de uma proposta de emenda constitucional de 2011, de número 37. De autoria do então deputado Lourival Mendes, o texto acrescia um parágrafo ao artigo 144 da Constituição, colocando a apuração das infrações penais na incumbência privativa da Polícia Federal e das polícias civis dos estados e do Distrito Federal.

Essa proposta de emenda constitucional veio depois do início de uma discussão do STF conferindo poderes de investigação ao Ministério Público, em julgamento que só seria concluído em 2015, mas com a maioria já obtida em 2012. Isso levou a um acirramento entre as polícias e o Ministério Público, que passou a ter poder de investigar, além de acusar – só faltando o de julgar. Ou seja, na linguagem do futebol, seria o mesmo que um jogador bater o escanteio, correr para cabecear a bola e defender o gol.

A PEC estava em discussão, prestes a ser votada, e enfrentava forte oposição do Ministério Público. Este divulgava de maneira ardilosa e incorreta que a proposta atrapalharia o combate à corrupção e seria a PEC da mordaza.

O julgamento do processo do Mensalão corria no STF. Condenações penais já haviam sido feitas e estavam na fase de julgamento dos embargos. Após isso, os condenados deveriam ser presos para o cumprimento das penas, pois haveria trânsito em julgado.

Com esse quadro, começava uma série de eventos, desencadeados com a

autorização da prefeitura de São Paulo para o aumento da tarifa de ônibus em 20 centavos. Surgiu uma série de manifestações na capital paulista, em protesto contra o aumento. Os atos eram convocados por movimentos sociais, entre eles o Movimento Passe Livre.

Outras capitais também tiveram reajustes e protestos semelhantes, que começaram a ganhar corpo, intensidade e, em alguns casos, foram acompanhados de atos de violência.

O governo Dilma havia concedido uma desoneração do PIS e do Cofins para o transporte público. Isso deveria ter evitado o aumento – ou pelo menos diminuído seu percentual. Mas não foi o que ocorreu.

O movimento detonou uma série de protestos pelo país. As reivindicações iam variando a cada momento, mudando e ampliando as insatisfações. Quando Dilma compareceu ao jogo inaugural da Copa das Confederações em Brasília, em 15 de junho de 2013, foi vaiada. O impacto foi tanto que ela acabou preferindo não ir ao jogo final, vencido pelo Brasil – na programação original, caberia à presidente a honra de entregar a taça ao time campeão.

Nos dias seguintes à vaia, os protestos aumentaram de forma bem acentuada, chegando às principais capitais e culminando com multidões nas ruas do Rio de Janeiro, de São Paulo e Brasília, entre outras. A pauta começou a ser difusa, com ausência de lideranças políticas. Inclusive não eram permitidas bandeiras partidárias.

Juntos, estavam os que protestavam contra a PEC 37, os que pediam a renúncia de Renan Calheiros, os que clamavam pelo combate à corrupção, os que solicitavam melhoria de serviços públicos. Todos queriam o padrão Fifa de qualidade. Havia também, claro, os manifestantes pela tarifa zero nos transportes públicos, que incluía, por óbvio, a revogação dos aumentos das passagens.

Pressionados, os prefeitos do Rio e de São Paulo revogaram a autorização dos reajustes das tarifas de ônibus. Mas o fato em nada adiantou para a contenção das manifestações.

Lembro-me de um manifestante dizer, em entrevista à TV, que apoiava o

protesto dos outros para que eles apoiassem o seu protesto. O cúmulo. Além de a pauta ser difusa, ela era anárquica.

Foi quando começou um movimento – organizado por militantes de apoio ao governo, segundo alguns, ou por anarquistas – em que manifestantes entravam nos protestos e saíam quebrando tudo o que viam pela frente. Eram os *black blocs*. E a violência impetrada por eles acabava com as manifestações, afastando as famílias que iam para as ruas de forma pacífica.

Com a atuação desses agressores, organizados ou não pelo governo – mas que certamente se beneficiou das agressões –, os protestos foram arrefecendo, acabando em seguida. O saldo, contudo, foi um *tsunami* em todos os sentidos. A aprovação de Dilma caiu 26% em uma semana, mostrando quanto a voz das ruas poderia afetar a eleição de 2014.

Os movimentos eram combinados pela internet e, à semelhança do ocorrido com a Primavera Árabe, mobilizavam os jovens, em primeiro lugar, e, em seguida, os demais setores da sociedade.

Nos dois mandatos de Lula houve um ganho de renda *per capita* da população, com a popularização de bens e serviços antes inacessíveis. Muitos viajaram de avião pela primeira vez e passaram a ter esse hábito, além de outras facilidades que levaram a uma melhoria de classe social, com a inclusão de uma parcela dos mais pobres.

No governo Dilma, em seguida à grande crise internacional de 2008 que afetou – e muito – o crescimento econômico do país, muitos que tinham tido melhoria de renda retrocederam parcialmente. Os jovens, filhos dessa nova classe média formada no período Lula, se revoltaram – eles não conseguiam mais obter os bens e serviços que haviam conquistado. Esse sentimento floresceu nas manifestações.

Foi mais ou menos o cidadão ter de sair do avião e voltar a andar de ônibus, o jovem perder a condição de estudar, comer, se vestir e se divertir. Tudo caía para degrau inferior ao que a população já tinha se acostumado. Enquanto isso, o povo assistia ao governo implantar, para a Copa do Mundo, o tal padrão Fifa de qualidade, inatingível para a maior partados brasileiros.

As forças do Ministério Público souberam usar muito bem as redes sociais e conseguiram colocar a questão da PEC 37, que ninguém sabia do que se tratava, na boca do povo. Com isso, impediram sua aprovação.

A propaganda feita dava a entender que barrar a PEC resolveria o problema da corrupção, sobrando mais dinheiro para a população. Foi emplacado o discurso de que, com a polícia investigando, em vez do Ministério Público, aumentaria a corrupção.

No dia em que Dilma foi vaiada, embarquei, junto de Henrique Alves, para uma viagem à Rússia, anteriormente programada. Seguíamos com uma comitiva de deputados, entre eles o então líder do governo, Arlindo Chinaglia, e também Ronaldo Caiado, Bruno Araújo, Fábio Ramalho, Rubens Bueno e Felipe Maia.

Estávamos em Moscou, na segunda-feira seguinte, dia 17 de junho, quando estourou a maior das manifestações. Na quarta, 19 de junho, quando estávamos em São Petersburgo, após o jantar – em função da diferença de fuso horário –, soubemos da manifestação programada para Brasília no dia seguinte, 20 de junho. Decidimos ali que tanto Henrique quanto Arlindo Chinaglia deveriam antecipar o retorno. Eles pegaram um voo que sairia em poucas horas, na quinta-feira.

Os presidentes da Câmara anteriores a mim, assim como eu, nunca utilizaram aviões da FAB para voos internacionais. Tal prática ficou comum com o deputado Rodrigo Maia. Gera um gasto exorbitante, desnecessário. Deveria ser coibida.

Henrique e Chinaglia voltaram e eu fiquei com o restante da delegação. Cumprimos o último dia de agenda e retornamos ao Brasil na sexta, dia 21. À noite, já no Rio, vi o clima de desordem na cidade, com as pessoas assustadas e com medo de circular.

Dilma fez um pronunciamento em cadeia de rádio e TV acenando para os movimentos, combatendo a violência ocorrida nas manifestações e anunciando que chamaria governadores e prefeitos de capitais para uma reunião – que acabou ocorrendo na segunda seguinte, dia 24.

Na reunião, a presidente anunciou uma série de pactos que gostaria de fazer com relação a mobilidade urbana, educação, saúde, combate à corrupção e reforma política, mediante convocação de plebiscito.

Dilma tentou passar a sua interpretação de que os movimentos seriam decorrentes de a população não se sentir representada pelos políticos – em sua visão, não por ela, mas pelo Congresso. A presidente foi oportunista e tentou ali emplacar as pautas do PT de reforma política, que implicavam financiamento público de campanha e votação por lista fechada para a Câmara dos Deputados.

Assim, Dilma encaminhou ao Congresso uma proposta de convocação de plebiscito que propunha a discussão de cinco pontos, a saber: o financiamento de campanhas, se público, privado ou misto; o sistema de votação, se por voto proporcional, por lista fechada e flexível, majoritário, distrital, distrital misto ou em dois turnos com lista fechada em primeiro turno e escolha dentro da lista em segundo turno; a manutenção ou não das coligações partidárias; o fim da suplência de senador; o fim do voto secreto no Congresso.

Ou seja, Dilma queria convencer a todos de que o voto em lista ou o financiamento público iriam resolver as demandas das manifestações. Ela achava que isso seria o suficiente para conter as manifestações, que já estavam naquele momento diminuindo pelo uso da violência dos *black blocs*.

Ela anunciou investimentos de mobilidade urbana, 50 bilhões de reais, e a mudança da destinação dos *royalties* do petróleo, que deveriam ser então investidos em educação. Anunciou também um programa para trazer médicos do exterior – o Mais Médicos, lançado em 8 de julho de 2013. Foi o programa que trouxe médicos cubanos ao Brasil, em meio a muita polêmica sobre a qualificação desses profissionais.

O acerto das propostas de Dilma pode ser medido pela sua acentuada queda nas pesquisas, de 26 pontos percentuais, causada pelas manifestações, sendo que esse índice iria se manter até o período eleitoral de 2014. Além disso, passou a haver um desrespeito à figura da presidente da República. Dilma passou a ter de aturar xingamentos em público, fato que aconteceu até mesmo

depois de sua reeleição.

Sobre a ideia do plebiscito, Henrique Alves constituiu um grupo que, em 90 dias, deveria ter uma proposta de reforma política. Qualquer alteração que fosse feita no processo eleitoral teria de ser aprovada até um ano antes das eleições de 2014, conforme dispositivo constitucional.

Todos sabiam que seria impossível aprovar qualquer emenda constitucional em tão pouco tempo. O plebiscito só serviria para tirar a legitimidade do próximo Congresso, a ser eleito em 2014 – pois, se fosse escolhido outro sistema, os eleitos por um sistema velho estariam deslegitimados.

A proposta do plebiscito foi distribuída às comissões e foi inicialmente para a Comissão de Finanças e Tributação, em que o PMDB comandava a comissão. Como eu era membro, fui designado relator pelo presidente da comissão, em acordo com os líderes de PSDB, DEM, PPS, PP, PTB, PSC, PR, Solidariedade e Republicanos. Com isso, não dei seguimento à proposta e deixei vencer o prazo de um ano antes da eleição de 2014, sem relatar a matéria, que nunca chegou a ser analisada.

O grupo de deputados formado por Henrique Alves formulou uma proposta política. Sob a coordenação de um deputado do PT, Cândido Vaccarezza, elaboraram um projeto apresentado na forma de Proposta de Emenda Constitucional (PEC), junto à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, a CCJ.

A tramitação de uma PEC na Câmara implica primeiro ter a sua admissibilidade votada na CCJ e depois criada uma comissão especial, em que o mérito é analisado em um prazo de até 40 sessões de deliberação da Câmara, sendo que existe um prazo de dez sessões para apresentação de emendas. Só depois de vencido o prazo de emendas, a PEC pode ser votada na comissão especial.

A proposta não teve sua admissibilidade votada na CCJ, por obstrução do PT. Até que eu, assumindo a presidência da Câmara, avoquei a matéria para o plenário, para votar a admissibilidade da PEC, em substituição à CCJ. A partir daí, dei curso à reforma política que aprovei na Câmara, mas que foi

engavetada depois no Senado por Renan Calheiros.

Além disso, outras medidas foram tomadas pelo Congresso, sendo que Henrique Alves levou a votação da PEC 37 ao plenário da Câmara, em acordo com todos os líderes para derrotá-la, concedendo vitória ao Ministério Público sobre as polícias, consolidando um poder absoluto nas mãos deles.

Outras propostas foram também votadas e têm consequências até hoje, como o projeto de lei que supostamente teria sido feito para o combate às organizações criminosas, que foi usado para incorporar as delações premiadas como método de destruição das quadrilhas.

Ocorre que todos foram enganados, achando que isso seria um instrumento de combate ao crime organizado. Todo o debate do projeto de lei – que começou com o PT no Senado, foi alterado na Câmara e retornou ao Senado – acabou sendo usado por Renan Calheiros como resposta às manifestações.

Embora estivesse clara a motivação do projeto, o instrumento foi desvirtuado e gerou as delações premiadas que nortearam a atuação do Ministério Público, especialmente no caso da investigação da Lava Jato, comandada pelo então juiz Sergio Moro – de forma politizada e direcionada politicamente.

Durante aquele período, todos atiraram a esmo, achando que estariam respondendo aos anseios das manifestações das ruas. Mas ninguém fez nada que efetivamente respondesse às ruas. E até hoje ninguém tem a verdadeira convicção do que realmente as ruas queriam – mas fica a certeza: basta um palito de fósforo para que uma explosão ocorra.

11

A reeleição de Dilma e o início da demanda pelo impeachment

Com as manifestações contidas pela violência, mas presentes como fogo remanescente de um incêndio, que necessita de rescaldo dos bombeiros, e sem a menor possibilidade de continuação da ideia de um plebiscito – que, além de não poder mudar nenhuma legislação a tempo de valer nas eleições de 2014, serviria somente de palanque antecipado para o PT –, Dilma mudou a forma de articulação política.

Com receio de sofrer derrotas no Congresso e tentando recuperar parte da popularidade perdida, sem saber como nem onde encontrá-la, a presidente passou ela mesma a concentrar o papel da articulação política. Ela começou a se reunir, quase que semanalmente, com os líderes dos partidos que compunham sua base, me incluindo, e dialogando de uma forma que não vinha ocorrendo nos dois anos e meio anteriores.

Dilma não tinha muita paciência para o jogo político. Como era a dona da verdade em tudo o que fazia, demonstrava muita dificuldade nesse tipo de encontro. Eram reuniões nas quais ela precisava agir com humildade, dialogar, ceder e às vezes ouvir o que não gostaria.

Depois do atrito na votação da MP dos portos, a imprensa continuou noticiando alguns outros desentendimentos. Tudo o que acontecia ferindo a vontade governista acabava ficando na minha conta, incluindo a sempre presente disputa de cargos, em que o governo atendia parcialmente ao PMDB, sempre tendo de lidar com o descontentamento do PT.

Mas os cargos do PMDB eram sempre tutelados por petistas colocados próximos. Um ministro peemedebista não tinha liberdade para quase nada. Em resumo, o PMDB tinha os ministros, mas não os ministérios.

Com a bancada insatisfeita, elaborei uma Proposta de Emenda

Constitucional limitando o número de ministérios a 20. Coloquei isso como proposta de alteração do artigo 88 da Constituição. Tal proposta serviria também como uma resposta às manifestações.

Óbvio que a ideia não prosperaria. Os outros partidos da base não apoiariam, já que poderiam perder ministérios. Mas fiz isso para perturbar o governo e dar um recado: poderiam tirar os nossos ministérios, pois, daquele jeito que estava, isso não faria nenhuma diferença para nós.

Isso irritava ainda mais Dilma. As notas de jornais, a cada dia mais, me colocavam como seu adversário. Esse embate, longe de me prejudicar, acabava me dando notoriedade acima da média.

Como a situação política naquele momento não era mais a mesma, Dilma teve de dialogar, inclusive comigo. Até que se saiu bem nesse período. Talvez, se tivesse continuado assim, o seu destino tivesse sido outro. Foi um período em que ela conseguiu aprovar tudo o que quis, teve solidariedade dos partidos, convivência harmoniosa e até momentos de simpatia.

Entre outras vitórias de Dilma, estava um pacto que foi feito com os partidos aliados de que não aprovaríamos nada que implicasse aumento de despesas. Isso, por si só, já era um ganho enorme para o governo – basta ver o que ocorre nos dias de hoje, quando bilhões de reais de gastos são criados pelo parlamento, com a maior cara de pau do mundo, inviabilizando qualquer controle dos cofres públicos e qualquer governo.

Dilma, nesse período, tentava se mostrar simpática de toda maneira. Houve até uma foto dela comigo, que viralizou na internet – eu havia acabado de fazer uma sessão de transplante capilar, o vulgarmente chamado implante de cabelo, para diminuir a calvície, e tive de comparecer à reunião de boina, o que gerou muitas brincadeiras. Ela fez a foto comigo com o adereço, que acabou divulgada na imprensa.

A revista *Época*, em agosto de 2013, trouxe uma reportagem sobre supostas irregularidades na Petrobras, envolvendo operações na área internacional com suposta participação do PMDB – a bancada do partido de Minas Gerais havia nomeado o diretor da área internacional, que ficou de 2008 a 2012.

A denúncia envolveria um suposto operador de negócios que teria sido gravado pelo repórter e, em uma série de palavras soltas, acabou gerando uma denúncia de que o PMDB e o PT estariam operando negócios ilícitos nessa diretoria.

Imediatamente, como líder do partido, fiz requerimento para que o suposto operador fosse prestar esclarecimentos na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara, em que o requerimento foi aprovado. Como a presença não é obrigatória, como em convocações de uma CPI, ele acabou não comparecendo.

A denúncia da matéria não citava participação minha nos assuntos. Mas o chefe da Lava Jato, Sergio Moro, usou essa reportagem como prova de acusação contra mim e contra outros, apesar do desmentido do suposto operador e de não se ter feito nenhuma perícia na suposta gravação.

Moro usou como base da minha condenação por corrupção passiva, em sua vara de Curitiba, o fato de um delator, que nunca tinha me visto na vida, um ex-gerente corrupto da Petrobras, Eduardo Musa, ter dito que ouviu dizer que o ex-diretor da área internacional da Petrobras, Jorge Zelada, tinha sido nomeado pela bancada de Minas Gerais do PMDB, mas que a última palavra teria sido minha. Mas, na época da sua nomeação, não tive nenhuma influência.

Isso tudo apesar dos testemunhos que coloquei na ação, do líder do partido na época, Henrique Alves, de Michel Temer, de deputados mineiros do PMDB e do ex-presidente Lula. Nenhum desses depoimentos confirmou a tese do delator, tão absurda, mas que serviu como encomenda para Moro justificar a sentença.

Até o depoimento do delator era contraditório em relação a outros depoimentos dados em outras ações, mas o Ministério Público o induziu a falar o que falou, para dar a justificativa a Moro, que ignorava a lei das delações, na qual consta que ninguém pode ser condenado só com base na palavra de delator.

Moro usava reportagens e entrevistas dadas por mim como elementos de

provas. Mas o fazia de forma completamente fora do contexto, visando dar suporte a suas acusações. Além disso, tinha a simpatia dos órgãos de imprensa para divulgar o que fazia.

Ele nunca respeitou o devido processo legal. Apresentava como surpresa, em interrogatório, entrevistas que a pessoa poderia ter dado ou não da forma publicada, visando encontrar meios de corroborar suas teses.

Em 17 de agosto, Dilma anunciou sua escolha para a Procuradoria-Geral da República: Rodrigo Janot sucederia Roberto Gurgel. A eleição interna havia ocorrido em abril, com Janot como primeiro colocado da lista tríplice, com 511 votos – seguido de Ela Wiecko, com 457 votos, e Deborah Duprat, com 445 votos.

Dilma não queria escolher Janot, preferindo uma das duas mulheres, mais ligadas ao PT. Contudo, no auge das repercussões das manifestações, avaliou ser melhor seguir a linha adotada por Lula em 2003, decidindo pelo mais bem votado da lista. Foi decisiva a interferência de José Eduardo Cardozo, se cacifando com isso como o principal interlocutor de Janot – o que teria grande influência em todo o processo de impeachment de Dilma.

Janot era sindicalista do Ministério Público, não tinha grandes apoios do PT e dificilmente seria nomeado, não fosse Cardozo. Além disso, sua diferença como primeiro da lista era pequena, demonstrando que não causaria desconforto na classe a nomeação de qualquer nome da lista.

Também favoreceu a nomeação de Janot o apoio do então procurador Eugênio Aragão, que viria a ser ministro da Justiça de Dilma em seus últimos dias. Ele era um dos candidatos à vaga do STF do PT – poderia ter sido nomeado, não fosse a aprovação da chamada PEC da Bengala.

Os acordos de Janot com Cardozo, que levaram à nomeação e, depois, à recondução dele, tiveram impacto em todos os processos contra mim. Analisando agora, diria que esse foi o grande alavancador de todo o processo de impeachment, pela sua falta de escrúpulos de servir aos que o nomearam.

O PSB anunciou o rompimento com Dilma em 18 de setembro de 2013. Com a saída do governo, a legenda lançou a candidatura de Eduardo Campos

à Presidência.

Sem ter conseguido registrar seu partido, a Rede, a tempo de poder disputar as eleições, Marina Silva firmou acordo com Eduardo Campos: filiou-se ao PSB. Era uma vitória política para Eduardo Campos, que tirava, assim, da disputa presidencial aquela que tinha sido a terceira colocada no pleito de 2010.

O anúncio da candidatura do pessebista antecipou o movimento sucessório. Eduardo se comprometeu, para atender ao grupo de Marina, a não buscar apoio de forças conservadoras, ligadas ao agronegócio, citando nominalmente Ronaldo Caiado.

Era um movimento arriscado. Eduardo sabia que não seria por uma terceira via que chegaria ao segundo turno. Sabia também que nada tirava o PT do segundo turno. A lógica seria tentar desbancar o PSDB. Para isso, Eduardo precisava ser o anti-PT. Desprezando essas alianças, não seria fácil a tarefa.

Então presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o ministro Felix Fischer promoveu um almoço com os líderes partidários e o então presidente da Câmara, Henrique Alves. Ele pedia a votação da PEC da Bengala. Apesar de minha simpatia, inclusive considerando a iminência da aposentadoria do então ministro Gilson Dipp, alertamos que, naquele momento, seria quase impossível.

O governo era radicalmente contrário a essa PEC, que tinha sido aprovada pelo Senado. Além disso, havia uma revolta do governo e do PT contra o então presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, o relator do Mensalão. Votar uma proposta de dar mais cinco anos de tempo de STF para Joaquim Barbosa seria tarefa bastante difícil. Dissemos isso a ele.

O Senado aprovou uma minirreforma eleitoral que, enviada à Câmara, sofreu obstrução cerrada do PT. Isso levou-nos a um atrito com o partido governista. Até Dilma interferiu para que se cessasse a obstrução, já que o PMDB ameaçava não votar mais nada, nem mesmo a medida provisória do programa Mais Médicos.

Eu era relator de um projeto de lei complementar do governo que alterava o

indexador das dívidas de estados e municípios para com a União. Havia chegado a um acordo com o Ministério da Fazenda visando a redução delas, retroagindo a mudança do indexador à data de assinatura do contrato, limitando a variação da taxa Selic – o que os ajudaria bastante.

Essa mudança era de interesse dos estados e prefeituras governados por petistas, em especial do governo gaúcho e da prefeitura paulistana. Mas o maior beneficiário era a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro, que iria zerar sua dívida.

Com a obstrução petista na minirreforma eleitoral, resolvi não me posicionar nesse projeto até a minirreforma ser votada. Isso acabou acontecendo pelo interesse do PT na sua prefeitura de São Paulo – vencendo, com isso, a obstrução do partido.

Essa obstrução era mais uma demonstração de que o PT descumpria acordos. Em tratativa realizada na frente de Dilma, o PMDB havia cedido para aprovar as medidas provisórias. Isso levou a um duro embate em plenário, entre mim e o PT, obrigando-me inclusive a obstruir as comissões presididas pelo partido até que cessasse a obstrução deles.

Começam a surgir os atritos, por conta da discussão do projeto de lei governista que tratava do chamado Marco Civil da Internet. Para Dilma, o projeto era questão de honra. O argumento é que seria uma resposta ao grampo do governo americano que ela havia sofrido. Na verdade, era mais uma pauta ideológica, com pontos equivocados que precisavam ser corrigidos.

A discussão estava mais contra os pontos adotados pelo relator do projeto na Câmara do que da proposta enviada pelo governo – que não tinha qualquer oposição. Ocorre que o relator, ao incluir o conceito de neutralidade da rede – algo a que em tese eu também sou favorável, em relação ao conteúdo –, também obrigava o fornecimento de infraestrutura para todos, de forma igualitária. Na prática, era uma socialização da internet.

Como eu argumentava, comparando com a conta de luz, seria como um usuário com ar-condicionado ligado o dia inteiro pagar a mesma conta de quem só liga uma lâmpada de vez em quando.

Vivemos em um modelo em que quem vende acesso à internet já não entrega o contratado e mesmo assim não é punido. Imagine ter de entregar muito mais pelo mesmo preço? Isso obviamente acabaria levando a um aumento do custo para todos os usuários.

Naquela época, o STF concluiu o julgamento, iniciado no ano anterior, da ação penal do caso do escândalo do Mensalão. Acabaram sendo presos os condenados naquela ação, com o trânsito em julgado dos processos. Esperava-se a repercussão disso nas eleições em desfavor do PT em 2014 – o que não aconteceu.

Em 4 de dezembro de 2013, a bancada do PMDB da Câmara me reelegeu para mais um período, por aclamação unânime, inclusive com o apoio dos deputados que haviam disputado a eleição comigo no início do ano. Era a demonstração da força obtida com a condução da liderança, reconhecida pela bancada.

Ao fim daquele ano, Dilma, apesar das manifestações e da perda de parte da sua aprovação e da ação de enterro da sua proposta de plebiscito inoportuna, fora de hora, terminava o ano bem, de forma política. Ela tinha condições de articular uma coligação forte para tentar a reeleição.

Estranhei muito, mas tive de reconhecer que Dilma se saiu bem quando, no coquetel de fim de ano que ofereceu aos líderes, ministros, presidentes de poderes e presidentes de partidos, ela fez um agradecimento público a mim, por ter ajudado o seu governo naquele ano. E me pedia que continuasse ajudando.

Todos sabiam de sua indisposição comigo, que ela não me suportava. Por isso mesmo o gesto ganhou importância: mostrou que a política superava o ranço pessoal.

Iniciou-se 2014 e Dilma tinha uma grande dificuldade adicional: seu próprio partido. Seu padrinho político, Lula, almejava disputar a eleição. Internamente, portanto, petistas jamais queriam ver Dilma candidata à reeleição.

Lula a havia escolhido, quatro anos antes, por entender que ela não seria

uma líder política e abriria mão de disputar a reeleição em favor dele. Mas o ex-presidente se esqueceu, como diria Garrincha, de combinar com os russos – no caso, com Dilma.

Lula tinha o controle absoluto do PT e, se quisesse se impor, teria sido o candidato. Mas ele não queria dessa forma, pois temia que transformar Dilma numa vítima dele poderia derrotá-lo na eleição – ainda mais pelo posicionamento que havia tido na campanha de 2010.

Instada por terceiros, inclusive por uma pessoa próxima dos dois, o médico Roberto Kalil, Dilma tinha afirmado que não abriria mão da reeleição. Ela enfatizou que Lula não havia combinado nada nesse sentido e, por isso, ela seria candidata de qualquer forma à reeleição.

Anos mais tarde, em entrevista ao programa *Roda Viva*, da TV Cultura, em 26 de outubro de 2020, o marqueteiro do PT João Santana – que chegou a ser preso e se transformou em delator da Operação Lava Jato – confirmou que Lula fez de tudo para enfraquecer Dilma nesse período.

Segundo Santana, o ex-presidente não demonstrava que queria sua candidatura e nunca teria falado com Dilma sobre essa pretensão. Já ela queria e demonstrava a intenção de se reeleger. Mas, de acordo com Santana, Lula ficava tentando desqualificá-la. O marqueteiro chega a culpá-lo pela desestabilização de Dilma, dada a situação política em que ficou, fruto, segundo ele, desses ataques que objetivavam tirá-la da disputa, só para que ele fosse o candidato.

Talvez Lula nunca tenha debatido com Dilma diretamente o assunto. Apenas tenha guardado a mágoa e chegado à conclusão de que havia errado na escolha dela – sem passar recibo, defendendo a reeleição dela, apesar dos conflitos internos do PT, em que a maioria queria Lula presidente, e não Dilma reeleita.

Se Lula tivesse sido candidato, não teria também existido a candidatura de Eduardo Campos. Seria uma eleição resolvida em primeiro turno, pois sem Eduardo Campos e Marina, que estava no PSB, só ficaria a candidatura do PSDB com competitividade.

Às vésperas da votação da abertura do processo de impeachment na Câmara, tive uma longa conversa com Lula, na residência de Joesley Batista, em São Paulo. Na ocasião, Lula tentou que eu revertesse a situação do impeachment.

Ele ouviu de mim que, naquele momento, isso seria impossível, mesmo que eu quisesse. Lula, em um acesso quase de desespero, com a voz embargada de um choro contido, me disse que o grande erro dele foi não tê-la impedido de disputar a reeleição e ter sido ele o candidato.

Respondi que sim, que ele deveria ter sido o candidato. Teria sido facilmente eleito e não haveria impeachment em um governo seu, porque ele era da política e jamais deixaria a situação chegar ao ponto em que chegou. Lula concordou comigo.

O governo, que tinha terminado o ano de 2013 de forma tranquila na articulação política, apesar das manifestações das ruas, a essa altura encerradas, teria tudo para iniciar o ano da eleição de forma igualmente tranquila e conseguir articular para ter grande base sólida para a coligação das eleições. Mas resolveu criar problemas com o PMDB e arriscar a mudança dos ventos que poderiam vir.

Havia a necessidade de substituir os ministros que seriam candidatos nas eleições de 2014 e não deveria haver disputas grandes por isso. Mas, ao contrário do que se imaginava, Dilma e o PT resolveram tentar diminuir a participação dos deputados do PMDB no governo e propuseram que o Ministério do Turismo fosse tirado da bancada de deputados e, em troca, se daria o Ministério da Integração Nacional, desde que fosse para o senador Eunício Oliveira, que era candidato ao governo do Ceará contra o grupo do PT e de Cid Gomes.

Alguns ministros tinham a objeção dos seus próprios partidos, como no caso do PP, que não aceitava que o seu ministro Agnaldo Ribeiro, das Cidades, indicasse o substituto – devido à sua atuação, se favorecendo das sobras orçamentárias de 2013, o que só beneficiou os seus interesses, em detrimento do seu partido.

Outros ministros tinham o apoio dos seus partidos, para que eles mesmos indicassem seus substitutos – que era o caso dos ministros do PMDB.

Dilma, então, para atender ao objetivo do PT de tentar desequilibrar o jogo contra o PMDB, convidou Eunício Oliveira, que rejeitou a oferta. A bancada do PMDB se enfureceu. Afinal, toda a lógica estava em enfraquecer o PMDB nas eleições, não só tentando tirar adversários da disputa, mas também tirando espaço dos deputados peemedebistas, visando prejudicá-los em suas reeleições.

Com a insatisfação da bancada, reuni os deputados. Eles decidiram não mais indicar qualquer substituto para os ministros do partido que deixariam seus cargos. Optaram por se declarar de forma independente em relação ao governo, além de aprovar uma moção de aplausos ao senador Eunício Oliveira por sua recusa ao ministério.

A insatisfação com o governo não era somente dos deputados do PMDB. Com a volta do recesso, quando os deputados costumam visitar suas bases, eles retornaram indignados com o avanço de deputados petistas sobre seus redutos, ofertando dinheiro e a máquina do governo federal dominada pelo PT, como saúde e educação, para as prefeituras, visando obter votos para eles.

Além disso, havia muitas promessas, feitas pelo governo aos partidos aliados, que não estavam sendo cumpridas. E repercutiam nos redutos eleitorais dos deputados desses partidos, pois cargos prometidos seguiam em poder do PT e não eram entregues.

Eis a síntese da situação: um deputado do PT levava um montante de verbas absurdo para prefeituras em detrimento de parlamentares de outros partidos – que apoiavam o governo e se sentiam traídos por isso, além de ameaçados de perder sua reeleição.

Nesse momento, começaram a surgir denúncias contra o governo, por acusações contra a Petrobras. Isso acirrou o clima ainda mais e fez com que deputados que não eram do PT quisessem se aproveitar do momento, obrigando o governo a resolver suas demandas.

A primeira denúncia com relação à petroleira saiu em relatório publicado

na internet por um ex-funcionário da SBM, empresa holandesa que alugava plataformas para a companhia brasileira. Esse ex-funcionário denunciou o esquema de pagamento de propinas por parte da empresa em todo o mundo. Só no Brasil, para funcionários da Petrobras, teriam sido pagos mais de 139 milhões de dólares.

Henrique Alves, presidente da Câmara, percebendo a revolta, não só do PMDB, mas também dos outros partidos, articulou uma reunião com os revoltosos. Ele já estava certo de que não disputaria a reeleição parlamentar, pois viria a ser candidato ao governo do Rio Grande do Norte.

Esse encontro ocorreu na casa do líder do PP, Dudu da Fonte, e levou a um acordo com esses partidos e outros que seriam atraídos, para que atuassem em conjunto, a fim de obrigar o governo a cumprir os acordos e evitar que os deputados petistas atrapalhassem a reeleição dos deputados desses partidos.

Em seguida, foi feito um jantar na casa de um deputado do PP, Luiz Fernando Faria, com a presença de Henrique Alves e de líderes de vários partidos em uma posição ampliada. Ali combinamos a forma de atuar. O acordo incluía a formação de um bloco informal, que ficou conhecido como blocão – hoje chamado de centrão. Buscamos também um acordo com os partidos de oposição, PSDB, DEM e PPS, já que o Solidariedade já fazia parte do blocão, para que votássemos juntos em algumas matérias, com eles cedendo e nos apoiando em alguns pontos e sendo apoiados em outros pontos, para ajudá-los a derrotar o governo.

Após a divulgação da formação desse bloco, o governo começou a pressionar alguns desses partidos para que deixassem o bloco. Em troca, prometia atender às suas demandas. Sensibilizaram apenas o PP, que saiu do blocão formalmente. Os deputados do partido acabaram seguindo a orientação desse blocão e o acompanhavam nas posições.

A oposição fez um escândalo com essa denúncia contra a Petrobras. Para isso, encaminhou um requerimento de criação de uma comissão externa para investigar o assunto, diretamente ao plenário da Câmara, cobrando o apoio do blocão em contrapartida ao apoio que daria nas votações de nosso interesse.

Todos nós achamos que seria a oportunidade de dar um recado claro: o governo não teria mais a mesma folga que teve antes, caso a situação não fosse revertida. Mas aguardamos o melhor momento para colocar em votação, em acordo com Henrique Alves, que é quem deveria pautar.

Na segunda, dia 24 de fevereiro, o governo fez uma reunião com os partidos, presidida por Michel Temer, com a minha presença. Reclamei, junto dos outros partidos, sobre o problema geral da insatisfação da base e recomendei que o governo resolvesse o problema naquela semana se quisesse evitar uma série de derrotas.

A nossa combinação do bloco era de que todas as terças-feiras faríamos uma reunião no almoço, na qual definiríamos o que apoiariamos ou não da pauta e que posicionamento teríamos em relação aos temas mais importantes.

Na primeira reunião-almoço do bloco, no dia seguinte ao encontro com o governo, dia 25 de fevereiro, decidimos apoiar a investigação na Petrobras sobre a SBM e votar favoravelmente ao requerimento da oposição.

O requerimento foi colocado na pauta de quarta, dia 26, na semana logo antes do Carnaval. Quando ia atingir o quórum, Henrique Alves recebeu um telefonema de Temer, na mesa, fazendo um apelo para transferir essa votação para depois do Carnaval, dia 11 de março. Henrique acatou, mas eu o alertei de que não votaríamos nenhuma matéria antes de deliberarmos sobre aquele requerimento.

Em pouco mais de um mês, Dilma já tinha transformado o elogio e a gratidão de poucos dias atrás em nova investida contra mim, com a irritação e agressão costumeira. Ela me odiava, e isso levava a um sentimento de solidariedade dos outros partidos, que me davam a liderança desse bloco informal, quase que como um desagravo pela situação.

O projeto do governo do Marco Civil da Internet estava com urgência constitucional e trancava a pauta desde outubro de 2013. Isso irritava também a todos, pois se tratava de uma pauta ideológica que o governo quis impor. O trancamento inviabilizava qualquer votação de iniciativa dos parlamentares.

Dilma estava indignada com o fato de eu liderar a formação desse bloco,

não me afinar com a tentativa dela de enfraquecer o PMDB nas eleições e agora desafiá-la com relação à investigação na Petrobras.

Na sexta-feira antes do Carnaval, quando estava saindo para uma viagem ao exterior por dez dias, recebi um telefonema de Michel Temer, já quase no aeroporto. Ele havia saído de uma reunião com Dilma. Ela não me perdoava por ter articulado esse bloco de contestação ao governo e votar pelo requerimento de investigação da Petrobras. O objetivo dela era me tirar de qualquer negociação que envolvesse o PMDB. Ela disse que comigo não se sentaria mais.

Respondi que isso não seria problema, pois também não via a menor necessidade de voltar a me sentar com ela. A bancada estaria atuando de forma independente e não teríamos nenhuma participação na escolha dos substitutos dos ministros. Na volta do Carnaval, a bancada seria novamente reunida e teríamos uma posição ainda mais contundente.

Este relato está sendo feito dessa forma para você, leitor, ir avaliando como eu poderia conseguir manter alguma relação com Dilma, considerando todos esses enteveros com ela. O ódio que ela nutria por mim era maior do que a razão de quem queria governar e se reeleger.

Sem o quadro ainda definido, veio o Carnaval. Estava em viagem fora do país e assisti ao presidente do PT, Rui Falcão, me atacar na imprensa, dentro de um desfile de escolas de samba no Rio de Janeiro. Ele disse que o meu movimento no PMDB e na formação do bloco era para chantagear o governo. Respondi, do exterior, atacando fortemente a ele, ao PT e ao governo. Afirmi que a bancada do PMDB já havia decidido que não indicaria nenhum ministro. Comentei também que o PMDB deveria repensar a aliança com o PT, e que, onde estivesse Rui Falcão, mais difícil ficaria uma aliança.

A situação entre o PT e o PMDB no Rio de Janeiro já estava tensa. O PT queria lançar candidatura a governador, não apoiando a continuidade do partido no comando do estado. O PT já havia deflagrado a crise, com a saída do governo do Rio. O presidente estadual do PMDB, Jorge Picciani, já estava defendendo que o PMDB apoiasse a candidatura de Aécio à Presidência da

República.

Era terça-feira de Carnaval e eu estava iniciando um almoço, na Itália. Devido à diferença de fuso horário, foi nessa hora que recebi da minha assessoria as notícias da imprensa, a que eu não estava dando muita atenção, pois o noticiário nessa época costuma ser quase sem importância.

Deparei-me com uma nota do jornalista Fernando Molica, à época no jornal *O Dia*, em sua coluna “Informe do Dia”. Eu poderia até ter ignorado, dada a pequena repercussão nacional que teria. Mas resolvi aproveitá-la e dar uma resposta à altura, depois do que Temer me havia transmitido da parte de Dilma.

A nota dava conta ainda da discussão entre Falcão, Pezão e Eduardo Paes, durante o desfile, além de ataques de Falcão a Picciani. Este, por sua vez, responde chamando-o de vagabundo.

Imediatamente, do próprio restaurante, coloquei no Twitter a dura resposta, que, a partir daí e devido à fraqueza de notícias em uma terça de Carnaval, tinha certeza de que se transformaria em manchete nos jornais online, o que de fato ocorreu, e teve grande repercussão.

Eu cheguei inclusive a dizer que iria propor uma convenção extraordinária do PMDB para discutir a aliança com o PT. Também disse que ele, Falcão, não nos comparasse a eles, do PT, que sempre tiveram as suas boquinhas no Rio.

A minha resposta gerou uma enorme crise. O PT fez reunião de emergência em plena Quarta-feira de Cinzas. Lula foi a Brasília para esse encontro, com o objetivo de me isolar no PMDB e tentar salvar a situação, me excluindo de tudo, aumentando ainda mais o clima de insatisfação da bancada do PMDB.

No sábado, véspera do meu retorno, recebi um telefonema de solidariedade do líder do PSDB, Antônio Imbassahy. Ele me propôs que votássemos, logo na semana seguinte, o requerimento da comissão externa para investigar a relação da SBM com a Petrobras. Essa era a combinação que tinha feito com Henrique Alves.

Cheguei da viagem no domingo à noite, no exato momento em que Dilma

acabava de fazer uma reunião com Temer para discutir a crise criada com a minha briga com Rui Falcão. Ela marcou uma reunião para a segunda-feira, dia 10 de março, a fim de discutir a substituição dos ministros do PMDB, inclusive os da Câmara, sem a minha participação.

Como o ministro da Agricultura, Antônio Andrade, iria disputar como candidato a vice-governador na chapa de Fernando Pimentel, do PT, ao governo de Minas Gerais, ele indicaria o substituto do seu ministério, o que era de interesse eleitoral do PT.

Ou seja, embora concordássemos com essa substituição, ela só seria feita pela submissão ao PT em Minas Gerais, e não pela concordância da bancada de deputados do PMDB. Isso mostrava bem como eles se comportavam, defendendo apenas os interesses do PT.

Dilma realizou as reuniões na segunda-feira, 10 de março, com o PMDB junto de Michel Temer. Ela reuniu Renan Calheiros e Eunício Oliveira, pelo Senado, e em outro encontro tratou com Henrique Alves e Valdir Raupp, supostamente representando a Câmara. Nada ali foi definido, mas ela quis demonstrar que estava me isolando.

Dilma, que tinha oferecido o Ministério do Turismo – que era da Câmara – para o senador Vital do Rêgo, que recusou em solidariedade à Câmara, acabou dando a Renan Calheiros a prerrogativa de indicar o substituto da pasta. Renan se aproveitou da situação e, traiçoeiramente, indicou o ministro, ampliando seu espaço no governo Dilma.

Ela deixou vazar na imprensa que me enfrentar de forma pública era bom para a sua candidatura, tentando colar a imagem de fisiologismo a uma bancada que já tinha decidido não indicar nenhum ministro. Isso seria, segundo divulgado, obra do marqueteiro dela, João Santana. Ele queria o tempo de TV do PMDB e combater o fisiologismo, como se o PT não detivesse todos os cargos do governo.

Seja por obra do marqueteiro, seja pelo ódio dela contra mim, na verdade Dilma me dava musculatura política toda vez que me enfrentava e colava na minha imagem, de forma positiva, a sua rejeição. Ela acabou me deixando

como uma liderança anti-PT, fato que acabou repercutindo nas pressões pela abertura do processo de impeachment.

No dia 10 de março, ainda no Rio de Janeiro, fiz uma palestra na Escola Superior de Guerra. As perguntas eram todas sobre a relação com Dilma. E a demonstração de despreço ao governo dela e ao PT mostrava a enorme insatisfação latente dos militares com o governo.

Após a palestra, fui a Brasília e me reuni com Michel Temer e Henrique Alves. Fui comunicado das trocas do ministério e passei a dar continuidade ao que já estava fazendo, só que agora sem nenhum compromisso com o governo. Atuaria em cada votação de acordo com o bloco e com a bancada.

A reunião da bancada já estava convocada para o dia seguinte, 11 de março. Havia uma moção de apoio a mim sendo levada pelos deputados, sem combinarem comigo. Antes da reunião, fizemos outro almoço com os partidos do bloco – na ocasião eles não só me fizeram desagravo, como reafirmaram que votariam o requerimento de investigação da Petrobras, assim como iriam apoiar a convocação de ministros nas comissões da Câmara. Os líderes desses partidos iriam discursar em plenário para me desagravar das ofensas do PT e colocar mais lenha na fogueira.

Na reunião da bancada, ratificamos a posição de independência, e a bancada pediu uma reunião da executiva nacional para discutir a manutenção ou não da aliança com o PT, além de obter o apoio da bancada para votar logo o requerimento de criação da comissão externa para investigar a SBM, que estava com a votação prevista para aquele dia mesmo. Iríamos obstruir qualquer outra pauta se não fosse votada.

Entreguei a nota da bancada a Michel Temer e depois fui para o plenário. Comandei a primeira grande derrota de Dilma na Câmara, depois que assumi a liderança. Colocamos 267 votos a favor da aprovação do requerimento, curiosamente o mesmo número de votos que obtive na minha eleição para presidente da Câmara.

Aloizio Mercadante trabalhou duro, ofertando tudo para os partidos que faziam parte do bloco. De nada adiantou, pois os partidos votaram em

desagravo a mim, sendo que a orientação do governo foi a de obstruir a votação. E não só conseguimos que a maioria absoluta votasse contra o governo como conseguimos que outros ajudassem dando o quórum, mesmo que votando a favor do governo.

Como para aprovar o requerimento era preciso apenas metade mais um dos votos dos presentes, sendo que o quórum exigido para concluir a votação seria metade mais um do total de deputados, levar deputados para dar presença era o mais importante, pois obter votos para vencer seria fácil.

Henrique Alves também estava muito irritado com o PT, pois iriam fazer parte de outra aliança contra a sua candidatura ao governo do Rio Grande do Norte. Dali em diante, o PT e o governo não teriam vida fácil, no que dependesse dele.

O governo partiu para pequenas retaliações contra deputados do PMDB e contra mim, mas isso já era previsto, e precisavam abrir o olho, pois corriam o risco de perder a convenção do PMDB, e a aliança ser desfeita.

A máquina petista de difamação pela imprensa, por meio de seus representantes pagos com verba oficial, passou a me atacar de forma violenta. E é engraçado que hoje acusam outros daquilo que sempre fizeram.

Chegaram ao absurdo de patrocinar uma capa da revista *Istoé* – que eu defini como “QuantoÉ” –, tentando me colocar como chantagista, simulando uma semelhança com o personagem da série *House of Cards*. Tudo para tentar me constranger.

Pouco tempo depois, o governo teve de ceder e atendeu a parte dos acordos com os partidos, evitando uma derrota em série. Mas isso não encerraria a atuação do bloco, que continuaria impondo de forma pontual algumas derrotas, até mesmo para enfraquecer o então líder do governo, Henrique Fontana, que todos queriam fora da posição de comando.

Eduardo Campos foi a Brasília para jantar comigo e com o ministro do TCU, José Múcio Monteiro, na casa do meu advogado Marcos Joaquim Gonçalves – para não chamar a atenção. Ele se solidarizou comigo. Fizemos um pacto: ele me apoiaria pelo seu partido em qualquer votação de que eu

necessitasse contra o governo Dilma – o então líder da sua bancada, Beto Albuquerque, cumpriu o combinado e ajudava sempre que necessário.

Sua candidatura era irreversível, e a repulsa dele por Dilma era maior do que a minha naquele momento. Combinamos como poderíamos ajudá-lo na eleição, já que ele seria o candidato que eu naturalmente apoiaria. E ele acertou comigo que, caso fosse eleito, me apoiaria para a presidência da Câmara em 2015.

Apareceu uma segunda denúncia contra a Petrobras: o jornal *O Estado de S. Paulo* trouxe a informação de que a compra da refinaria de Pasadena teria contado com aprovação de Dilma, quando ela era presidente do Conselho de Administração da Petrobras.

Dilma reagiu com o fígado. Atacou o ex-diretor da área internacional da Petrobras, Nestor Cerveró, naquele momento ocupando a diretoria financeira da BR Distribuidora. A presidente alegou que ele a teria levado a erro, no resumo executivo enviado por ele ao conselho da Petrobras, no qual supostamente teria havido a supressão de duas cláusulas da negociação. Dilma dizia que não concordaria se soubesse da existência delas.

Sem alternativas, o governo demitiu Cerveró, em função dessa denúncia. Uma CPI da Petrobras acabou sendo instalada no Senado Federal, e a oposição repercutiu essa denúncia para desgastar Dilma.

Estourou a Operação Lava Jato. Um juiz de uma vara federal de Curitiba, por meio de artimanhas, vinculou uma investigação da Petrobras à sua vara. Para isso usou uma investigação antiga, envolvendo uma empresa do interior do Paraná em uma suposta lavagem do Mensalão, vinculando o fato a um doleiro, Alberto Youssef, delator envolvido no caso do Banestado.

Essa competência foi questionada, mas os tribunais superiores a mantiveram em Curitiba – em função da repercussão na imprensa. Se não fosse uma decisão do ministro Dias Toffoli tempos depois, tirando a investigação sobre o setor elétrico de Curitiba e levando-a ao Rio de Janeiro, o juízo de Curitiba iria se transformar na vara de combate à corrupção do Brasil – o que, aliás, era o objetivo deles.

No dia 17 de março de 2014, cinco dias depois da derrota de Dilma na votação do requerimento da SBM na Câmara, foi preso o doleiro Alberto Youssef, velho conhecido do então juiz Sergio Moro, com quem já tinha feito delação premiada no caso Banestado.

Moro, comprovadamente idealizador e chefe da operação, de forma ilegal, sabendo das atividades de doleiro de Youssef e que ele atuava como operador também de esquemas políticos, usou a falsa prevenção dessa investigação e, com isso, acabaria levando para ele a investigação da Petrobras, que tem sede no Rio de Janeiro e que jamais teria o juízo de Curitiba com competência para investigá-la.

É público o artigo escrito antes por Moro, publicado pela *Folha de S. Paulo*, no qual ele fala de uma operação mãos limpas no Brasil, nos moldes da ocorrida na Itália. Ali, ele dava o roteiro de como fazê-la – e como evitar que o desfecho brasileiro fosse como o italiano.

Três dias depois, em 20 de março, foi preso o ex-diretor de abastecimento, Paulo Roberto Costa, aumentando a tensão no governo. Foram divulgados fatos envolvendo os dois, Youssef e Paulo Roberto. Operações financeiras de Youssef, na compra de um carro para Paulo Roberto, seriam a ponta que necessitavam para mostrar indícios de corrupção na Petrobras.

Com a divulgação de fatos da investigação, chegava-se à conclusão de que o juízo de Curitiba estava investigando deputados, detentores de foro privilegiado – André Vargas, do PT, e primeiro vice-presidente da Câmara, e Luiz Argôlo, do Solidariedade –, fato que hoje constatamos como prática então rotineira do Ministério Público do Paraná e de Moro, quando chefiada operação.

André Vargas renunciou à vice-presidência da Câmara e deixou o PT. Paulo Roberto Costa, por intermédio de seus advogados, conseguiu uma decisão para que a investigação fosse para o STF, em função da presença dos deputados. Ele acabou sendo solto.

O então juiz de Curitiba fez uma carta dando o tom de que o ministro do STF agia como se estivesse soltando bandidos perigosos com aquela decisão.

Divulgou publicamente o texto, constrangendo o ministro Teori Zavascki – que acabou devolvendo a Curitiba tudo que não se relacionasse aos deputados, como se naquele estágio se pudesse separar a situação dos deputados da dos demais implicados. O ex-juiz, se sentindo fortalecido, aproveitou para decretar nova prisão de Paulo Roberto Costa, de onde ele só sairia após fazer delação premiada.

Era muito comum o ex-juiz decretar várias prisões preventivas da mesma pessoa, para evitar que houvesse uma soltura. Quando um preso estava perto de chegar ao STF para poder ser solto, Moro decretava nova prisão, forçando o início de um novo trâmite, de um novo *habeas corpus*.

No caso de Paulo Roberto Costa, Moro teve a cara de pau de fazer isso poucos dias depois da soltura determinada pelo ministro Zavascki. Ele não tinha limites. Esse estratagema só mudou a partir da soltura de José Dirceu, em 2017, quando a Segunda Turma do STF estendeu os efeitos do *habeas corpus* que estava concedendo às suas demais prisões, acabando com as malandragens de Moro – ao menos nesse ponto.

Como estive preso em Curitiba depois, por decisão do chefe da operação, o hoje ex-juiz Sergio Moro, fato que não pretendo tratar neste livro, pude tomar ciência dos absurdos praticados contra quem ele quisesse no âmbito daquela operação.

Pegaram Paulo Roberto e o colocaram em condições desumanas de encarceramento, em presídio inapropriado. E de lá só sairia caso delatasse. Essa era a norma.

Alberto Youssef, também preso, chegou a denunciar um grampo feito na sua cela, sem que qualquer responsabilização desse fato fosse feita pela Polícia Federal de Curitiba. Certamente, esse deve ter sido o fator decisivo para que ele fizesse a sua delação.

Denunciei, em artigo publicado pela *Folha de S. Paulo* quando estava preso em Curitiba, que a carceragem da Polícia Federal era o hotel da delação. Ali os delatores tudo podiam, e os demais, além de terem piores condições de encarceramento, eram transferidos para presídios em condições bem

inferiores.

Em resumo, não havia voluntariedade nas delações. Elas foram feitas para que se atingissem os objetivos do chefe da operação, Sergio Moro, que inclusive disse recentemente em entrevista que “se quiséssemos proteger alguém, teríamos matado a delação da Odebrecht na origem”. Como se coubesse a ele, enquanto juiz, “matar” uma delação que seria homologada no STF. Além do que, era delação com o Ministério Público Federal... Ou será verdadeira a acusação de que Moro comandava o Ministério Público Federal na operação?

Diante da gravidade da situação, o Congresso Nacional criou uma CPMI da Petrobras, deixando de lado a CPI do Senado Federal, que já estava instalada. A CPMI do Congresso Nacional passava, então, a ser o palco da discussão política.

A criação dessa CPMI foi obstruída por Renan Calheiros e pelas lideranças do governo – que tentaram instalar uma mesma CPMI, mas com pauta de investigação mais ampliada, a fim de atingir o PSDB. Não obtiveram sucesso.

O bloco conseguiu mais da metade das assinaturas necessárias na Câmara para a abertura da comissão parlamentar – junto com as assinaturas dos senadores de oposição, somaram mais do que o número necessário para a sua instalação.

Houve recurso ao STF. A ministra Rosa Weber determinou a imediata instalação da CPMI, restrita à apuração da Petrobras. Renan foi obrigado a cumprir, instalando também uma CPMI para investigar a Alstom – em contratos com o governo do PSDB em São Paulo, atendendo à vontade de Dilma, que, com isso, pretendia embaralhar o jogo.

O PMDB, por meio do senador Vital do Rêgo, presidia a CPMI. O PT, na pessoa do ex-presidente da Câmara, Marco Maia, controlava a relatoria da CPMI. Eu, como líder do PMDB, fazia parte da comissão. Houve muitos embates. Tive de atuar com muita cautela, pois a minha posição precisava ser de equilíbrio entre as correntes do PMDB, divididas.

Quando da decisão da instalação da CPMI, tive um bate-boca com Renan.

Ele não aceitava que eu indicasse, para a CPMI, deputados do PMDB que não fossem aliados fiéis do governo. Disse a ele que eu indicaria quem a bancada quisesse. E que não era obrigado a seguir a opinião dele, pois ele não mandava em minha bancada.

Por isso mesmo eu me designei para a CPMI, para que as decisões fossem da bancada. E coloquei mais três membros da comissão, para que fossem respeitadas as decisões.

Paulo Roberto Costa firmou acordo de delação premiada. Foi convocado à CPMI, mas se calou sobre esse assunto. Sua presença lá se tornou um espetáculo deprimente.

Durante a confusão do acirramento contra o governo, uma parte do PT, mais palatável, procurou a mim e a Henrique Alves. A proposta era a troca da articuladora política, Ideli Salvatti, minha desafeta, por Ricardo Berzoini, que entraria para distensionar a relação e tentar promover acordos pontuais e fortalecer a aliança.

Tanto eu como Henrique comemoramos a saída de Ideli. Aceitamos de bom grado a substituição, até porque eu não estava mais comparecendo a nenhuma reunião comandada por ela. Essa troca acabaria permitindo que eu até voltasse a participar de reuniões com o governo.

Berzoini assumiu no fim de março. De fato, houve uma melhora inicial da relação. Mas, com o passar do tempo, quando da disputa da presidência da Câmara, a atuação de Berzoini foi tão ou mais irracional que a de Ideli.

Em abril de 2014, acompanhei Henrique Alves em uma viagem à China. Foram vários deputados, como Arlindo Chinaglia, líder do governo, Marco Maia, ex-presidente da Câmara, Antônio Imbassahy e Felipe Maia. Lá, com a notícia da renúncia de André Vargas divulgada, acordamos o apoio a Arlindo Chinaglia para ocupar seu lugar, em eleição que Henrique marcaria logo em seguida.

Com a ida de Chinaglia para a vice-presidência da Câmara, Dilma nomeou como líder do governo, em seu lugar, um deputado que é meu desafeto: Henrique Fontana, de difícil diálogo. Isso só iria aprofundar a crise com a

base dela e acelerar a derrota do governo.

No dia 1º de maio, Dia do Trabalhador, fui convidado para o ato da Força Sindical, pelo deputado Paulinho da Força. Compareci, dividindo o palanque com Aécio Neves, também presente, e isso motivou bastante especulação na imprensa, irritando mais um pouco Dilma.

O blocão continuou atuando em conjunto nas votações seguintes. E impôs derrotas pontuais ao governo em votações de medidas provisórias. O estresse maior já estava na proximidade das eleições e nas alianças, intercaladas pela Copa do Mundo no Brasil – aquela decepção da seleção. Dilma, na final da Copano Maracanã, foi bastante vaiada, mesmo já no processo eleitoral e à frente das pesquisas, o que ilustrava a polarização.

O ano legislativo seria pequeno. Logo depois das convenções partidárias e do início da Copa do Mundo no Brasil, quase não haveria sessão de votação na Câmara. Todos os embates estariam momentaneamente adiados.

Dilma editou um decreto polêmico sobre os conselhos populares. A oposição entrou com um projeto de decreto legislativo para anulá-lo. Henrique Alves evitou pautar antes das eleições, para não aumentar o estresse – ficaria para depois do período eleitoral.

Havia uma medida provisória muito importante para o governo, cuja relatoria era minha, a MP 627. O documento alterava a legislação tributária, com a tributação dos lucros no exterior – o que tinha impacto no caixa. Eu vinha negociando com a equipe econômica do governo por dois meses.

Era uma MP bastante complexa e técnica, pois, além de alterar a tributação de lucros no exterior, tinha a mudança do modelo contábil do país, que era preciso adequar a normas internacionais. Pela minha experiência, podia debater o assunto e fazer alterações negociadas com o governo.

Em função da confusão política, o governo havia parado as tratativas. E eu iria conduzir para derrotar o governo em vários pontos, ou deixar a MP caducar. Até que Michel Temer assumiu a coordenação desse assunto e convocou o ministro da Fazenda Guido Mantega, juntamente com o senador Eduardo Braga, líder do governo no Senado. Ele promoveu um acordo,

cumprido por mim e aprovado na Câmara.

Temer também conduziu uma negociação para evitar a derrota do Marco Civil da Internet, que acabou, com algumas modificações sugeridas por mim, aprovado com o nosso apoio – embora não tenha me convencido da utilidade do que foi aprovado e dos efeitos dessa lei.

O saldo dessa confusão do Marco Civil é que o relator desse projeto se tornou meu desafeto e coube a ele, por meio do seu partido, uma das duas representações ao Conselho de Ética contra mim, que resultaram na cassação do meu mandato em 2016.

A crise no PMDB persistia. Fruto do estresse de quem pedia a reunião da executiva para decidir a aliança ou convenção antecipada para resolver a situação, acordou-se que a convenção se daria no primeiro dia permitido pela legislação eleitoral, para que, se não fosse aprovada a aliança com o PT, houvesse tempo para, em nova convenção, ter uma alternativa.

O clima entre os partidos que iam se aliar a Dilma em sua reeleição, inclusive entre parte dos deputados do PT, era a campanha do “volta, Lula”. Havia faixas e cartazes dentro da Câmara. O líder do PR, Bernardo Santana, chegou a pendurar o retrato de Lula no gabinete da liderança de seu partido.

A reação de Dilma foi muito ruim. Disse que se os aliados não queriam apoiá-la, porque preferiam a Lula, ela iria disputar a reeleição sem esses aliados, mas não abriria mão do seu direito de disputar a reeleição.

Se naquele momento Lula chegasse a sair candidato, iria modificar todo o quadro, pois podia simplesmente manter Michel Temer como vice e manteria o PMDB. Poderia atrair Eduardo Campos para ser seu vice e, com isso, o PMDB poderia ter ido para a chapa de Aécio tendo Temer como vice dele. Tudo poderia acontecer, mas Lula venceria a eleição com muito mais facilidade do que Dilma venceu. Talvez até em primeiro turno. E teria um apoio muito maior do que ela teve.

Temer propôs um acordo que acabou aceito pela maioria do partido: a convenção apoiaria a aliança, para que ele pudesse ser candidato à reeleição, mas todos os filiados estariam liberados para que apoiassem quem quisessem

na eleição. Ou seja, entregaríamos o nosso tempo de TV para ter Temer candidato de novo.

Com esse acordo, em função do respeito ao direito de o vice-presidente concorrer novamente, votei na convenção pela aliança com Dilma. Pessoalmente, não iria apoiar a chapa, como havia feito em 2010. Assim como a maioria do partido também não apoiaria.

Havia muita briga nas alianças nos estados, principalmente no Rio de Janeiro, onde o PT insistia em ter candidatura a governador contra o PMDB, e no Ceará, onde o PT se aliou a Cid Gomes contra o peemedebista Eunício Oliveira.

Para confirmar o acordo, Temer organizou um jantar com Dilma no Palácio do Jaburu, com a presença de governadores do partido, deputados e senadores. Ele me pediu que comparecesse ao jantar. Atendi por educação.

Na ocasião, Dilma discursou e soltou uma pérola, no seu “dilmês”, ao fazer os agradecimentos: “Mas quero reconhecer de público que, na maioria dos casos, quando digo que a roda aperta, quero agradecer ao apoio tanto do líder do Senado Eunício Oliveira, que tem tido uma relação absolutamente correta com o governo, e também ao Eduardo Cunha, que em muitas circunstâncias ajudou bastante o governo”.

Nesse momento do discurso, Dilma foi aplaudidíssima. Isso mostrava a rendição dela à política. Tanto a fala quanto os aplausos até poderiam ser interpretados como irônicos, embora eu tenha ajudado o governo em muitos momentos. Mas ela cumpria o seu papel de tentar garantir os votos da convenção para a aliança.

O então governador do Mato Grosso do Sul, André Puccinelli, que não apoiava, disse que daria os 16 votos do estado na convenção a favor da aliança. Acabou cumprindo a promessa. Mas não votou nela na eleição.

No dia da convenção, a delegação do Rio, com o maior número de votos da convenção, chegou ao local da votação composta pelo governador Pezão, pelo prefeito Eduardo Paes, Sérgio Cabral, Picciani, deputados e delegados. Eles me comunicaram que decidiram que iriam votar contra a aliança. E pediram que

eu os acompanhasse, o que até seria uma obrigação política naquele momento.

Argumentei que eu não poderia acompanhar, pois inclusive já havia votado. E, além disso, também não os acompanharia por causa da minha palavra já dada. Havia urnas separadas por estados e, se os meus quatro votos pessoais na convenção, que eram múltiplos pelas posições partidárias que ocupava, não aparecessem, eu seria o traidor da palavra – coisa que jamais faria.

Eunício Oliveira, que tinha no seu estado um grande número de votos na convenção, disse que dividira os seus meio a meio. A Bahia votou contra a aliança, e vários deputados, além de votarem contra, faziam boca de urna na porta do local pedindo votos contrários.

Com isso, o resultado foi apertado. A aliança foi aprovada com 398 votos a favor, 275 votos contrários, 59% a 41% dos votos, mostrando que, se não houvesse o acordo anterior de Michel Temer, liberando os membros do partido para que apoiassem quem quisessem, o PMDB não teria aprovado a aliança.

Aécio Neves saiu candidato pelo PSDB, com uma chapa puro-sangue, tendo o senador Aloysio Nunes, por São Paulo, como candidato a vice. Antes, tinha havido a tentativa de José Serra sair novamente candidato – com sua desistência, ele acabou concorrendo ao Senado.

Aécio rompeu pela primeira vez na história do PSDB a hegemonia das candidaturas de São Paulo. Em todas as eleições presidenciais anteriores, o partido só havia tido candidatos paulistas: Mário Covas em 1989, Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998, José Serra em 2002 e 2010 e Alckmin em 2006 – o que tornaria a ocorrer em 2018, novamente com Alckmin. Mesmo assim, Aécio precisou ter um tucano paulista como vice.

Eduardo Campos saiu candidato, tendo Marina Silva como candidata a vice-presidente. Era uma chapa que parecia ser muito forte para a disputa, mas que enfrentaria muitos percalços. Campos, para se cacifar no eleitorado de Marina, chegou a atacar o PMDB em razão de sua aliança com Dilma.

A então deputada Rose de Freitas, do PMDB do Espírito Santo, saiu

candidata ao Senado. Mas havia um candidato do PSDB disputando. A pedido dela, eu negocieei com Aécio a retirada da candidatura tucana em troca do apoio dela e do PMDB no estado a ele, Aécio. Esse acordo acabou elegendo Rose.

Dilma, apesar de todos os problemas, conseguiu formar uma aliança que lhe dava o maior tempo de televisão, trazendo, além dos partidos de esquerda e o PMDB, o PP e o PR. Aécio ficou com o segundo maior tempo, em uma aliança grande, mas inferior à de Dilma.

A campanha teve início com a presidente à frente nas pesquisas, seguida por Aécio. Quando Eduardo Campos começou a crescer, ocorreu o acidente que mudaria toda a história daquela campanha. O avião que o transportava do Rio de Janeiro para o litoral de São Paulo caiu. O candidato morreu.

Michel Temer, que estava licenciado da presidência do PMDB – posto então ocupado por Valdir Raupp –, tomou conhecimento de que o PT estava negociando repasses de doações de campanha para o PMDB por intermédio de Raupp. Ele se enfureceu com isso.

Temer temia perder o controle do partido se o repasse de doações de campanha ficasse nas mãos de Raupp, comandado por Renan Calheiros. Isso poderia enfraquecê-lo. Temer então reassumiu de surpresa a presidência do partido, rompendo o acordo da sua reeleição à presidência do PMDB em 2013 – do qual se licenciaria, deixando com os senadores o comando da legenda.

O vice-presidente havia sido alertado por Joesley Batista de que havia essa negociação de doações aos senadores por meio do PT. E foi para cima do PT e do governo para retomar o controle, o que acabou acontecendo. Até porque, como presidente do partido, caberia a Michel Temer o repasse das doações que entrassem no diretório nacional.

Eduardo Campos estava em um bom momento quando aconteceu o acidente que o matou. Na véspera tinha saído sua entrevista, como candidato, no *Jornal Nacional*. Ele havia se saído muito bem e era esperada sua subida nas pesquisas, mas não houve tempo para isso.

Com a morte de Eduardo Campos, Marina Silva assumiu a candidatura do

PSB. Imediatamente apareceu nas pesquisas em segundo lugar, ultrapassando Aécio Neves. Logo em seguida, subiu ainda mais, deixando o tucano bem para trás. Na simulação da eleição em segundo turno, Marina já ultrapassava Dilma.

Com a aposentadoria de Joaquim Barbosa do STF, o ministro Ricardo Lewandowski assumiu interinamente a presidência. E, logo depois, seria eleito para um mandato até setembro de 2016. Antes da posse, ele me convidou para jantar em seu apartamento e, já tendo a convicção de que eu seria o próximo presidente da Câmara, começou ali uma interlocução para mantermos harmonia, quando da minha eleição.

Falamos sobre a PEC da Bengala. Mostrei simpatia por levá-la à votação, já que ele se aposentaria em 2018 e gostaria de permanecer mais tempo. Outros ministros também me procuraram com a mesma finalidade, como tinha sido o caso de Felix Fischer, quando presidente do STJ.

No dia 8 de agosto, durante o Congresso Nacional das Mulheres da Assembleia de Deus em São Paulo, que reuniu mais de 10 mil pessoas, fui convidado a, em nome da igreja, discursar para recepcionar Dilma, que faria um pronunciamento no encerramento do evento.

Evitando me posicionar a seu favor ou parecer contrário, fiz um pronunciamento em que agradei a revogação da portaria 415 do Ministério da Saúde, editada para legalizar a prática do aborto no SUS, medida tomada pelo então ministro da Saúde, Arthur Chioro, após minha interferência.

Todos sabiam do posicionamento de Dilma a favor do aborto. Mas, em função da discussão eleitoral, considerando que esse era um tema reprovado pela maioria da população, assim como pela base dela no Congresso Nacional, a presidente nada fazia a respeito. Toda tentativa de legalizar o aborto, como essa portaria, era fortemente combatida pela bancada evangélica, com minha forte atuação.

Sem poder reclamar, só restou a Dilma aplaudir a minha fala e verificar que o tema aborto, mesmo com o seu pensamento favorável, não teria vida fácil no Congresso Nacional, repetindo o cenário da eleição de 2010, quando

participei da confecção da carta-compromisso de Dilma contra a legalização do aborto.

Isso aumentava ainda mais a repulsa que ela tinha por mim. Mas, naquele momento eleitoral, só caberia a ela aproveitar a situação e ter o discurso de que o governo dela nada fazia para legalizar o aborto.

O STF, por meio da Segunda Turma, julgou a minha ação penal em 26 de agosto, decorrente da denúncia de utilização de documento falso, aceita em 2013 pelo plenário do STF. Fui absolvido por unanimidade, após a defesa do meu advogado à época, Alexandre de Moraes.

Dilma vinha de sucessivos desgastes, desde as manifestações de 2013: a crise econômica que impedia um crescimento elevado, a inflação em níveis altos se comparados aos patamares anteriores, sob denúncias da Petrobras, e ainda sofria pela sua natural falta de carisma, cercada por um marketing agressivo que tentava sustentar sua posição.

Aécio era muito atacado por Dilma, inclusive trazendo assuntos de natureza pessoal, como um aeroporto construído na cidade onde ele tinha uma fazenda. Com a entrada de Marina na campanha, Aécio perdia força e a condição de anti-PT estava se transferindo para Marina. A situação era tão avassaladora que se achava que Marina iria disparar nas pesquisas e chegaria na frente de Dilma ainda no primeiro turno.

Nesse período, participei de um jantar do PMDB em Brasília, na casa de Renan Calheiros, com Michel Temer presente e várias lideranças importantes de diversos estados. Renan dizia que não tinha dúvidas de que Marina venceria no primeiro turno e que a onda da eleição dela estava se formando, no que foi acompanhado por Eduardo Braga e Eunício Oliveira, candidatos a governador em seus estados.

A campanha de Dilma deve também ter constatado esse risco. Foi desencadeada uma campanha de desconstrução da imagem de Marina, de uma forma agressiva e nunca vista na história das eleições. Mais agressiva ainda do que os embates entre Collor e Lula no segundo turno de 1989.

Eram espalhados boatos, agressões, acusações de várias maneiras – pela

internet, pela imprensa, pelos programas eleitorais, em campanhas de rua, de todas as formas possíveis. Essas coisas levaram a uma desidratação da imagem de Marina e à recuperação da campanha de Dilma. Mas, mesmo assim, a rejeição a Dilma aumentava, o que dificultaria o seu segundo turno.

Dilma tinha uma estrutura que trabalhava na internet, por meio de divulgação do que hoje se batizou de *fake news*. Essa equipe espalhava conteúdo, inclusive lançando mão de robôs, fazendo exatamente o que o PT e a mídia hoje acusam o grupo de Bolsonaro de fazer.

Assim como José Serra fez na campanha de 2010, Aécio também tinha seu esquema de divulgação pela internet. Dali, se disparavam mensagens de WhatsApp a todo momento. E eram combatidas as *fake news* lançadas pela campanha de Dilma. E, claro, também se faziam as próprias *fake news*.

A internet há muito tempo virou um terreno para o enfrentamento eleitoral, com baixarias e mentiras – que devem, sim, ser combatidas, mas que não foram iniciadas agora. O PT é um dos principais pioneiros nisso.

Combater *fake news* com cerceamento à liberdade de expressão não é a maneira correta de fazê-lo e se parece mais com a regulação da mídia que o PT defendia – o que propõem hoje nada mais é do que uma regulação da mídia na internet.

Além da internet, o PT, em todos os seus governos, utilizava publicidade oficial em sites e blogs afinados ideologicamente com eles, exatamente aquilo de que acusam o governo hoje de fazer. Isso consumiu grande parte da verba publicitária dos governos do PT, e esses sites e blogs atuavam na linha de frente das suas campanhas.

Marina não resistiu e começou a cair. Sua onda foi barrada, mas ainda aparecia à frente de Aécio, com quem disputou a segunda vaga do segundo turno. Os dois passaram a ter embates no fim da campanha, nos debates da TV.

Aécio conseguiu se recuperar da queda que havia tido, cresceu e chegou em segundo lugar, com boa diferença de votos sobre Marina – que terminou a eleição nos mesmos níveis obtidos por ela em 2010.

Na minha campanha, tive que usar a justiça para resolver um problema. Paguei de forma antecipada a compra de espaço em páginas determinadas para veicular anúncios em *O Globo*. Mas o jornal passou a não me dar o espaço combinado previamente, me causando prejuízos. Seria como eu ir ao supermercado e comprar um pão integral e, ao abrir a embalagem, me deparar com um pão comum.

Um amigo meu e de João Roberto Marinho, o empresário Álvaro Otero, marcou um encontro entre mim e João Roberto na casa dele, para que acabássemos com as brigas e resolvêssemos o assunto. Lá compareci, já no último mês da campanha.

Na conversa, acabamos discutindo a relação. Sabia que o principal problema estava na ação trabalhista milionária que minha esposa tinha ganhado e gerado tantos problemas para o grupo.

Após a discussão, João Roberto parece ter entendido os meus motivos, até porque a demissão da minha esposa tinha sido de ordem política, feita pelo ex-diretor de jornalismo, já falecido, Evandro Carlos de Andrade. Ele combinou de colocar um ponto final no assunto e sugeriu que a partir daquele momento começássemos vida nova, me tratando de forma normal.

Resolvemos a situação dos anúncios. Aceitei a sua proposição, apesar de desfavorável a mim, mas pelo simbolismo de mudança da relação. Eu não precisava desses anúncios para me eleger, já que sabia que seria um dos mais votados de qualquer forma nas eleições.

Combinamos também que não haveria oposição para a minha candidatura à presidência da Câmara, manteríamos o diálogo e eu seria sempre um defensor da liberdade de imprensa e rejeitaria e barraria qualquer projeto de regulação da mídia, se apresentado pelo governo ou pelo PT.

Antes da votação em primeiro turno, vazou, pela revista *Veja*, parte da delação de Paulo Roberto Costa, que atingia vários segmentos e, além disso, deixava claro que havia corrupção na Petrobras. Isso era palco para o palanque eleitoral. Costa foi convocado para a CPMI, a fim de esclarecer o assunto. Ele compareceu, mas ficou em silêncio, deixando no ar a confusão

que ainda viria.

Então veio o primeiro turno. Dilma e Aécio chegaram na frente e foram para o segundo turno mais disputado desde a eleição de Collor. A diferença de Dilma sobre Aécio desapareceu logo na primeira pesquisa eleitoral do segundo turno, que mostrava Aécio largando à frente.

Os candidatos menores derrotados em primeiro turno, assim como Marina, passaram a apoiar Aécio. Dilma levava vantagem nas eleições de governadores em segundo turno nos estados. A presidente também levava vantagem em Minas Gerais, estado de Aécio. Lá, o petista Fernando Pimentel havia sido eleito em primeiro turno, derrotando o PSDB.

Aliás, a grande razão da derrota de Aécio nas eleições foi a derrota em Minas Gerais. Ele errou ao escolher um candidato a governador já fora da política havia bastante tempo, e acabou perdendo no primeiro turno. Além disso, achava que bastava ser mineiro para ter o apoio total de Minas – o que não ocorreu. Dilma também é mineira.

Se Aécio tivesse vencido em Minas pela mesma diferença com que perdeu no estado, ele teria sido eleito presidente. Parece que ele não aprendeu a máxima com o seu avô Tancredo Neves, que, quando decidiu se candidatar a presidente, mesmo em eleição indireta, antes unificou a política em Minas Gerais, atraindo todos os seus adversários. Com isso, sinalizava a capacidade de unir o país, já que havia unido Minas Gerais.

Se você não ganha em casa, como ganhar na casa dos outros? Aécio acabou quase ganhando as eleições, mas sua maior vitória foi em São Paulo, casa dos seus concorrentes do PSDB. E essa foi a principal razão de sua derrota.

No segundo turno, vazou parte da delação premiada de Alberto Youssef, inclusive em áudios de depoimentos. Ele também falava que a corrupção na Petrobras era do conhecimento do Palácio do Planalto, sinalizando que Lula e Dilma sabiam de tudo. Isso prejudicou a campanha da petista.

O último debate da eleição, realizado pela TV Globo, teve uma parte muito forte sobre a discussão de corrupção. Aécio, respondendo a Dilma, disse que para acabar com a corrupção bastava tirar o PT do governo. Ficou clara a

polarização do assunto.

O meu posicionamento foi de neutralidade. Não pedi votos para nenhum candidato a presidente e liberei todos os que me apoiavam para votar em quem quisessem, apenas pedindo votos para a reeleição do então governador Pezão.

Eu quis manter essa neutralidade para facilitar minha futura candidatura à presidência da Câmara. No primeiro turno, eu pessoalmente votei no pastor Everaldo, candidato do PSC – que, na eleição de 2010, atendendo a meu pedido, mudou a coligação que apoiaria Serra para apoiar Dilma. Eu não podia negar esse voto.

No segundo turno, meu voto pessoal foi para Aécio Neves, por entender que o país não suportaria outro mandato de Dilma – como não suportou. Se Aécio tivesse sido eleito, a situação teria sido diferente.

Sendo assim, na 29ª eleição presidencial, em segundo turno, na sétima eleição após a Constituinte, Dilma foi reeleita com 51,64% dos votos válidos, na menor diferença de votos entre as eleições desde a redemocratização – sinalizando as dificuldades que se lhe apresentariam nesse segundo mandato.

A 55ª legislatura do Congresso foi eleita para o período de 1º de fevereiro de 2015 até 31 de janeiro de 2019. O PT elegeu apenas dois senadores, de um terço da composição que estava em disputa. O PSDB fez quatro cadeiras, e o PMDB, cinco. Na Câmara, o PT ficou com a maior bancada: 69 deputados. O PMDB ficou em segundo, com 66 cadeiras. Em terceiro, veio o PSDB, com 54 deputados. Fui reeleito com a maior votação do PMDB no país e a terceira do meu estado, o Rio de Janeiro – tive 232.708 votos. O mais bem votado tinha sido o fenômeno Jair Bolsonaro.

Meu acréscimo de votos muito se deve à postura de Dilma contra mim. Acabei ganhando apoio do eleitorado de opinião, por aprovar minha conduta em relação ao governo. Eu sentia isso nas ruas, durante a campanha, percebendo que a luta que Dilma fazia contra mim me trazia benefícios eleitorais também.

O PMDB elegeu sete governadores, enquanto PT e PSDB fizeram cinco

governadores cada. Mas os principais postulantes do PMDB, Henrique Alves e Eunício Oliveira, foram derrotados – Eunício diretamente pelo PT e Henrique pelo apoio que o PT deu a seu adversário.

Dilma fez um discurso na campanha totalmente contrário à situação econômica que o país vivia. Pregou fazer aquilo que sabia não ter condições de fazer, marcando um contraponto em relação a Aécio, que tinha já um ministro da Fazenda anunciado, caso vencesse as eleições – Armínio Fraga, que defendia um ajuste fiscal, controle dos gastos públicos e austeridade, combatendo várias das políticas do governo petista que estavam sendo praticadas.

Dilma venceu a eleição. Mas sua vitória eleitoral não se transformou em vitória política, em função das medidas econômicas adotadas após a eleição. Ficou no ar uma resposta pouco convincente às acusações de que tinha praticado um estelionato eleitoral.

Embora o comportamento de Dilma não tenha sido diferente do praticado por Fernando Henrique Cardoso na sua reeleição em 1998, na prática a fama dela foi pior. Havia um grande número de novos eleitores, entre 1998 e 2014, que não participaram daquele processo eleitoral.

Michel Temer ficou bastante chateado comigo, entre o primeiro e segundo turnos, quando dei uma entrevista a Fernando Rodrigues, para a *Folha* e UOL, falando que o partido estava dividido na eleição. Pela imprensa, ele me respondeu que o PMDB estava unido em favor da chapa dele – fato irreal, já que a maioria do partido não votou em Dilma na eleição.

A petista estava usando, na propaganda eleitoral, o número total de deputados eleitos pela bancada como se fosse base de apoio à candidatura dela. Mas metade dos deputados do PMDB apoiava Aécio Neves.

A bancada me cobrou. Reclamei na entrevista que a propaganda de Dilma era inverossímil, e Temer chegou a dizer que, depois da eleição, deveria ser feita uma reunião do PMDB. E aqueles que não defendiam a chapa deveriam sair – ou seja, queria mais da metade do partido fora, inclusive eu.

Michel Temer, naquele momento, se esqueceu de que tinha feito um acordo

para aprovar a chapa na convenção, liberando todos para votarem em quem quisessem. O PMDB, na verdade, tinha alugado o seu tempo de TV para, em troca, Temer poder se candidatar a vice-presidente de novo.

Declarei também que a bancada do PMDB não teria nenhuma dificuldade em apoiar o eventual governo de Aécio Neves, caso ele vencesse a eleição – o que era absolutamente verdadeiro, mas essa declaração irritou e prejudicava Temer.

Isso o incomodou. Ele era o presidente do PMDB e tinha receio de perder o comando do partido em caso de derrota de Dilma. Achou que eu estava querendo lhe tomar a presidência do partido com aquela declaração, o que não era verdadeiro.

Entre o primeiro e o segundo turno, não falei com Temer. Só voltamos a conversar depois da campanha eleitoral, quando, após uma discussão sobre essa posição, Temer logo retornou ao papel conciliador, evitando o atrito – mas passando a tentar me cercar para que eu não me candidatasse a presidente da Câmara sem combinar antes com o governo. Ele queria ser o interlocutor e negociar um acordo para um rodízio entre o PMDB e o PT.

Dilma, logo após a confirmação da sua vitória, fez um discurso fraco e pregou a união do país de forma tímida. No dia seguinte, concedeu entrevistas aos principais telejornais do país, ao vivo, incluindo o *Jornal Nacional*. A impressão que ficava, ao fim dessas entrevistas, era de que o novo governo de Dilma estava velho antes de começar.

Dilma insistia na defesa da reforma política por meio do plebiscito, o que já havia sido descartado pelo Congresso. Isso gerava novos atritos políticos, mostrando que tudo parecia estar como antes. Os enfrentamentos continuariam.

Parece meio sem lógica: Dilma acabava de vencer uma eleição e falava, como discurso de vitória, da necessidade de mudar a forma pela qual ela tinha sido eleita e reeleita, em vez de se pronunciar à nação sobre as soluções que seu governo daria à situação econômica ou sobre uma pacificação da polarização que estava ocorrendo.

A reforma política era uma bandeira para os partidos e para o Congresso Nacional. Ela deveria, sim, ser tratada e sempre foi urgente. Mas parece descabido a presidente da República reeleita usar isso como discurso de vitória.

Tanto Henrique Alves quanto Renan Calheiros descartaram o plebiscito proposto novamente por Dilma para a reforma política. Disseram que o Congresso é que teria de fazer essa reforma. Eles, no máximo, aceitariam submeter o texto, aprovado, a um referendo popular.

Aloizio Mercadante pediu uma reunião com o PMDB, que incluía Michel Temer, o presidente da Câmara Henrique Alves, o presidente do Senado Renan Calheiros, o líder no Senado Eunício Oliveira e o líder na Câmara, que era eu. O encontro ocorreu no dia 11 de novembro, já com minha candidatura à presidência da Câmara colocada.

Nessa reunião, ele expôs a situação dramática das contas públicas. Disse que precisava de ajuda e empenho para que aprovássemos um projeto de lei no Congresso, que seria enviado logo, visando mudar a meta fiscal do ano. O superávit iria virar déficit, e, se isso não fosse aprovado, Dilma poderia ser acusada de crime de responsabilidade. A situação mostrava que realmente Dilma tinha gastado o que não podia para se eleger, caracterizando como correta a acusação que viria – a de que teria havido um estelionato eleitoral.

Como candidato a presidente da Câmara, não iria queimar a largada comprando uma briga desnecessária. Disse que ajudaria e que a bancada do PMDB iria votar a favor. Eu me encarregaria de convencer os opositores na bancada do partido a acompanharem.

Renan também se comprometeu a ajudar e mostramos para o governo que, apesar de tudo, seríamos solidários e não deixaríamos a presidente ter um constrangimento antes da sua posse no segundo mandato.

A proposta foi encaminhada, por meio do PLN 36, que, aprovado, se transformou na Lei nº 13.053, de 2014. A ideia era retirar do cálculo da meta fiscal a desoneração de tributos dada, além dos investimentos do PAC, Programa de Aceleração do Crescimento, para que se mantivesse o montante

do superávit previsto – quando, na realidade, já existia um déficit bastante elevado.

O problema é que a discussão dessa mudança da meta fiscal foi muito desgastante para o governo, já que a oposição deitou e rolou com a situação. Apesar de termos aprovado a proposta em sessão do Congresso Nacional, a discussão de que isso era motivo de impeachment passou a ser pública.

Em seguida ao segundo turno da eleição, ocorreu uma nova operação comandada por Curitiba, chefiada pelo então juiz Sergio Moro, a Lava Jato. Foram presos diversos empreiteiros no país, virando o clima e colocando novamente o PT no foco das acusações da Petrobras.

A CPMI da Petrobras terminou suas atividades logo em seguida. A responsabilização dos presos por essa operação foi feita no relatório final, construindo-se um acordo para aprová-lo. A responsabilização de Dilma e do governo foi excluída, para não tumultuar ainda mais o ambiente, que já estava pesado.

O PSDB entrou com recurso no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), visando cassar a chapa eleita. Tal ação iria perdurar por bastante tempo. Ela só foi julgada depois do impeachment de Dilma, e acabou rejeitada por quatro votos a três, quase levando à cassação de Michel Temer à época.

A polarização da eleição e a impressão de que o governo estava velho antes de começar, causada pela discussão da mudança da meta fiscal, levaram Dilma a ter de iniciar o mandato já com uma oposição muito forte do ponto de vista político. Por incrível que possa parecer, já se falava em impeachment de um presidente que ainda nem tinha assumido seu novo mandato.

12

Minha eleição para a presidência da Câmara

Ao terminar a eleição presidencial, a discussão no país passaria a ser a composição do segundo governo de Dilma, a mudança da meta fiscal e como Dilma iria conduzir a economia, depois que a crise foi desnudada pelo déficit das contas públicas que precisaria ser debatido.

Durante o segundo turno, eu estava já articulando os passos que seriam dados para a minha candidatura à presidência da Câmara. Debatia inclusive com a nova bancada do PMDB, que vinha bastante renovada.

Em 8 de outubro, fiz uma reunião da bancada, incluindo os novos deputados eleitos, para começar o debate. Evitei uma declaração de voto da bancada, em apoio a qualquer dos dois candidatos a presidente da República, pois parte dos parlamentares estava ausente e esse não era o objetivo da reunião.

Em 26 de outubro, após o segundo turno, convoquei uma reunião formal da bancada. Ocorreu três dias mais tarde, já com a presença de todos os deputados eleitos, os quais integrei na bancada. Eu coloquei para eles que, para disputar a eleição da presidência da Câmara, primeiro eu precisava de autorização e apoio da bancada do meu partido.

Também precisaria negociar com as outras legendas a formação dos blocos necessários e, para isso, teria de tratar como líder, ou seja, precisaria ser reconduzido à liderança pela nova bancada – o que ocorreu de forma unânime. Não iria incorrer no mesmo erro de Henrique Alves, que permitiu a discussão de um novo líder antes da sua eleição à presidência da Câmara.

Era importante sinalizar que, se eu fosse derrotado, estariam derrotando o líder do PMDB, que continuaria líder. E teriam de me enfrentar na liderança, o que acabaria afetando a governabilidade de Dilma.

Na véspera, havia oferecido um jantar de boas-vindas aos novos deputados. Ali mesmo foi acertada a posição que seria tomada, de forma unânime, pela bancada, transformando a reunião em mera homologação do que já estava decidido.

Foi uma demonstração de força da candidatura, com o apoio de líderes nos estados, que se encarregaram de trazer deputados que eu ainda não conhecia para me apoiarem, bem como os senadores José Sarney, Eduardo Braga, Romero Jucá e Eunício Oliveira, o que dava mais musculatura à candidatura. A parte do PMDB do Senado que enfrentou o PT nas eleições regionais queria a minha vitória para fazer um contraponto ao PT, mesmo que oficialmente não fizessem esse discurso.

Antes da reunião da bancada, almocei com os líderes do bloco. Recebi apoio para costurar um bloco formal para suportar uma candidatura à presidência. O líder do PSC à época, André Moura, foi à reunião da bancada do PMDB e declarou isso de forma pública.

As primeiras declarações dadas por mim e referendadas pela bancada eram de que o PMDB não aceitaria mais fazer rodízio com o PT pela presidência da Câmara. A situação era bem diferente da de 2010, já que a eleição foi bastante apertada, e ter o PT comandando o governo e o Congresso seria uma hegemonização de seu poder.

Também dei declarações de que a derrota de Henrique Alves ao governo do Rio Grande do Norte e de Eunício Oliveira ao governo do Ceará iriam deixar sequelas na bancada. Citei o exemplo de que Lula tinha ido à TV pedir votos para o concorrente de Henrique Alves, que ele nunca tinha visto na vida, enquanto Henrique tinha sido leal ao governo do PT durante anos.

O filho de Renan Calheiros, o então deputado Renan Filho, eleito governador de Alagoas, deu declaração também de que não deveria mais existir o rodízio entre o PT e o PMDB na presidência da Câmara.

Michel Temer, no dia anterior à reunião da bancada, foi ao encontro de Dilma e, logo após, posicionou-se defendendo o rodízio entre o PMDB e o PT na presidência da Câmara – ideia já descartada publicamente por mim.

Iniciava-se o retorno das votações. Henrique Alves decidiu pautar a proposta de decreto legislativo da oposição, feito antes das eleições, para derrubar o decreto de Dilma, número 8.243, de 2014 – chamado de decreto bolivariano dos conselhos populares, que muita polêmica estava causando.

A bancada do PMDB decidiu apoiar a votação desse decreto legislativo, assim como apoiar a votação da proposta de emenda constitucional do orçamento impositivo, bandeira da eleição de Henrique Alves. Eu encamparia, sendo que o governo era contrário.

Havia também outra pauta que o PMDB apoiaria com muita força: para o aumento do fundo de participação dos municípios, também em emenda constitucional e que o governo também não queria. O decreto legislativo foi aprovado naquele mesmo dia, revogando o absurdo decreto de Dilma que criava um sistema nacional de participação social, burlando a competência do Poder Legislativo, com apoio e voto da bancada do PMDB, mas que acabou barrado por Renan Calheiros no Senado.

Temer convocou uma reunião do PMDB em jantar no Palácio do Jaburu, ocorrido no dia 4 de novembro, em um movimento que seria para tratar da reforma política e tentar conter minha candidatura.

O movimento não teve sucesso. Já no mesmo dia, antes dessa reunião, anunciamos um bloco para a minha eleição, com parte dos partidos do bloco informal. Os líderes se encarregaram de consultar suas bancadas para declarar apoio à minha candidatura, sendo que os partidos acertados naquele momento representavam um total de 152 deputados – o que tornava irreversível a candidatura.

Houve a divulgação de parte da delação de Paulo Roberto Costa, que atingia Renan Calheiros e provocou a queda de Sérgio Machado da presidência da Transpetro, cargo de indicação de Renan.

No dia anterior, havia ido à residência do vice-governador eleito do Rio de Janeiro, Francisco Dornelles, do PP, meu velho aliado, com Aécio Neves. Discutimos o apoio à minha candidatura à presidência e obtive o compromisso de que Aécio iria lutar por ela dentro do PSDB.

Minha relação com Aécio era muito boa. Dornelles era seu tio e fiador da aliança, o que facilitava em muito o acordo. Por isso fiz a reunião por intermédio dele. Aécio queria se posicionar como o eleitor principal da eleição, o que de certa forma dificultaria minha caminhada.

Antes do jantar do Jaburu com o conselho político do PMDB, eu fiz uma reunião com Michel Temer. O vice-presidente queria que eu construísse a relação com o PT, retornando ao sistema de rodízio.

Respondi a ele que isso seria quase impossível, porque as bancadas do PT e do PMDB haviam diminuído muito. Os demais partidos não aceitavam essa divisão de comando. Nas eleições de 2010, PT e PMDB representavam um número muito maior de deputados e podiam se dar a esse luxo de rodízio – agora a situação não era a mesma.

O único pedido de Michel Temer era para que eu não me posicionasse como candidato de oposição. E que procurasse primeiro os partidos da base aliada ao governo. Respondi que não era candidato de oposição, e sim candidato do parlamento – e que a maioria dos partidos que estava me apoiando era da base aliada, mas que não podia jogar fora o apoio de opositoristas.

Disse ainda que havia uma repulsa enorme à ideia de o PT comandar a casa. Se insistissem nisso, seria uma derrota certa para qualquer candidato de oposição.

Com essa reunião prévia com Temer, o jantar do conselho político ficaria restrito ao tema da reforma política. Foi emitida uma nota de que o PMDB queria discutir e apresentar uma proposta ao Congresso no início da próxima legislatura. O assunto eleição na Câmara não foi abordado.

Em um movimento articulado pelo governo, envolvendo Cid Gomes e Gilberto Kassab, buscou-se a formação de um novo partido. O PL seria recriado e depois haveria a fusão com o PSD de Kassab, visando atrair deputados das legendas aliadas cujos líderes o governo não controlava.

O movimento era para cooptar deputados do PMDB e de todas as legendas, inclusive as de oposição, que quisessem aderir ao governo. Porque a criação

de um novo partido e também a fusão do partido novo com o PSD dava a possibilidade de filiação de qualquer deputado – sem quebrar a regra da fidelidade partidária, que tinha como consequência a perda do mandato.

Em 11 de novembro aconteceu a tal reunião, já relatada, para que Aloizio Mercadante pedisse ao PMDB o apoio para a votação da alteração da meta fiscal do ano. A reunião foi no gabinete de Michel Temer. Como já dito, eu ajudei a aprovar a mudança da meta.

As redes sociais apresentavam lista de pedidos de impeachment de Dilma, fato absolutamente anormal. Ela ainda nem havia começado o segundo mandato e essa alteração da meta fiscal iria acirrar isso.

Em 12 de novembro, o Solidariedade declarou apoio à minha candidatura e passou a participar do bloco da eleição. Anunciei que minha candidatura seria irremovível e que iria ao plenário de qualquer forma disputar, com apoio da bancada do PMDB. Ficou marcado o lançamento oficial para o dia 2 de dezembro.

Estourou a fase da Operação Lava Jato em 14 de novembro, prendendo empreiteiros e criando a necessidade do governo de mudar a Petrobras. Havia um clima de desconfiança, causado pelas denúncias que envolveriam o PT na estatal.

Comecei a circular pelos estados, nos dias fora de pauta do Congresso, visando obter apoio à candidatura. Nos dias de Brasília, mantinha reuniões com grupos e bancadas específicas e temáticas. A campanha avançava bastante, mesmo antes do lançamento oficial – a partir de quando faria viagens oficiais.

O deputado Paulinho da Força fez um movimento combinado com o ministro Gilmar Mendes, do STF, para que tentássemos votar a PEC da Bengala, levando líderes diversos até o ministro defensor da medida, assim como ao presidente do STF Ricardo Lewandowski. Tentei ajudar, mas, naquele momento, com o governo se posicionando contra, Henrique Alves não teve coragem de pautar.

Gilmar Mendes afirmava, com razão, que no segundo mandato de Dilma